

The background of the page is a grayscale photograph of an ornate architectural interior. It features a series of large, decorative arches supported by columns. A chandelier hangs from the ceiling, and a balcony with a decorative railing is visible in the foreground. The overall style is classical and grand.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

# **MESTRADO**

**INSTITUTO DE ARTES**

**2011**

ANA MARTA ALEXANDRE DITOLVO

**PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS NO PROJETO DE  
RESTAURO ARQUITETÔNICO: ANÁLISE DO CASO PAULISTANO  
QUATRO ESTUDOS DE CASOS**

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Artes da Universidade Estadual de  
Campinas, para obtenção do título de  
mestre em Artes Área de concentração:  
Artes Visuais

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Gallo

CAMPINAS

2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ARTES**

A Comissão Julgadora dos Trabalhos de Defesa de Pós-Graduação do IA – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas considerou a mestranda Ana Marta Alexandre Ditolvo, RA 88129, aprovada.

**1. Prof. Dr. Haroldo Gallo**

Orientador / Presidente

**2. Professora Dra. Anna Paula S. Gouveia**

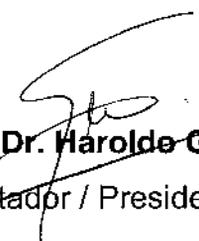
Membro Titular

**3. Professora Dra. Maria Tereza Duarte Paes**

Membro Titular Externo

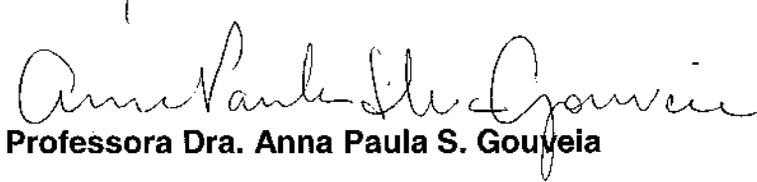
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ARTES**

A Comissão Julgadora dos Trabalhos de Defesa de Pós-Graduação do IA – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas considerou a mestranda Ana Marta Alexandre Ditolvo, RA 88129, aprovada.



1. **Prof. Dr. Haroldo Gallo**

Orientador / Presidente



2. **Professora Dra. Anna Paula S. Gouveia**

Membro Titular



3. **Professora Dra. Maria Tereza Duarte Paes**

Membro Titular Externo

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP**

|       |  |
|-------|--|
| D635p | <p>Ditolvo, Ana Marta Alexandre.<br/>Procedimentos investigativos no projeto de restauro<br/>arquitetônico: análise do caso paulistano quatro estudos de<br/>casos. / Ana Marta Alexandre Ditolvo. – Campinas, SP: [s.n.],<br/>2011.</p> <p>Orientador: Haroldo Gallo.<br/>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de<br/>Campinas, Instituto de Artes.</p> <p>1. Arquitetura- Conservação e restauração. 2. Metodologia.<br/>3. Projeto Arquitetônico. I. Gallo, Haroldo. II. Universidade<br/>Estadual de Campinas. Instituto de Artes. III. Título.</p> <p>(em/ia)</p> |
|-------|--|

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Investigative procedures in architectural restoration project:  
analysis of são paulo case four case studies.

Palavras-chave em inglês (Keywords):

Architecture - Conservation and restoration

Methodology

Architectural Project.

Área de Concentração: Artes Visuais

Titulação: Mestre em Artes

Banca examinadora:

Haroldo Gallo [Orientador]

Anna Paula Silva. Gouveia

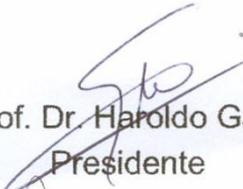
Maria Tereza Duarte Paes

Data da Defesa: 18-08-2011

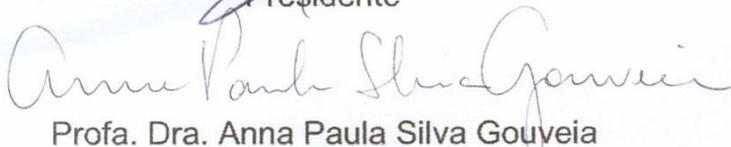
Programa de Pós-Graduação: Artes

**Instituto de Artes**  
**Comissão de Pós-Graduação**

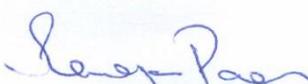
Defesa de Dissertação de Mestrado em Artes, apresentada pela Mestranda Ana Marta Ditolvo Outeda Jorge - RA 088129 como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre, perante a Banca Examinadora:



Prof. Dr. Haroldo Gallo  
Presidente



Profa. Dra. Anna Paula Silva Gouveia  
Titular



Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes  
Titular

## **AGRADECIMENTOS**

**Professor Dr. Haroldo Gallo** (Orientador)

**Professora Dra. Anna Paula S. Gouveia**  
Pelas contribuições das disciplinas cursadas

**Professor Dr. Ernesto Boccara**  
**Professor Dr. Wilson Flório**  
Membros da Banca de Qualificação

**Professora Dra. Anna Paula S. Gouveia**  
**Professora Dra. Maria Teresa Duarte Paes**  
Membros da Banca Final

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram  
para o desenvolvimento desta pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS ESPECIAIS**

À minha família.



Figura 01

*“Se a memória se dissolve, o homem  
se dissolve.”*

Octavio Paz

**“Patrimônio.** Esta bela e antiga palavra, na origem, esteve ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico,...), que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.”

**Patrimônio Histórico.** A expressão designa um bem destinado a usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu estado comum: obras e obras primas de belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, patrimônio histórico tornou-se uma das palavras chaves da tribo midiática. Ela remete a uma instituição ou a uma mentalidade.”

Françoise Choay  
(A alegoria do patrimônio, p 11)

## RESUMO

Identifica-se na contemporaneidade uma valorização das questões da formação de memória e, por consequência, da preservação do patrimônio material construído. Dentro deste quadro, o caso brasileiro tem peculiaridades que condicionam uma particular abordagem da questão, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico e tecnológico. Neste quadro também emergem as comunidades locais especificidades a considerar. Esta dissertação estudará os procedimentos técnicos da fase de análise do artefato (edificação) no projeto de restauro arquitetônico que antecedem a adoção de um partido de intervenção. Está centrada nas diretrizes estabelecidas pelo órgão de preservação paulistano - Departamento do Patrimônio Histórico /SMC/PMSP. Tem por pressuposto a inadequação, obsolescência e falta de sistematização dessas diretrizes, fatores percebidos por intermédio da prática profissional. Inicialmente, sistematizam-se elementos teóricos conceituais que fundamentam a metodologia de projeto de restauro. Foram selecionados para este estudo de casos quatro exemplares tombados, localizados na cidade de São Paulo, com projetos desenvolvidos por especialistas na área, a saber: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Igreja São Cristóvão, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Igreja da Ordem Terceira do Pai Seráfico São Francisco. Identificam-se as formas de ação para reconhecimento e análise dos artefatos, pois, se inadequadas, podem comprometer a integridade e/ou autenticidade dos bens preservados. Procede-se em seguida a uma análise comparada dos casos apontados, realizada por observação direta e discurso textual. Conclui-se pela necessidade da formulação de normas e diretrizes claras, igualitárias para todos os casos e efetivamente fundamentadas em uma mesma base conceitual.

Palavras-chave: Restauração, Metodologia, Projeto Arquitetônico.

## **ABSTRACT**

We identify, contemporaneously, the appreciation of issues regarding the formation of memory and consequently the preservation of built heritage. The Brazilian's case presents distinctive characteristics which condition a particular approach to such issues from the technological, methodological and conceptual standpoints, emerging also from local communities specifications to be considered. This essay will study the technical procedures during the phases of analysis of an artifact in the process of architectural restoration, based on the guidelines established by the preservation institute of the city of Sao Paulo - DPH/PMSP (Heritage Department/Local Government of the City of Sao Paulo), before intervention. It is believed, as a result of professional practice based on perception, that these are guidelines inadequate, obsolete and lacking systematization. Initially, we articulate the conceptual theoretical elements which substantiate the methodology of the restoration project. For this case study, we selected four examples placed under governmental trust located in Sao Paulo and involved in projects carried out by specialists. They are as follows: the Lutheran Evangelic Church of Sao Paulo; Church of São Cristóvão, Church of Nossa Senhora da Boa Morte, and Church of Ordem Terceira do Pai Seráfico São Francisco. The forms of recognition, action and analysis of the artifacts were identified, as inadequate recognition could jeopardize the integrity and/or authenticity of the preserved properties. A comparative analysis of the specified cases carried out by direct observation and textual discourse was then employed. It was concluded that the formulation of clear guidelines applicable to all cases, effectively founded on the same conceptual basis, is necessary.

Keywords: Restoration, Methodology, Architectural Project.

## LISTA DE IMAGENS

|   |    |
|---|----|
| Figura 01. Acervo Particular do escritório GALLO & DITOLVO, 2010. Residência Nhonhô Magalhães, Higienópolis. São Paulo.....                               | vi |
| Figura 02. Acervo da Cúria Metropolitana. Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai de São Francisco, década de 20 – século XX.....                        | 01 |
| Figura 03. Acervo Particular, 2008. Igreja Notre Dame de Paris, França.....   | 06 |
| Figura 04. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....  | 17 |
| Figura 05. Acervo da Igreja Evangélica Luterana de São Paulo. Registro Iconográfico, década de 20, século XX. Vista do altar da Igreja Luterana .....     | 21 |
| Gráfico 01. Demonstração da metodologia e da atuação dos setores público e privado no processo para projeto e obra de restauro.....                       | 32 |
| Figura 06. Acervo Particular do escritório ARCO, 2006. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.....   | 43 |
| Figura 07. Igreja Evangélica Luterana de São Paulo. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....                 | 46 |
| Figuras 08. Igreja Evangélica Luterana de São Paulo. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....                | 46 |
| Figuras 09. Igreja São Cristovão. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....                                   | 46 |
| Figuras 10. Igreja São Cristovão. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....                                   | 46 |
| Figura 11. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....                       | 46 |
| Figura 12. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....                       | 46 |
| Figura 13. Igreja da Ordem Terceira do Pai Seráfico São Francisco. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> .....  | 47 |
| Figuras 14. Igreja da Ordem Terceira do Pai Seráfico São Francisco. Fonte: <a href="http://www.google.com.br/imagens">www.google.com.br/imagens</a> ..... | 47 |

|   |    |
|---|----|
| Imagem 15. Implantação: Arquivos reproduzidos pela Associação Viva o Centro, em Auto CAD (programa gráfico de desenho para Windows), a partir do levantamento mapográfico municipal feito da década de 70, GEGRAN ..... | 48 |
| Imagem 16. Implantação: Arquivos reproduzidos pela Associação Viva o Centro, em Auto CAD (programa gráfico de desenho para Windows), a partir do levantamento mapográfico municipal feito da década de 70, GEGRAN ..... | 50 |
| Imagem 17. Implantação: Arquivos reproduzidos pela Associação Viva o Centro, em Auto CAD (programa gráfico de desenho para Windows), a partir do levantamento mapográfico municipal feito da década de 70, GEGRAN ..... | 52 |
| Imagem 18. Implantação: Arquivos reproduzidos pela Associação Viva o Centro, em Auto CAD (programa gráfico de desenho para Windows), a partir do levantamento mapográfico municipal feito da década de 70, GEGRAN ..... | 54 |
| Figura 19. Ilustração: Registro Iconográfico. Roberto Capri, 1927. Vista do Largo São Francisco .....   | 56 |
| Figura 20. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenhos ilustrativos de levantamento métrico corrido e cruzado. ....   | 72 |
| Figura 21. Ilustração: Acervo Igreja São Cristóvão. Desenhos ilustrativos de levantamento métrico corrido e cruzado. ....   | 72 |
| Figura 22. Ilustração: Acervo Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Desenhos ilustrativos de levantamento métrico corrido e cruzado.....   | 73 |
| Figura 23. Ilustração: Acervo Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco. Desenhos ilustrativos de levantamento métrico.....  | 74 |
| Figura 24. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenho ilustrativo da Cronologia construtiva da edificação.....  | 77 |
| Figura 25. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenho ilustrativo da Cronologia construtiva da edificação.....  | 78 |
| Figura 26. Ilustração: Acervo Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Desenho ilustrativo da Cronologia construtiva da edificação.....   | 78 |
| Figura 27. Ilustração: Acervo Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Desenho ilustrativo da Cronologia construtiva da edificação.....   | 79 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 28. Ilustração: Acervo Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Desenho ilustrativo da Cronologia construtiva da edificação.....                                 | 80 |
| Figura 29. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenho ilustrativo da identificação dos materiais de revestimento.....                                 | 81 |
| Figura 30. Ilustração: Acervo Igreja São Cristóvão. Desenho ilustrativo do Molde feito em escala 1:1 para restauro de pintura decorativa.....                     | 85 |
| Figura 31. Ilustração: Acervo Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco. Representação das fichas de prospecções arquitetônicas e exploratórias..... | 86 |
| Figura 32. Ilustração: Acervo Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco. Representação da tabela de tinta. ....                                      | 86 |
| Figura 33. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana.....   | 87 |
| Figura 34. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenhos ilustrativos do mapeamento das patologias. ....  | 90 |
| Figura 35. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenhos ilustrativos do mapeamento das patologias. ....  | 91 |
| Figura 36. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenhos ilustrativos do Teste de Percussão. ....   | 92 |
| Figura 37. Ilustração: Acervo Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco. Desenhos ilustrativos do mapeamento das patologias.....                     | 93 |
| Figura 38. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Desenhos ilustrativos do levantamento do mobiliário.....  | 95 |
| Figura 39. Ilustração: Acervo Igreja Evangélica Luterana. Procissão Evangélica na década de 20.....   | 99 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>01</b> |
| 1.1 Apresentação .....   | 02        |
| 1.2 Estrutura da dissertação.....  | 03        |
| <b>2 ORIGENS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA FORMAÇÃO<br/>METODOLÓGICA DO RESTAURO ARQUITETÔNICO .....</b>                         | <b>06</b> |
| 2.1 Teoria da preservação do restauro .....  | 07        |
| 2.2 A influência de Eugene Emmanuelle Viollet Le Duc no processo metodológico<br>para desenvolvimento de projeto .....         | 17        |
| <b>3 ANÁLISE DAS DIRETRIZES APLICADAS NO PROCESSO DE PROJETO DE<br/>RESTAURO ARQUITETÔNICO NA CIDADE DE SÃO PAULO-SP .....</b> | <b>21</b> |
| 3.1 Congressos internacionais .....  | 22        |
| 3.2 A normatização brasileira e as recomendações dos órgãos de preservação.  | 26        |
| 3.3 Metodologia aplicada para reconhecimento do artefato: o caso paulistano ..   | 30        |
| <b>4 ESTUDO DE CASOS: PROJETOS SELECIONADOS .....</b>  | <b>43</b> |
| 4.1 Critérios de seleção para estudo de caso .....   | 44        |
| 4.2 Igreja Evangélica Luterana de São Paulo .....  | 47        |
| 4.3 Igreja São Cristóvão .....   | 49        |
| 4.4 Igreja Nossa Senhora da Boa Morte .....  | 51        |
| 4.5 Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco .....   | 54        |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>5 MÉTODO DE ANÁLISE: PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO OBJETO.....</b> | <b>56</b> |
| <b>5.1 Critérios para análise metodológica.....</b>                   | <b>57</b> |
| 5.1.1 Itens analisados por comparação.....                            | 58        |
| 5.1.2 Descrição dos critérios de avaliação .....                      | 59        |
| 5.1.3 Meios descritivos e de representação avaliados .....            | 62        |
| 5.1.4 Exemplos de representação.....                                  | 63        |
| <b>5.2 Análises comparativas.....</b>                                 | <b>63</b> |
| 5.2.1 Fundamentação teórica.....                                      | 63        |
| 5.2.2 Ambiência.....  | 64        |
| 5.2.3 Dados históricos.....   | 66        |
| 5.2.4 Documentação fotográfica.....                                   | 68        |
| 5.2.5 Levantamento métrico arquitetônico, linear e cruzado .....      | 70        |
| 5.2.6 Descrição e análise tipológica .....                            | 74        |
| 5.2.7 Cronologia arquitetônica, hierarquia dos espaços.....           | 76        |
| 5.2.8 Identificação de materiais.....                                 | 80        |
| 5.2.9 Análises laboratoriais .....                                    | 82        |
| 5.2.10 Prospecções parietais e arquitetônicas .....                   | 84        |
| 5.2.11 Diagnóstico e mapeamento das patologias.....                   | 87        |
| 5.2.12 Elementos artísticos móveis.....                               | 93        |
| 5.2.13 Memorial descritivo .....                                      | 95        |

|   |            |
|---|------------|
| 5.2.14 Representação gráfica, formatação projetual.....   | 96         |
| 5.2.15 Análise do projeto pelo órgão de preservação ..... | 97         |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                       | <b>99</b>  |
| <b>BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS .....</b>                   | <b>109</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                       | <b>117</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Portadoras de mensagens espirituais do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (CARTA DE VENEZA.<sup>1</sup> 1964, p. 31)



Figura 02

---

<sup>1</sup> CARTA DE VENEZA: Documento Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. Elaborada no ano de 1964, é o documento base de ação preservacionista do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), órgão vinculado à UNESCO que versa sobre a preservação de bens de interesse, do qual o Brasil é membro e seguidor das doutrinas. Fonte de consulta: [www.icomos.org](http://www.icomos.org)

## 1.1 Apresentação

O significado do termo autenticidade, amplamente discutido na Carta de Veneza de 64, um dos principais documentos relativos à preservação dos monumentos históricos já formulado na história da preservação, reflete, sobretudo, na valorização em sua plenitude do bem cultural, que implica no resgate de características que possam ter se perdido num determinado tempo e que pressupõe o reconhecimento do artefato arquitetônico primeiramente através da identificação de sua importância e também pelo estabelecimento de um juízo crítico que coincida com uma declaração de valor (proteção legal existente) e resgate da memória por meio da valorização deste patrimônio pela comunidade, de forma a se preservar através da incorporação do artefato na vida cotidiana.

A restauração desses artefatos se caracteriza por um processo metodológico de trabalho que parte justamente do pleno conhecimento do objeto preservado. Tal conhecimento culminará na determinação de diretrizes de ações criteriosas pela garantia da manutenção da originalidade da construção e sua apropriação pela comunidade, estabelecendo relações de passado, presente e futuro.

A abordagem desta dissertação percorre, portanto, o universo artístico, do patrimônio cultural e, inevitavelmente, das políticas públicas, com o objetivo de eleger uma questão que ao mesmo tempo perpassa a atualidade de toda a temática e envolva preocupações e experiências de arquitetos, restauradores, pesquisadores e demais profissionais inseridos no processo de reconhecimento dos objetos e recuperação de bens de notório interesse, com fundamentação nas teorias e cartas patrimoniais formuladas ao longo dos séculos.

A última década aponta mudanças significativas no trato com o bem patrimonial tombado, as quais refletem neste processo de investigação e reconhecimento do patrimônio arquitetônico, especificamente.

Algumas outras abordagens poderiam ser feitas comparadas à luz das diretrizes e das novas tecnologias aplicadas internacionalmente. No entanto, a premissa da dissertação é analisar o desenvolvimento dos trabalhos realizados na cidade de São Paulo e apontar eventuais falhas durante o processo.

Considerando a realidade nacional, existem várias outras formas de entender a corrente metodológica para identificação e análise dos artefatos arquitetônicos. Para esta abordagem, porém, apesar das considerações e apontamentos relevantes para compreensão do contexto da preservação e do restauro no Brasil e no mundo, exclui-se desta dissertação um estudo aprofundado sobre o papel da UNESCO<sup>2</sup> e dos órgãos internacionais de preservação, como também o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN e o Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, visto que tanto os institutos internacionais quanto as instâncias de preservação brasileiras (federal e estaduais) preveem diretrizes de ação distintas para atender às demandas das várias realidades regionais.

Neste caso, portanto, como matriz de estudo, o trabalho aborda apenas o caso paulistano, mas não nega as conexões com a origem do processo.

## **1.2. Estrutura da Dissertação**

Este trabalho está disposto em quatro partes.

A primeira delas aborda as questões teóricas e conceituais que levaram ao processo metodológico utilizado atualmente como referência para reconhecimento, identificação e análise do patrimônio edificado, em particular o

---

<sup>2</sup> UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

pensamento de Eugène Emmanuel Viollet Le Duc<sup>3</sup>, pela elaboração preliminar da metodologia de atuação e aplicações práticas desta forma de abordagem em obras de excelência no patrimônio francês, tais como a Igreja de Saint Chapelle (início em 1836) e a Igreja de Vézelay (fevereiro de 1840), posterior apenas ao pensamento embrionário de Valadier, arquiteto francês do século XVIII, com grandes atuações no patrimônio histórico europeu.

A etapa seguinte aborda a questão da normatização internacional estabelecida através dos diversos congressos de preservação e dos documentos gerados nesses encontros. Destaque para a Carta de Veneza de 1964, que direciona até hoje as ações de preservação no mundo e também, mais especificamente, a normatização brasileira e as intenções das cartas preservacionistas obtidas nos congressos nacionais, bem como o caminho da preservação do patrimônio cultural arquitetônico no país, direcionado por fim para o caso paulista.

A terceira parte trata da escolha dos objetos e justificativa para tal, além dos critérios de seleção e análise dos projetos referenciados, e do reconhecimento de cada artefato arquitetônico em sua totalidade (dados gerais das edificações – localização, época construtiva, estilo arquitetônico, datação dos projetos de restauro, arquitetos envolvidos no processo, materiais construtivos e de acabamento, proteção legal e histórico).

Preende-se, portanto, demonstrar se é comum à prática do projeto a inadequação das formas de reconhecimento do objeto, a obsolescência dos

---

<sup>3</sup> EUGÈNE EMMANUEL VIOLLET LE DUC - (Paris, França, 27 de janeiro de 1814 - Lausanne, Suíça, 17 de setembro de 1879) – “Arquiteto ligado à arquitetura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, além de precursor da arquitetura moderna, sendo considerado o maior teórico da arquitetura da história ocidental. Estudou arquitetura da Faculdade de Belas Artes de Paris, mas interrompeu os estudos devido ao caráter arquitetônico fechado em relação ao futuro que verificava no ensino. O seu trabalho foi desenvolvido, sobretudo, na área do restauro (catedrais e castelos medievais), até pela falta de encomenda de novas obras. Escreveu o *Dicionário da arquitetura francesa do século XI ao século XVI*, o que fez de Le Duc grande conhecedor da arquitetura gótica e capaz de entender socialmente o espírito francês que deveria ser preservado para a manutenção da memória de seu povo.” Fonte: VIOLLET-LE-DUC, Eugene. E., “*Restauração*”. Atelier Editorial, São Paulo, 2000.

métodos aplicados e a falta de sistematização destas diretrizes, fatores percebidos por intermédio da prática profissional, pressuposto desta dissertação.

A quarta parte e mais relevante para o que se pretende, analisa e compara em face à realidade atual os projetos desenvolvidos por arquitetos especialistas na área, suas formas de atuação e a relação estabelecida entre esses proponentes de projeto e o órgão de preservação municipal competente.

As entrevistas concedidas pelos profissionais envolvidos nos projetos selecionados para estudo de casos e engenheiros e arquitetos que atuam nas obras decorrentes do processo de restauro se encontram transcritas, fichadas e comentadas no corpo deste trabalho, contribuindo essencialmente para a formação de um pensamento comum em relação principalmente ao papel e atuação do órgão municipal de preservação.

O objetivo principal desta análise é percorrer o universo do restauro no município de São Paulo, levantando suas principais características de desenvolvimento e viabilidade, na intenção de documentar e discursar sobre o que tem sido aplicado e a real eficácia do processo.

## 2 ORIGENS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA A FORMAÇÃO METODOLÓGICA DO RESTAURO ARQUITETÔNICO

Saímos de um século no qual foi recorrente a omissão diante dos valores da herança arquitetônica e que a contemplou principalmente para valer-se dela como alavanca para um novo projeto de arquitetura. Nas últimas décadas, contudo, ocorreu uma nova valorização, tornando necessária a abordagem do tema sob diferentes pontos de vista, não apenas o dos especialistas, já que todos aqueles que intervêm na cidade ou no território encontram entornos que contam com a presença de alguma herança do passado. (VIÑUALES, Graciela María. Arquitecta da Universidad de Buenos Aires – UBA)



Figura 03

## 2.1 Teoria da Preservação e do Restauro

O primeiro ponto acerca da restauração, sobre o qual se pretende discursar antes de abordar o processo metodológico, decai no campo da imprecisão, que começa com o emprego da palavra, perpassa o reconhecimento do bem e chega à intervenção gerada pela prática da atividade.

O misticismo em torno do restauro empírico, relativo à verdadeira atribuição do termo, não funciona para a aplicabilidade do trabalho prático, já que toda e qualquer restauração reclina sobre a necessidade de intervenção proporcionada por atividades humanas paralelas, sobrepostas às ações de cunho “original”.

Os termos técnicos perpassam o restauro e confundem-se num primeiro momento. Preservação, Conservação, Restauração, Intervenção e terminologias derivadas do tema, aplicadas para realidades específicas, relativas às práticas atuais.

Evidencia-se em alguns casos, portanto, como equivocada a verdadeira noção e aplicação prática destas ações que se valem de determinadas intervenções em bens culturais, por falta de conhecimento de seu significado relativo no campo disciplinar que envolve a restauração.

O restauro pode ser identificado como uma atividade que acontece de forma autônoma, mas não necessariamente isolada, visto que depende de um conjunto de outras tantas ações interdisciplinares que permeiam esta prática específica e que não necessariamente cabem em seu significado, como a retomada a um estado de originalidade, ou de autenticidade, variando conforme o caso e o resultado pretendido. (KUHL, Revista Tijolo. N. 01)

No caso brasileiro, por exemplo, o termo tombamento remete a um tipo de ação específica que não encontra correspondência em outro lugar do mundo, já que advém da existência da Torre do Tombo em Lisboa, Portugal, como local onde eram guardados os arquivos históricos da cidade.

Aproxima-se do termo tombamento o que se entende mundialmente por preservação.

A preservação perpassa o ato de tomar, refletindo em procedimentos de ação criteriosa sobre um determinado bem, e pode ser chamada, entre outros, de conservação, manutenção e intervenção, deixando de ser a restauração interpretada tão somente como a “volta” a um estado original.

A retomada da originalidade implica na adoção de uma postura que necessariamente considere a remoção dos acréscimos nas construções, nem sempre recomendada quando a intenção é preservar a história e a própria cronologia hierárquica dos procedimentos técnicos e culturais adotados ao longo do tempo.

Esta necessidade de preservação é o que justifica a adoção de um processo metodológico para conhecimento do bem na garantia de uma ação disciplinada que valorize e preserve não só as características originais dos artefatos, mas suas principais características de conjunto arquitetônico (acréscimos) adquiridas com o tempo.

Essas características relevantes à preservação são determinadas pelo estudo aprofundado do bem protegido e pela tomada de uma decisão criteriosa, que, embasados pelas teorias e técnicas usuais, “sugerem” a adoção de um partido que considere, além da própria intervenção física, o acervo das documentações históricas levantadas que sirva de testemunho do tempo transcorrido para as gerações futuras.

Restaurar, portanto, não implica necessariamente na retomada de um estado anterior, mas na valorização e apropriação deste patrimônio.

Historicamente, até meados do século XVIII, todas as atuações em obras pré-existentes eram feitas com o único objetivo de adaptação às necessidades da época, não importando a história do artefato, mas focadas em atender às demandas de novo uso.

Considerando também que as obras dos edifícios demoravam anos e até séculos para serem concluídas, muitas gerações de arquitetos e artífices, comandados por gostos de seus reis e épocas, colocavam suas mãos nos projetos alterando e/ou variando unidades estilísticas representativas, que aconteciam também por conta das transformações políticas e religiosas de cada período ou pela própria degradação dos edifícios.

Tais monumentos então eram destinados a outros usos que não aqueles para os quais foram concebidos. Esse é um fator histórico relevante, como também o fato de que muitos outros exemplares, considerados sem utilidade e símbolos do passado, acabaram destruídos e os materiais de que eram compostos utilizados para construção de novas obras, algumas restauradas posteriormente, no século XIX.

As primeiras manifestações do restauro aconteceram nos séculos XIII e XIV, quando, apesar da concepção pouco fundamentada, fizeram com que edifícios ganhassem novas fachadas. Nessa fase, novas técnicas foram aplicadas sobre a pré-existência com pouca distinção entre o presente e o passado.

Com o Renascimento Italiano (séculos XIV e XV), pela primeira vez na história ocidental teve-se consciência do passado e medidas foram adotadas para recuperar ou conservar amostras da antiguidade greco-romana.

A atitude renascentista perante os monumentos não era necessariamente de proteção, visto que essas obras eram restauradas “à maneira do antigo”, compondo e obturando partes faltantes e acrescentando elementos modernos.

Apesar das tentativas, o interesse pela conservação dos testemunhos culturais e históricos não sobrepunha a consideração de que elas faziam parte do passado.

Com o surgimento do movimento neoclássico e o interesse pelas descobertas arqueológicas, começaram a ter importância as esculturas e obras de arte da antiguidade e surgiram os primeiros museus para “abrigar a história”.

Distinguiu-se então os diferentes estilos de cada época e a

classificação cronológica de cada um deles, e esta nova consciência atribuiu valores definidos ao que era relevante preservar.

A ideia de restauração surgiu nos moldes da contemporaneidade, justamente na época do Renascimento intensificado ao final do século XVIII, quando da necessidade de preservação dos monumentos decorrente das destruições em grande escala posteriores à Revolução Francesa<sup>4</sup>, com a releitura da idade clássica para resgate da memória.

Observou-se nesse período uma mudança na relação do povo com seu passado, ocasionada tanto pelo Iluminismo quanto pelo processo acelerado das grandes transformações sociais advindas da Revolução Industrial.

A ruptura com o passado de forma abrupta fez com que o ato de preservar assumisse conotação não apenas de adaptação à vida cotidiana como antes, mas do resgate e manutenção de aspectos culturais, históricos, estéticos e de referencial que norteassem essa nova sociedade. Pela primeira vez a preservação foi pensada como ação pragmática, de caráter cultural e científico introduzida em diversas áreas do conhecimento, deixando de ser meramente prática e de “sobrevivência”.

Mas o conhecimento técnico do restauro enquanto ciência tomou forma no começo do século XIX, através do procedimento técnico metodológico estabelecido pelo arquiteto católico francês Eugène Emmanuelle Viollet Le Duc. Tal procedimento objetivava a recuperação, preservação e restauração dos monumentos importantes para a manutenção da memória francesa.

No mesmo período, na Inglaterra, dentro do contexto da Revolução Industrial, outro teórico de suma importância para a preservação do patrimônio histórico apareceu, ditando conceitos contraditórios, numa linha de pensamento adversa à de Viollet Le Duc.

---

<sup>4</sup> REVOLUÇÃO FRANCESA – 1789. A destruição dos monumentos históricos em larga escala apressou a definição de critérios de intervenção e a promoção do interesse público pela preservação. Foi o início da discussão sobre uma metodologia para conservação e restauro dos monumentos, na intenção de preservar o original e/ou reconstituir o estado primitivo do objeto.

Trata-se de John Ruskin<sup>5</sup>, purista de base teológica calvinista, teórico e estudioso que manteve uma relação diletante com as coisas. Destacava-se pelo compromisso estético com a matéria, pensamento embrionário do movimento moderno que se deu pela negação do ornamento sem valor. Manteve relação com Bauhaus e foi grande crítico da Revolução Industrial, sempre contra o desenvolvimento e o progresso (ferrovia, urbanização e máquina a vapor). Portanto, contrário às inovações, negava o fenômeno das transformações e do impacto tecnológico no mundo. Referenciava a perda de qualidade de vida ocasionada pela industrialização e criticava enormemente aquele novo modo de viver. Acreditava que o ornamento produzido pela máquina não tinha diferenciação e nem a qualidade do produzido pela mão humana, que em sua opinião era o que agregava valor a uma obra, por isso condenou a réplica e o restauro.

Ruskin divergia totalmente do pensamento de Le Duc, já que acreditava que a obra precisava incorporar a passagem do tempo, vinculando-se à memória e à história, demonstrando o típico pensamento romântico inglês do século XIX, numa relação direta do passado enquanto memória<sup>6</sup>.

A visão reacionária de John Ruskin influenciou posturas ao longo dos tempos, inclusive o movimento moderno. Juntamente com W. Morris, ele defendia a ideia de que as complementações falsificavam a arquitetura e que o trabalho de construtores e artesãos precisava ser respeitado, condenando severamente a produção industrial em série. Suas ideias, apoiadas pela sociedade, geraram o movimento conhecido como Movimento Anti-Restauração<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> JOHN RUSKIN (1819 – 1900) foi um escritor, crítico de arte e crítico social britânico, além de poeta e desenhista. Os ensaios de Ruskin sobre arte e arquitetura foram extremamente influentes na era Vitoriana, repercutindo até hoje. Seu pensamento vincula-se ao Romantismo, movimento literário e ideológico (final do século XVIII até meados do século XIX), que dá ênfase à sensibilidade subjetiva e emotiva em contraponto com a razão. Esteticamente, Ruskin apresenta-se como reação ao Classicismo e admiração ao Medievalismo. Na sua definição de restauração dos patrimônios históricos, considerava a real destruição daquilo que não se pode salvar, nem a mínima parte, uma destruição acompanhada de uma falsa descrição. In "A lâmpada da Memória". PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan, Tradução do texto.

<sup>6</sup> MEMÓRIA: Funde-se a o fenômeno do tempo e o trata como uma coisa deslocada.

<sup>7</sup> MOVIMENTO ANTI-RESTAURAÇÃO: Alicerçado nos postulados da "Lâmpada da Memória", capítulo do livro escrito por John Ruskin intitulado "As sete lâmpadas da arquitetura". As ideologias de Ruskin colocam-no contra a restauração e a favor do cuidado e da manutenção constantes dos monumentos. Constitui uma das

A contraposição apontada para o pensamento de ambos os teóricos, no entanto, não pode ser considerada uma verdade absoluta, se observarmos que as questões da *renovação* e da *preservação* são tratadas energicamente e que toda postura de preservação acaba saudosistas por excelência, ao estabelecer um juízo de valor referente à própria formação cultural e social dos dois personagens em questão, que não estavam apartados daquele tempo.

As diferentes posturas são justificadas pela própria formação de ambos, considerando que John Ruskin abordava aspectos históricos e Viollet Le Duc a atuação prática dentro de uma fundamentação metodológica.

A estruturação do pensamento metodológico para desenvolvimento de “projetos de restauro” aconteceu em meados do século XIX e se estabeleceu, de fato, com a análise e reformulação de Camilo Boito<sup>8</sup>, ao final daquele mesmo século, na Itália. Ele ponderou questões dos pensamentos de Le Duc e de Ruskin, assumindo uma postura intermediária de intervenção com a adoção de princípios ainda hoje empregados na prática da restauração. Esses serviram de base fundamentadora para a teoria contemporânea das intervenções feitas em bens de importância cultural.

Camilo Boito defendia o respeito pela matéria original e era contra a inserção de elementos arquitetônicos e/ou estruturais que falseassem a história e gerassem confusão sobre o tempo em que foram construídos.

Sua teoria concentrava-se principalmente no respeito pela cronologia das intervenções, na ideia de reversibilidade e distinguibilidade advinda já destas práticas e das práticas futuras, na importância da documentação e de uma

---

bases do debate atual sobre preservação. In “A lâmpada da Memória”. PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan, Tradução do texto.

<sup>8</sup> CAMILO BOITO (1836 -1914) “é figura de grande destaque no panorama cultural do século XIX. Arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e analista dos mais argutos de seu tempo, tendo papel relevante na transformação da historiografia da arte e da formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália. Como restaurador e teórico tem um papel consagrado pela historiografia da restauração, sendo a ele reservada uma posição moderada entre Viollet Le Duc, cujos preceitos seguiu durante certo tempo, e Ruskin, sintetizando e elaborando princípios que se encontram na base da teoria contemporânea da restauração”. In “Os Restauradores”, KUHL, Beatriz. Tradução do texto.

metodologia científica, no interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção e na noção de ruptura entre passado e presente.

Em seu postulado afirmava: “*É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje*”. Desse modo, evidenciava claramente que as partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo que seguissem seu estado primitivo, ser de material diverso ou estar datadas de sua restauração, respeitando assim as várias fases do monumento.

A teoria de Boito consolidou, assim, os princípios do restauro e se tornou base fundamentadora para a reflexão contemporânea sobre esse verbete, influenciando fortemente a normatização dos procedimentos de restauro arquitetônico do início do século XX, marcado principalmente pela Conferência Internacional de Atenas, de 1931. Tal conferência gerou um documento que estabeleceu normas para a intervenção em monumentos históricos e também se baseava na Teoria do Restauro Científico de Gustavo Giovannoni<sup>9</sup>, que considerava o restauro arquitetônico uma intervenção de consolidação com o objetivo de recompor as partes faltantes e valorizar os traços remanescentes a fim de evitar possíveis substituições.

Contemporâneo a Gustavo Giovannoni, outra figura de destaque apareceu então no cenário das discussões sobre a preservação dos monumentos históricos: Aloïs Riegl<sup>10</sup>;

Riegl acreditava que os monumentos criados pelo homem tinham a

---

<sup>9</sup> GUSTAVO GIOVANNONI (1873-1947): Aborda a inserção de construções novas em cidades já estabelecidas na Itália, vinculado ao pensamento fascista italiano. Suas referências conceituais serviram de base para as ações de preservação do pós-guerra. Foi um dos precursores do restauro científico e da necessidade de preservar as cidades históricas. CHRISTIANA ARRUDA LEE DA ROCHA in *O livro como obra-de-arte: Critérios teóricos para conservação de obras raras. Tese de Mestrado.*

<sup>10</sup> ALOÏS RIEGL (1858-1905): Austríaco, historiador pertencente à Escola Vienense de História da Arte, foi nomeado responsável pela conservação dos monumentos históricos da Áustria em 1902. Sua obra célebre, *O culto moderno dos monumentos*, conferiu um novo significado ao conceito de monumento histórico, transformando a ciência da conservação em uma disciplina específica que levantava questões relativas à tutela e conservação de bens culturais e criou bases para que se estabelecessem políticas de preservação. CHRISTIANA ARRUDA LEE DA ROCHA in *O livro como obra-de-arte: Critérios teóricos para conservação de obras raras. Tese de Mestrado.*

finalidade de exaltar alguma característica de uma dada sociedade, com o objetivo de expressar e conservar uma forma de pensar o mundo em determinada época. Afirmava ainda que essas obras haviam sido construídas para um determinado fim e que acabavam por identificar as particularidades de um povo, defendendo a ideia de que, em seu sentido original, o monumento mantinha a memória coletiva daquele povo: “Não é sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos.”

A grande contribuição do pensamento riegliano para as teorias que envolvem a preservação do patrimônio foram os diferentes tipos de valores atribuídos aos monumentos, decorrentes das distintas formas de percepção e recepção desses artefatos em cada período da história e contexto específicos, bem como os diferentes meios para sua preservação, impondo às instituições competentes a necessidade de fazer escolhas, as quais devem, necessariamente, ser baseadas num juízo crítico.

Dessa maneira, Reigl conseguiu introduzir as práticas da restauração no âmbito cultural e estabelecer o pensamento embrionário às propostas defendidas a partir do final da Segunda Guerra na Europa, através das teorias do “restauro crítico” de Cesare Brandi, que têm aplicação prática reconhecida nos trabalhos de Roberto Pane e Renato Bonelli<sup>11</sup>.

Portanto, ainda nesta linha de pensamento, a conservação dos monumentos está diretamente ligada à história e adquire valor simbólico quando se torna objeto referencial para uma determinada sociedade, que se integra e se identifica por um modelo comum.

Na metade do século XX, mais fortemente na década de 60, vinculado ao Instituto de Restauro Italiano, Cesari Brandi<sup>12</sup> assumiu papel de destaque, sendo considerado um dos principais teóricos do restauro moderno e tendo

---

<sup>11</sup> Roberto Pane e Renato Bonelli: Arquitetos Italianos contemporâneos de Brandi que em conjunto participam do congresso e redigem a Carta de Veneza de 64, aplicando em seus trabalhos a teoria do Restauro Crítico.

<sup>12</sup> CESARI BRANDI: (1906 - 1988) É um dos grandes nomes da restauração de objetos de arte. Fundamentou o "restauro crítico" nos anos 40, juntamente com Roberto Pane e Renato Bonelli (restauração entendida como um ato de cultura). In Teoria da Restauração. Tradução: KUHL, Beatriz M.

participado do congresso realizado no ano de 1964 na cidade de Veneza.

Veneza foi escolhida por ter um enorme patrimônio a ser preservado, principalmente devido ao valor expresso pela materialidade das construções. Em decorrência desse congresso, a cidade se firmou como palco das discussões relativas ao restauro e celebrou a preocupação dos estudiosos e especialistas no campo da preservação patrimonial na intenção evitar que as intervenções realizadas nos monumentos europeus no período pós-guerra pudessem causar mais danos do que o próprio tempo.

Esse congresso teve como resultado a Carta de Veneza de 1964, que contribuiu fortemente, assim como os conceitos anteriormente estabelecidos na Carta de Atenas de 1931, para que Cesari Brandi fundamentasse a sua obra, intitulada Teoria da Restauração, um dos maiores postulados do restauro de toda a história.

Nessa teoria, afirmava: *"A restauração deve objetivar restabelecer a unidade potencial da obra de arte, até onde for possível, sem produzir uma falsificação histórica ou artística e sem apagar todo traço da passagem do tempo deixado na obra de arte"*. Para Brandi, o que garantia a preservação das obras era a forma material que assumiam, assegurando a transmissão de uma imagem como referencial de memória para as gerações futuras, pois ele acreditava que a imagem despertava a consciência humana.

Baseado neste principal fundamento, o teórico estabeleceu diretrizes de ação pragmáticas que priorizavam a ação do tempo, a historicidade e a estética das obras, defendendo ainda a ideia de uma restauração preventiva. Dessa forma, seria possível evitar a restauração efetiva que, como toda intervenção, muito raramente seria capaz de recuperar completamente um artefato de maneira que ele pudesse ser classificado como original em toda sua complexidade material, funcional e estética.

Essa abordagem conceitual, que sintetiza o pensamento dominante durante as próximas três décadas e meia, foi complementada diversas vezes em

congressos realizados posteriormente e que integraram a questão urbana e a discussão dos centros históricos das cidades.

O que era relativo ao monumento assumiu maior dimensão pelas mãos de Aldo Rossi<sup>13</sup> em seu livro “*Arquitetura da cidade*”, de 1966, e pelas propostas de Píer Luigi Cervelatti para a cidade de Bologna, Itália.

Esse último, um projeto de intervenção urbana para a cidade italiana datado da década de 70, optou pelo reconhecimento e recuperação da tipologia arquitetônica da cidade e foi denominado *Restauro Tipológico*, conservando as características gerais das edificações e do conjunto histórico e não apenas as características excepcionais das edificações.

A discussão da restauração na atualidade gira em torno da evolução dos pensamentos dos séculos XIX e XX, não só pela autenticidade das obras, garantindo a elas originalidade, visto que não foram alvo de mutações, mas também pela preservação da identidade como grande mantenedora da memória.

Figura de destaque no cenário internacional contemporâneo pela restauração arquitetônica, Paolo Marconi, arquiteto e teórico italiano, encabeça o pensamento que defende que a autenticidade da obra de arquitetura está em seu significado (na linguagem e ensinamento arquitetônico) muito mais do que na matéria.

Sua tese faz um contraponto com o pensamento de Giovanni Carbonara, cuja corrente é a conservadora italiana (contrária à de Marconi), que valoriza somente a materialidade, mesmo que isso negue o direito de apropriação do bem pela comunidade e as intervenções arquitetônicas decorrentes dessa apropriação.

---

<sup>13</sup> Aldo Rossi: Arquiteto pela Escola Politécnica de Milão em 1.959, tem como obra principal “A arquitetura da Cidade” de 1.966. Os escritos de Rossi estão ligados as suas obras no campo do projeto relacionados a análise científica, teoria e o projeto. In A Arquitetura da Cidade. Tradução Eduardo Brandão, 1.998 (p. 308)

## 2.2 A influência de Eugène Emmanuelle Viollet Le Duc no processo metodológico.

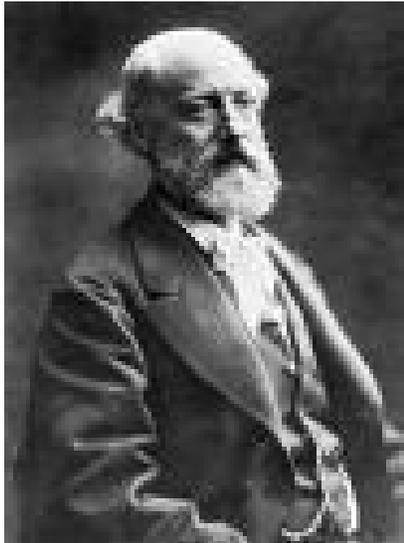


Figura 04

“Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes e perfeitos.” (VIOLLET LE DUC, Verbete sobre Restauração, p.21)

Eugène Emmanuelle Viollet Le Duc, francês de família católica e arquiteto atuante, prezava a prática do restauro e da preservação e era um homem de ação. Influenciou fortemente as ideias ocidentais acerca do restauro durante todo o século XIX, até o século XX.

Em 1840, mesmo com pouca experiência, Viollet Le Duc foi indicado pelo governo Francês como arquiteto da Comissão dos Monumentos Históricos da França, para gerenciar obras de restauro de edifícios históricos, por seu aprofundado conhecimento da arquitetura gótica e também da arquitetura clássica.

Em 1844, foi vencedor do concurso para restauração (complementamentos) da Catedral de Notre Dame, na cidade de Paris. O desenvolvimento de projetos bem sucedidos o tornou reconhecido por sua atuação no campo da restauração, demonstrando grande conhecimento em arquitetura e construção, especialmente a gótica, símbolo da nação francesa.

Estabeleceu princípios para intervenções em monumentos históricos e desenvolveu um processo metodológico para esse trabalho, ressaltando a importância da investigação científica.

Defendia a destruição das complementações, a concepção original do monumento, restituindo o monumento para conduzi-lo a seu estado mais puro. Afirmava também que o arquiteto deveria optar pela reconstrução da obra, melhorando seus defeitos e procurando o ideal de seu estilo. Era, portanto, a favor das complementações ao estado puro.

Em sua obra *Dictionnaire Raisoné De L'architecture Française Du Xie Au Xvie Siécle*, define a ideia de restauração: "(...) A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento". (VIOLLET LE DUC, Verbete sobre Restauração, p.29)

Le Duc teve grande contribuição para a questão da preservação do patrimônio histórico, priorizando ações de sistematização, racionalidade, metodologia de intervenção e procedimentos do restauro científico.

Acreditava que só a apropriação e a conscientização da história fazem o sentido da inovação e trabalham com acréscimos e vinculação das coisas quando intervém no patrimônio. Tinha profundo conhecimento do objeto em face às intervenções.

Aplicava os princípios da distinguibilidade nas construções, ainda que embrionariamente, conceitos que mais tarde foram abordados por Camilo Boito com muito afinco e concordância com esse primeiro pensamento.

A Importância da arquitetura gótica para a manutenção da memória francesa fez com que Eugène E. Viollet Le Duc se dedicasse ao seu entendimento e conhecimento profundo.

Restaurar a imagem da França e manter referenciais da expressão máxima da arquitetura gótica para as gerações futuras exigia não apenas domínio da estrutura arquitetônica que se revelava como única e indissociável, mas também o emprego da técnica medieval e materiais construtivos e compositivos (manifestações artísticas).

Um projeto de restauro, portanto, deveria respeitar a identidade cultural da época em que havia sido pensado, fundamental para a preservação do patrimônio em questão e mais importante do que a própria autenticidade das obras e a preocupação em distinguir o novo do antigo.

Os verdadeiros valores foram criados para serem preservados e restabelecidos a ponto de nunca, em um dado momento, terem de fato existido. O que era possível, nesse caso, justamente através do acúmulo do conhecimento e do completo domínio da arquitetura gótica.

As disparidades entre a arquitetura do século XIX e aquela gótica afirmavam a necessidade de conhecimento e preservação dessa outra de tal maneira que justificasse sua fiel reprodução e recriação a um estado de plenitude que não necessariamente existiu em algum tempo.

Para Viollet Le Duc, o projeto de um edifício deveria ser o resultado de um método racional baseado no conhecimento profundo do artefato. Como ele foi defensor de um tipo de manifestação arquitetônica que se mostrasse verdadeira e honesta, estando assim em harmonia com sua época, não poderia agir diferente com os projetos de restauro que só faziam sentido se recolocados à temporalidade de quando foram projetados e construídos, de maneira que representassem a expressão daquele estilo em sua totalidade.

Dessas ideias, Le Duc expressou a necessidade de adotar um método que orientasse sobre o desenvolvimento de projetos, a então intitulada metodologia científica, aplicada também para objetos de cunho preservacionista.

Está implícito no método adotado pelo arquiteto o pensamento voltado para o reconhecimento profundo do artefato e a ação de restauro criteriosa no patrimônio arquitetônico edificado.

Quando publicou uma instrução técnica sobre a restauração de edifícios religiosos com a contribuição do historiador Prosper Mérimé<sup>14</sup>, estabeleceram-se diretrizes e recomendações de manutenções periódicas dos monumentos históricos para evitar restaurações.

Essa metodologia demonstrava como executar um levantamento métrico arquitetônico, como analisar o estado de conservação e verificar as patologias das construções (diagnóstico), além das possíveis razões de sua degradação, que culminariam na elaboração de um manual de procedimentos técnicos para recuperação desses materiais construtivos e de revestimento.

Preocupou-se também com o ensinamento de técnicas (no caso específico das medievais) e em indicar as formas para viabilizar a restauração de um edifício, o que revelou que Le Duc possuía extremo domínio da arquitetura e grande conhecimento científico sobre o tema.

Conforme afirmação do historiador francês Bernard Lepetit:

O território é essencialmente uma memória, e seu conteúdo é todo constituído de formas passadas – isto é, de algumas dentre elas, das quais só subsiste o que pode ser compreendido pela sociedade que, em cada época, trabalha em seus quadros.

Ou seja, o profundo conhecimento do passado, aliado a um processo metodológico de reconhecimento do objeto e armazenamento das informações obtidas, foi a maneira que Eugène E. Viollet Le Duc encontrou para preservar a memória e o patrimônio franceses.

---

<sup>14</sup> PROSPER MÉRIMÉ (1803 -1870): escritor, historiador e arqueólogo francês. Quando esteve à frente da Secretaria de Monumentos Históricos, em 1934, pôde escrever sobre o tema e trabalhar em cooperação com Le Duc.

### 3 ANÁLISE DAS DIRETRIZES APLICADAS AO PROCESSO DE PROJETO DE RESTAURO ARQUITETÔNICO NA CIDADE DE SÃO PAULO-SP.

“O patrimônio histórico-cultural de uma nação não abrange apenas edificações e monumentos, ou sua tradição sociocultural, mas também seus bens culturais, tangíveis e intangíveis, como o conhecimento que produz a documentação que registra esse conhecimento e suas formas de divulgação.” (CLANCLINI, Universidade de La Prata, Argentina)



Figura 05

A preservação do patrimônio cultural pode ser tratada como mantenedora da ordem social, considerando que permite a estruturação de referenciais que o ser humano precisa para se apropriar e conservar dignamente o lugar que habita.

A memória aparta o fenômeno do tempo e o trata como deslocado da realidade presente, pois incorpora, a esse tempo, o passado.

Salvaguardar<sup>15</sup> com consciência, neste sentido, permite a formação de um juízo crítico diante do mundo em que vivemos. Assim, não apenas especialistas na área da preservação, mas cidadãos comuns, podem ser despertados para a importância da conservação do patrimônio que lhes pertence.

### **3.1 Congressos Internacionais**

Da necessidade do estabelecimento de regras comuns, aceitas internacionalmente para abordar e intervir em bens relevantes à preservação do patrimônio histórico, foram criados os congressos internacionais.

Os dois primeiros, datados de 1921, em Paris, e 1930, em Roma, foram pouco significativos.

Já em 1931, o Congresso de Atenas, proposto a princípio para discutir o recente restauro acontecido no grande marco arquitetônico da antiguidade – o Pátemon -, foi o ponto de partida para discussões e abordagens conceituais que geraram aplicabilidades futuras. Anterior à criação da Organização das Nações Unidas, o Congresso aparecia como um organismo vinculado aos museus.

Desde então, vários outros eventos foram sendo realizados ao redor do mundo, sempre na intenção de abordar e discutir questões de interesse

---

<sup>15</sup> CARTA DE RESTAURO de 1972. Artigo 4: “Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter o funcionamento, facilitar a leitura e transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos de relevância histórica.”

preservacionista e o resgate da memória e identidade de cada nação, fatos esses relevantes para a conservação dos artefatos de importância local e internacional.

A Carta de Atenas de 1931 foi conceituada tendo como princípio as seguintes ideias fundamentais: uma mudança de uso seria permitida, caso necessário, para a manutenção do bem, ambiência (análise do conjunto urbano), respeito à evolução cronológica das intervenções passadas, uso de técnicas e materiais modernos em construções antigas, projetos de pesquisa e análise dos bens, interdisciplinaridade e educação patrimonial.

Contemporânea aos pensamentos que influenciaram o Congresso de Atenas de 1931, a vertente modernista ganhava forma e teve seu conteúdo descrito na Carta de Atenas de 1933, após o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna datado do mesmo ano, representado pelo baluarte do modernismo, o arquiteto Le Corbusier<sup>16</sup>.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a vasta destruição dos países europeus e quase que em caráter de urgência, discutiu-se fortemente a forma de intervir, pensando na preservação e no resgate da memória.

A Carta de Veneza de 1964, documento produzido após o Congresso realizado naquele ano na cidade de Veneza, trouxe ideias fundadoras desse processo (ainda atuais), relevantes ao movimento da preservação cultural e arquitetônica. Entre elas se destacam a ampliação do conceito de monumento, tratando do objeto isolado e estendido aos conjuntos urbanos (conceito de que o monumento deve envolver o espaço onde se encontra implantado); o respeito aos acréscimos (cronologia das edificações), desde que de considerável valor histórico agregado; a multidisciplinaridade dos projetos e profissionais envolvidos, esgotando pesquisas e análises investigativas que assegurem o restabelecimento

---

<sup>16</sup> O arquiteto francês LE CORBUSIER influenciou todo o pensamento moderno no mundo e ficou conhecido por obras de destaque, como a residência Ville Savoy e o Plan Voasier, plano diretor para a cidade de Paris que, embora nunca tenha saído do papel, pretendia destruir parte do centro histórico preservando algumas edificações monumentais isoladas. Assim, abriria espaço para construções novas e um novo modo de morar.

do bem; e a proposta de manutenção periódica, que pudesse evitar maiores intervenções na matéria. Com isso, estabeleceu valores de autenticidade para os bens históricos e o fim do restauro completativo.

Usualmente recomendada em todo o mundo, a Carta de Veneza de 1964 continua sendo o postulado das ações de restauração. Ela representou uma síntese de todos os conceitos até então discutidos e foi a base fundamentadora dos congressos subsequentes, que trataram principalmente da questão da integridade patrimonial.

Observa-se a continuidade do pensamento da Carta de Veneza e a apropriação das ideias ampliadas e estendidas para outras áreas da restauração, durante a década de 70, primeiro com a Carta Italiana de Restauro, formulada em 1972 – e que tinha como representante atuante o então diretor do Instituto de Restauro de Roma, Cesari Brandi – bem como em congressos subsequentes, que foram acontecendo na Europa.

Em 1975, aconteceu na cidade de Amsterdã, na Holanda, outro momento importante de discussão das posturas para estabelecimento de juízo crítico para as questões referentes ao restauro.

Gerado nesse encontro, o documento denominado Declaração de Amsterdã destacou o planejamento urbano como instrumento de preservação, quando a noção de patrimônio arquitetônico deixou de abranger somente os monumentos, mas cidades antigas, bairros e aldeamentos. Esse fato alavancou, já na década de 80, a preservação do que não tinha expressão ou força material e a constituição, portanto, do que ficou conhecido como patrimônio imaterial.

A década de 90 foi marcada por encontros de grande relevância, que discutiram temas polêmicos e necessários para a continuidade e atualização do processo.

O Congresso ocorrido na cidade de Nara, no Japão, gerou um documento conhecido como Carta de Nara, datada de 1992. Tal “reunião” de profissionais especialistas na área da preservação aconteceu por conta da conservação do monumento de Nara e estabeleceu a discussão sobre a questão

da identidade. Aqui, mais importante que o peso da matéria, foi a ideia de coesão grupal que a preservação pode gerar; criando, com isso, referenciais de memória. A questão da identidade, nesse caso, prevalece sobre o conceito de autenticidade e incorpora ao restauro um novo posicionamento no trato com o bem.

A última década tem considerado todas as questões tratadas ao longo da história da preservação e, sem regras rígidas com peso de lei, direciona todos os conceitos para a preservação da memória, em diferentes níveis e através do estabelecimento de um juízo crítico de valores relevantes para cada artefato.

A leitura das recomendações contidas nas cartas patrimoniais, geradas nos congressos ocorridos desde a década de 30, permite compreender a evolução do pensamento preservacionista ao longo dos tempos e suas interferências no mundo contemporâneo quando transpostas para a realidade.

Se, no passado, a preocupação era salvaguardar monumentos históricos e seu entorno, a proteção foi se estendendo para os conjuntos arquitetônicos, urbanismo, arqueologia, comercialização de bens de interesse histórico, restauração, proteção ambiental e cultural, respectivamente.

Atualmente, a preocupação gira em torno de temas bastante abrangentes que vão além de todos os citados acima. A questão da autenticidade dos artefatos arquitetônicos, a preservação e valorização da cultura popular e de seu estado de ambiência estão em pauta.

As recomendações explicitadas nesses documentos sempre foram discutidas por especialistas da área que precisavam de ações públicas que viabilizassem tais ações propostas. Daí o surgimento das instâncias públicas de preservação que definem valor patrimonial, regem políticas de viabilização, estabelecem diretrizes e fiscalizam os procedimentos de atuação profissional.

Tendo em vista a necessidade de salvaguardar o patrimônio histórico de importância para a humanidade foi fundada a UNESCO<sup>17</sup>, responsável pelo tombamento e fiscalização dos processos de conservação em bens de interesse cultural para a humanidade. Afora a união, existem as normativas e atividades

---

<sup>17</sup> UNESCO: *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.*

locais de cada país, estados e municípios que cuidam de seu patrimônio de acordo com a importância de cada artefato.

Considerando a cidade de São Paulo, visto que é o foco deste estudo, os bens de relevância social, cultural, arquitetônica e da paisagem podem ter seu valor declarado por três instâncias de preservação distintas: a esfera federal - IPHAN, a esfera estadual - CONDEPHAAT e a esfera municipal – CONPRESP / DPH, sendo esta última a analisada neste trabalho.

### **3.2 A normatização brasileira e as recomendações dos órgãos de preservação**

No Brasil, o pensamento preservacionista começa a tomar forma com a Semana de 22 e os modernistas, que, imbuídos do espírito nacionalista, vão em busca do resgate da memória brasileira.

Por razões sociais e culturais e sob a influência do que estava acontecendo na França no período após a Revolução Francesa e a consequente valorização da arquitetura gótica como grande alicerce da preservação da memória da França, despertou nos nacionalistas brasileiros o desejo de conhecimento e preservação da própria cultura.

Nesse mesmo período, as transformações advindas da Revolução Industrial culminavam com o declínio do Classicismo e voltavam os olhares dos intelectuais brasileiros para a Europa. Tendo sofrido forte influência do Romantismo inglês, os europeus passaram a valorizar o peso da tradição, motivado pelo abrupto avanço tecnológico e pela grande transformação provocada pela produção em série, característica marcante da Revolução Industrial.

“O saudosismo inglês ligado às noções estéticas do sublime e do pitoresco, que surge dos primeiros estudos sobre a natureza humana, sua

psicologia e suas sensações, e a revalorização da imaginação e do sentimento”<sup>18</sup>, passam a conduzir as ações preservacionistas no Brasil.

Historicamente, somente após a semana de Arte Moderna de 22 e já com o contexto internacional estabelecendo normas através dos documentos gerados pelos congressos de discussão preservacionista, é que o Brasil inicia um caminho de reconhecimento do passado e atenta para as questões de valorização da cultura e da memória do país.

Com a criação do Sphan<sup>19</sup>, em 1937, estabelece-se a cultura da preservação voltada ao período colonial brasileiro como expressão máxima da cultura popular deste povo. Artistas, literários e arquitetos saem pelo país “desbravando” e registrando intensamente as tradições e manifestações populares, como nunca antes na história.

Nesse mesmo ano, Lucio Costa estuda e propõe um projeto de restauro e intervenção para as Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, adotando como partido os preceitos de Camilo Boito e as recomendações contidas na Carta de Veneza de 64 e na Carta Italiana de Restauro de 72. Essa atitude revelou maturidade e interpretação coerente e teve como resultado a preservação de parte da memória brasileira agrupada num espaço de arquitetura brilhante, de enorme respeito com a história daquele local.

Juntamente com os restauros e intervenções que propôs para a cidade de Ouro Preto, Lucio Costa passou a nortear a preservação no Brasil, pensada paralelamente ao modernismo que, enquanto representação arquitetônica, ganhava peso e importância no quadro brasileiro.

Já na década de 50, em comemoração ao quarto centenário da cidade, representando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Luis Saia, então superintendente geral do órgão, não arbitrariamente, mas sem execução prévia de projeto, coordenou as obras de restauro das casas

---

<sup>18</sup> PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. O pensamento de John Ruskin no debate cultural brasileiro dos anos 1920. Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008.  
[http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/mlbp\\_ruskin.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/mlbp_ruskin.htm)>.

<sup>19</sup> SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

bandeiristas em São Paulo. Dessa forma, buscava preservar, pela consolidação das construções, recomposição e intervenção, os exemplares de maior importância para a manutenção da memória desse período da nossa história. Fato que se repete em outros exemplares do patrimônio arquitetônico nacional, como por exemplo o trabalho de conservação, restauro e reconstrução da Aldeia de Carapicuíba, também com Luis Saia à frente do IPHAN.

As décadas seguintes foram marcadas por ações de restauro pontuais e pela valorização da arquitetura moderna, sem preocupação aparente com a preservação da arquitetura dos séculos XVIII, XIX e início do século XX.

A declaração de valor que decorria no tombamento dos imóveis se intensificou na década de 80, mas de forma frágil e sem ações de conservação e valorização efetiva do patrimônio. Isso fez com que muito se perdesse em meio ao crescimento acelerado da cidade e pela especulação imobiliária em diversos bairros marcados pela tradição.

A valorização do patrimônio paulistano começou a ser percebida, de fato, na década de 90, impulsionada por programas públicos municipais e pelo apoio do Ministério da Cultura que, através da lei Rouanet, possibilitou parcerias entre as iniciativas pública e privada em decorrência da própria necessidade de ocupação e modernização advindas da reurbanização e consequente revitalização das áreas centrais.

Atualmente, projetos de cunho preservacionista desenvolvidos para bens de interesse histórico em processo de tombamento ou tombados por sua declaração de valor geralmente são feitos por escritórios especializados e, quando concluídos, necessitam de legitimação e aprovação junto ao órgão de preservação competente, precedente à execução da obra.

Essa análise é feita por técnicos que compõem o corpo operativo público e sua aprovação dada por um conselho deliberativo não necessariamente com formação específica na área.

A necessidade de protocolo desses projetos nos órgãos de preservação e as análises decorrentes do processo estão ligadas primeiramente à declaração

de valor como objeto isolado, de conjunto arquitetônico, conjunto urbano ou que esteja localizado em área envoltória ao bem tombado.

A relevância da proteção legal, estabelecida pelos níveis de tombamento, aparece caracterizada após inventário, catalogação e análise da importância histórica específica para cada bem protegido.

As referências internacionais continuam sendo base estruturadora da preservação no Brasil, fato caracterizado pela utilização das cartas internacionais como documentos que estabelecem juízo de valor conceitual, atribuído aos partidos de intervenção adotados e pelo próprio vínculo do país com o ICOMOS e com a UNESCO.

Percebe-se que as especificidades locais exigem posturas e tomadas de decisões particulares, adaptadas do contexto mundial para a realidade paulista, que são discutidas por especialistas vinculados às instituições privadas e aos órgãos públicos de preservação.

Fatores políticos, históricos, sociais e culturais determinam essas ações de preservação e despertam os intelectuais e artífices para a discussão nacional das questões ligadas à conservação e ao restauro do nosso patrimônio.

O compromisso de Brasília, de 1970, congresso que abordou primordialmente a falta de interlocução entre as três instâncias de preservação que englobam a hierarquia preservacionista de cada cidade e que são divergentes e degradadoras em vários aspectos, peca justamente pela falta de diretrizes comuns.

A inexistência de interação entre os órgãos federal, estadual e municipal continua sendo contraponto para políticas bem-sucedidas de restauração, considerando que posturas e interesses diversos denigrem artefatos pelo prolongado tempo de ação entre viabilização de recurso, desenvolvimento de projeto e aprovação junto aos órgãos.

Eles definem particularidades de atuação e metodologia, o que acaba interferindo de maneira negativa na preservação de um patrimônio quando preservado pelas três esferas, visto que diferem no trato com “legislação”

(normativas), recomendações metodológicas, análise técnica, fiscalização e acompanhamento de obras.

As ações de preservação se encontram atreladas às iniciativas públicas e privadas e envolvem interesses políticos, marketing de ação cultural, educação patrimonial e responsabilidade social, o que agrega valor ao patrimônio arquitetônico.

### **3.3 Metodologia aplicada para reconhecimento do artefato: o caso paulistano**

O restauro se caracteriza, então, por um processo de trabalho, divisível em distintas etapas metodológicas, essencialmente constituídas pelo conhecimento do objeto, pela determinação dos critérios de intervenção e pelo projeto, e ainda pela intervenção e conservação preventiva. A determinação dos critérios de intervenção e o projeto iniciam-se pela reflexão na qual (...) são fixados os objetivos, a essência, as propostas gerais, os critérios de intervenção e o partido arquitetônico a ser adotado, bem como os meios e as formas de realizá-los.<sup>20</sup>

A metodologia de projeto recomendada pelo órgão municipal e “aplicada” pelos especialistas na área segue as recomendações contidas no Anexo B da Carta de Restauro Italiana de 1972, que trata das instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas e diz:

A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc.), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas

---

<sup>20</sup> GALLO, Haroldo. in “*Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação entre a identidade e a autenticidade*”. 2009.

bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metodológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade.

O desenvolvimento do projeto de restauro se inicia com o reconhecimento do objeto, preliminarmente à adoção de um partido de intervenção, e engloba algumas fases fundamentais para a compreensão do conjunto.

Dentre elas podem ser citadas a pesquisa histórica e iconográfica, o levantamento métrico arquitetônico corrido e cruzado, análises de laboratório, prospecções arquitetônicas, investigações parietais (estratigráficas e exploratórias) e arqueológicas, identificação das técnicas construtivas e dos materiais de revestimento, análise do estado de conservação feita preliminarmente a olho nu e aprimorada por análises específicas das patologias, além do mapeamento de danos e diagnósticos por amostragem.

Essa colocação é antecedida por ações que cabem à prefeitura e que, necessariamente, definem as primeiras diretrizes para o desenvolvimento do processo metodológico.

A aplicação dessa metodologia se estabelece, portanto, após algumas ações públicas como a identificação e catalogação do patrimônio que, após inventariado, tem seu valor declarado pelo tombamento, que

(...) coloca sob a tutela pública os bens móveis e imóveis, públicos ou privados que, por suas características históricas, artísticas, estéticas, arquitetônicas, arqueológicas, ou documental e ambiental, integram-se ao patrimônio cultural de uma localidade.<sup>21</sup>

A preservação legal do imóvel, como objeto isolado ou de conjunto, caracteriza-se pela inserção deste ou destes bens em uma área também

---

<sup>21</sup> Referência: Decreto-Lei Nº25, de 30 de novembro de 1937 – [www.iphan.org.br](http://www.iphan.org.br)

preservada, classificada como envoltória. Essa área, que é estabelecida caso a caso pelos decretos de tombamento, juntamente com os índices urbanísticos, define recuos e gabaritos de altura e se enquadra no plano diretor da cidade pelo contexto urbano em que está inserida, o qual chamamos ambiência.

O desenvolvimento e aplicabilidade desses procedimentos variam de acordo com as instâncias patrimoniais que reconhecem o tombamento e a classificação do nível de preservação a que pertencem <sup>22</sup>.

A metodologia de projeto aplicada a bens protegidos por lei, os quais têm intrínseca a sua declaração de valor, é comum a todos os artefatos relevantes à manutenção da memória e pode ser usada igualmente para obras de arte e bens arquitetônicos, com variáveis que se aplicam individualmente para cada artefato, determinadas principalmente pelo grau de complexidade que guarda cada objeto, contexto histórico em que se insere e seu conseqüente valor patrimonial. O quadro metodológico se apresenta, portanto, da seguinte forma:

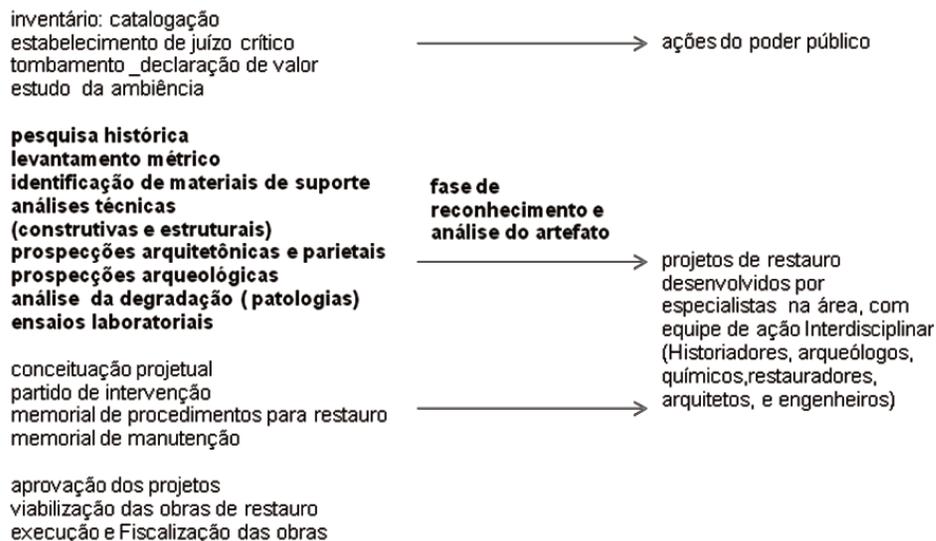


Gráfico 01

<sup>22</sup> Os NÍVEIS DE PRESERVAÇÃO, também denominados níveis de tombamento são classificados como NP1, NP2 E NP3, sendo: NP1: Corresponde a bens de excepcional interesse histórico, arquitetônico, ou paisagístico, determinando sua preservação integral. NP2: Corresponde a bens de grande interesse histórico, arquitetônico, ou paisagístico, determinado a preservação de suas características externas e de alguns elementos internos. NP3: Corresponde a bens de interesse histórico, arquitetônico, ou paisagístico ou ambiental, determinado a preservação de suas características externas. In. Cartilha do DPH –SP.

## Legislação e Tombamento:

O tombamento provém de um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados. (DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. SMC)

A legislação brasileira se apoia parte no contexto documental de âmbito internacional, através das recomendações contidas nas cartas preservacionistas, e parte nos mecanismos legais de planejamento urbano, tais como o Estatuto da Cidade<sup>23</sup> e a Lei de Zoneamento, que determinam as intervenções no espaço construído.

Quando tratamos de um bem histórico legalmente protegido, sua preservação assume papel de destaque e sobrepõe-se às leis da cidade como objeto isolado ou conjunto de caráter excepcional. Isso não significa que o ato de tombamento, meramente administrativo após declaração de valor, assegure a preservação desse patrimônio. O tombamento é apenas uma tentativa de manutenção de um suporte original em situação de risco.

Conhecer a lei que assegura a não destruição do bem é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de preservação que pode, por sua vez, ser o de simples conservação.

De posse destes decretos de tombamento, são estabelecidas as primeiras diretrizes de ação com cunho preservacionista.

---

<sup>23</sup> O ESTATUTO DA CIDADE regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, através da LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Ele prioriza, em suas diretrizes gerais, a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Estatuto da Cidade: LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Ambiência: “A preservação das características do quadro construído que influi na percepção estática ou dinâmica dos conjuntos históricos tradicionais, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNESCO, 1976)

A ambiência estabelece relações entre artefatos arquitetônicos isolados que envolvem o desenho urbano e um espaço arquitetonicamente estruturado e de utilização, criando uma relação direta entre o patrimônio histórico edificado e o meio ambiente que o agrega, e que pode ser caracterizado como físico (biológico) e construído (referente à cidade).

O que é de costume definir como Patrimônio Histórico, tal como meio ambiente cultural, está conceituado no Art. 216 da Constituição Federal como

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.  
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Portanto, o meio ambiente não deveria ser visto apenas sob este aspecto físico e não o é, o que faz com que a Constituição Federal insira os elementos humanos e sociais dentro da definição de ambiência, quando a apropriação dos bens pela sociedade é a garantia de que os elementos formadores de memória sejam de uso comum.

“Por isso, é possível se falar em meio ambiente do trabalho, em meio ambiente histórico-cultural. Não há dúvidas, portanto, que a cultura e a história

materializadas em construções, em obras de arte, integram o meio ambiente”.<sup>24</sup>  
(MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL)

Compondo esse meio urbano característico estão as construções identificadas como relevantes para a manutenção da ambiência (contexto urbano) e da memória (referencial social). Essas construções se enquadram no grupo que necessita de estudo mediante qualquer ação de intervenção. As ações ligadas à manutenção dos objetos preservados por lei obedecem a um processo metodológico fundamentado nos conceitos adotados pelo ICOMOS que, por sua vez, tem como base embrionária os critérios estabelecidos por Eugène E. V. Le Duc, citado anteriormente.

Descritos a seguir, estão os itens que compõem esse processo metodológico, usualmente recomendado pelo órgão de preservação municipal para desenvolvimento de projetos de restauro e intervenção em bens de interesse histórico.

As construções pertencentes a áreas envoltórias<sup>25</sup> de artefatos tombados, apesar da necessidade de aprovação do projeto nos órgãos de preservação mediante necessidade de intervenção, estão limitadas a atender apenas a limites de altura e interferências diretas no quadro visual (para respeito à ambiência) da edificação protegida por lei.

Situação, implantação e área envoltória: A localização de um bem é feita através de uma implantação geral, registros e levantamentos históricos e mapográficos da evolução (desenvolvimento) urbana do local a que pertence e levantamento fotográfico aéreo atualizado da área.

A planta de situação, desenho que comumente chamamos de implantação, indica a localização do edifício no lote, isoladamente do lote em relação ao quarteirão e ruas próximas a ele; com norte geográfico (orientação

---

<sup>24</sup> De fato, se assim não fosse, a LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS não teria uma seção dedicada especificamente aos “crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural” (artigos 62 a 65, da Lei nº 9.605/98), justificando sua inserção no contexto ambiental.

<sup>25</sup> ÁREAS ENVOLTÓRIAS: Caracterizadas por um raio de preservação do bem tombado, quando as intervenções que vierem a ser realizadas nos imóveis dessa área necessitam de aprovação junto aos órgãos por comporem a ambiência do conjunto arquitetônico a que pertencem.

norte-sul) e todos os elementos de infraestrutura necessários à compreensão básica anterior às possíveis necessidades de intervenção.

Podem fazer parte dessa prancha: indicação das instalações elétricas e hidráulicas, locação dos pontos de iluminação externa (postes de iluminação pública). Este levantamento é auxiliar ao desenvolvimento dos projetos complementares e não compõe necessariamente ações diretamente ligadas ao projeto básico de restauração.

O projeto de restauro contempla preliminarmente os caminhos das fiações (instalações elétricas) e tubulação de escoamento de águas pluviais, visto que interferem diretamente no estabelecimento dos procedimentos técnicos de restauro.

A área envoltória, por sua vez, é um termo utilizado para identificar construções e lotes abrangidos pela área determinada de tombamento de um imóvel isolado.

A delimitação dessa zona de preservação pode aparecer na planta de situação da edificação, o que não implica na análise do bem tombado servindo apenas como referência para abordagem urbana direta, ou seja, área de ambiência. Essa área limítrofe ao tombamento isolado determina que qualquer intervenção pontual ou urbana localizada no perímetro em questão deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão de preservação.

Pesquisa histórica e iconográfica: A pesquisa histórica deve ser feita criteriosamente e de forma aprofundada, sempre preliminar à adoção de qualquer proposta de restauro, por subsidiar e possibilitar o reconhecimento do bem em sua total profundidade.

Consideram-se todas as fontes documentais relevantes ao conhecimento do artefato de estudo: levantamento bibliográfico (manuscritos, publicações, monografias, teses, romances); artigos (revistas e jornais), inventários; testamentos; tratados; levantamento iconográfico (fotos, pinturas e gravuras, mapas, desenhos de projeto original, filmes); depoimentos (fonográficos,

entrevistas, publicações, história oral). Ou seja, um conjunto de informações documentais – textuais, iconográficas, bibliográficas e gráficas.

A análise do projeto original, quando encontrado, a comparação entre os projetos desenvolvidos numa mesma época pelo mesmo escritório e/ou arquiteto e um estudo tipológico construtivo são fundamentais para a identificação e o reconhecimento do objeto e futura definição de um partido de intervenção.

Levantamento métrico arquitetônico corrido e cruzado: O levantamento deve ser estritamente minucioso e apresentar as características físicas da edificação. Constitui-se, portanto, da representação gráfica detalhada de todos os elementos.

O processo de levantamento geométrico tem como fundamento inventariar e descrever detalhadamente o edifício que será representado, técnica e graficamente, por meio de plantas, cortes e elevações em escala.

As escalas gráficas usuais, recomendadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, são assim determinadas: planta de situação em 1:2000 ou 1:1000, planta de cobertura (representação do edifício no lote e a projeção da cobertura com as diversas águas da cobertura existente) em 1:500 ou 1:200, planta baixa, cortes e fachadas em escala 1:100 ou 1:50 e detalhes construtivos em 1:20, 1:10, 1:5 ou 1:1, conforme a necessidade de compreensão do artefato construído.

Geralmente as representações gráficas dos desenhos em planta baixa, cortes e vistas internas e externas são precedidas por relatório fotográfico e desenhos feitos a mão livre (croquis), que auxiliam na compreensão do construído.

As cotas horizontais necessárias à compreensão prévia do objeto (levantamento métrico) usualmente são demarcadas com a utilização de trenas (métrica e eletrônica) para determinação das dimensões de cada ambiente (largura, comprimento e diagonais para verificação dos ângulos), assim como as cotas verticais, também determinadas geralmente pela demarcação feita pelo uso

de trenas. Juntas, auxiliam no levantamento em altura das paredes, vãos, cumeeira e todos os elementos compositivos relevantes ao entendimento da obra.

Fazem parte dos desenhos gráficos e de levantamento a demarcação e a declividade do piso, indicando se o mesmo é plano ou inclinado através de linhas topográficas e cotas de nível do terreno e dos pavimentos.

É fundamental para a compreensão da obra um estudo realizado através de croquis dos detalhes construtivos, com registro de esquadrias, de portas e janelas, acessórios, gradis, escadas, balaustradas, elementos decorativos (ornamentação). As medidas exatas são posteriormente fixadas pelo uso de trena, paquímetro e auxílio fotográfico para complementação do desenho levantado.

São reproduzidos no levantamento métrico arquitetônico todos os ambientes que compõem o artefato edificado, representados um a um através de planta, cortes e elevações, apropriados à análise do objeto e adaptados às propostas de intervenção.

Os desenhos das elevações geralmente são feitos partindo da fachada voltada para a rua, quando são medidas as cotas horizontais e verticais, altura, demarcação da inclinação da rua através da tomada de cotas verticais nas extremidades da construção, e montagem dos desenhos - feitos com auxílio de documentação fotográfica para detalhamento dos elementos construtivos e decorativos.

Identificação de técnicas construtivas: feitas principalmente *in loco*, a olho nu ou através de prospecções arquitetônicas criteriosas, em locais que não comprometam a leitura do edifício.

A identificação de certos tipos de técnicas construtivas também pode ser feita por pesquisa histórica, remetendo a um determinado período que comprove o uso e o método de aplicação da técnica.

São representadas em pranchas gráficas de desenho, em escala 1:100 ou 1:50, dependendo do tamanho e da necessidade do artefato, com mapa de legenda variando de acordo com a formatação estabelecida do projetista.

Identificação de materiais compositivos e de revestimentos: feitas inicialmente *in loco*, identificados a olho nu e com o auxílio de prospecções exploratórias.

A identificação dos materiais de revestimento é feita em laboratório, por técnicos especializados, que fornecem laudos das análises e determinam os materiais compositivos utilizados para “reprodução” no restauro, reconstituição ou substituição das peças por similares.

A representação se dá em pranchas gráficas de desenho, obedecendo a escala de 1:100 ou 1:50, com mapa de legenda variando de acordo com a escolha do projetista.

Prospecções arqueológicas: os trabalhos de prospecção arqueológica são bastante significativos para a descoberta de vestígios nas construções, principalmente os estruturais, quando não a própria estrutura do patrimônio edificado. São feitas, num primeiro momento, pelo reconhecimento da superfície em estudo, antes das escavações.

A prospecção arqueológica é uma metodologia científica que acontece paralelamente ao reconhecimento arquitetônico do bem, auxiliando no recolhimento e armazenamento de dados necessários ao restauro.

A metodologia aplicada para desenvolvimento da pesquisa arqueológica, em sítios onde estão implantados monumentos tombados, é composta por um conjunto de técnicas computadorizadas de tecnologia específica. Quando empregadas em um trabalho de prospecção (investigação do subsolo), são mapeadas áreas de intervenção anteriormente às escavações para diminuir os impactos invasivos do método.

As etapas desse trabalho devem obedecer aos seguintes passos: identificação do sítio (urbano) arqueológico, identificação das pesquisas, fotografia da aérea do terreno, sondagens, avaliação da resistividade dos solos em termos de eletro condutividade, trabalhos de campo e escavações, organização do grupo de pesquisas e limpeza mecânica do terreno antes do trabalho prático.

reprodução. O estabelecimento dessa cronologia se preserva em forma de registro ou painéis expositivos permanentes na própria obra.

Análise do estado de conservação: a análise do estado de conservação dos objetos de estudo é feita inicialmente a olho nu, quando do primeiro contato com o patrimônio. Após essa primeira análise e dependendo do tipo de construção e materiais de revestimento encontrados, são sugeridos testes de laboratório para verificação precisa do verdadeiro estado de conservação da obra.

O mapeamento das patologias da edificação é feito no local de implantação do edifício por técnicos especializados, usando instrumentos de aproximação com o artefato em análise, tais como lupa e binóculo, e gerando uma prancha gráfica de mapa de danos.

Algumas análises técnicas referenciadas complementares podem ser realizadas de acordo com o estado de degradação da construção para verificação da estrutura, presença de fungos e bactérias e identificação geral do estado da matéria.

Os principais agentes da degradação dos edifícios são identificados por especialistas e geralmente classificados como: agentes químicos (oxigênio, ozônio, gás carbônico, óxido de enxofre, água de lençóis freáticos), agentes físicos (energia radiante - luz solar, ultravioleta, infravermelha; abrasivos - fumaça, partículas do solo, poeira; água - líquido, vapor, ciclos de umidade relativa; e materiais em movimento - impactos, ondas ou vibrações, desgaste), e por fim agentes biológicos (vegetação, insetos e roedores)<sup>26</sup>.

Um dos grandes agravantes patológicos no processo de conservação das edificações está na degradação provocada pelo homem que, algumas vezes sem critérios, intervém erroneamente e causa atos de vandalismo.

Conceituação projetual e proposta de restauro e intervenção: na fase subsequente ao reconhecimento do artefato, são determinadas as primeiras ações de conservação, restauro e intervenção, com critérios estabelecidos pela adoção

---

<sup>26</sup> BRAGA, Márcia. *Conservação e Restauro*. Editora Rio, 2003.

de um partido de projeto que considere as ações preliminares recorrentes do processo investigativo.

Essa proposta consiste no recolhimento de todas as informações que geraram uma documentação analítica do edifício, acompanhada de conceituações embasadas nas teorias e nas cartas de preservação, justificativas de partido e fundamentações para os critérios adotados.

Devem estar de acordo com as normas enunciadas principalmente nos documentos internacionais sobre restauração e pela boa técnica usual para a atividade. É importante destacar que o conceito teórico adotado para proposições dos projetos é variável entre os profissionais.

O desenvolvimento de uma proposta preliminar é o primeiro passo para aprovação do projeto junto ao órgão de preservação, que analisa e avalia a memória descritiva e o conjunto de desenhos técnicos necessários à compreensão da obra, por meio de plantas, cortes, elevações, perspectivas e detalhes construtivos, sinalizando para o detalhamento do projeto executivo.

A partir de então, uma série de projetos complementares ao de restauro deverão ser desenvolvidos e compatibilizados por uma equipe interdisciplinar em fase anterior à da execução da obra.

Compõem o conjunto de projetos complementares: executivo de arquitetura, lógica, instalações hidráulicas e escoamento de águas pluviais, iluminação interna e externa (cênica/monumental), instalações elétricas, ar condicionado, gás, combate e proteção a incêndio, sistema de para-raios, acessibilidade a portadores de necessidades especiais, segurança, sonorização, comunicação visual (sinalização), valorização do entorno e paisagismo.

Os projetos complementares geralmente são realizados por profissionais especializados, com conhecimento na área da preservação, após estabelecimento das diretrizes do projeto de restauro e intervenção. Durante o desenvolvimento dos mesmos, a compatibilização com o projeto de restauro deverá ser feita de modo a não causar interferências e divergências futuras, no decorrer da execução da obra.

#### 4 ESTUDO DE CASOS: PROJETOS SELECIONADOS

“Se a sociedade moderna não é capaz de conferir significação presente para as antigas estruturas que recebeu do passado, cabe-lhe, ao menos, deixá-las como “reserva de sentido e ação para o futuro.” (LETETIT, Bernard. Historiador francês)



Figura 06

#### 4.1 Critérios de seleção para estudo de caso

Os projetos de restauro eleitos para compor este trabalho de análise foram selecionados primeiramente por estarem localizados no perímetro central de São Paulo, abraçados pelos limites do que comumente chamamos Centro Histórico, primeira ocupação urbana da cidade.

Edificações de cunho religioso, seus espaços arquitetônicos, foram construídas para esse fim e mantém suas características originais de uso.

A permanência desse uso ao longo da história por si só desperta atenção para a autenticidade das construções e para a preservação da arquitetura religiosa da cidade e, além disso, para sua identidade (reconhecimento popular) e preservação das tradições culturais e religiosas, que culminam na manutenção da memória paulistana.

Justamente pela relevância histórica, cultural, social e arquitetônica que apresentam, todos os artefatos foram caracterizados pelo órgão municipal de preservação como de máxima expressão e importância para a preservação da memória. Por essa razão, foram classificados dentro do critério estabelecido pelo Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo, como NP1<sup>27</sup>, que atribui às edificações o nível de preservação ao qual pertencem.

Todos os (quatro) exemplares arquitetônicos selecionados foram criteriosamente estudados, histórica e analiticamente, por profissionais especializados na prática do restauro e da preservação, abrindo frente para a análise comparativa que aqui se pretende.

Dentre os objetos selecionados para análise e composição desta dissertação estão: a Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, a Igreja São Cristóvão, a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e a Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco.

---

<sup>27</sup> NP1: Nível de Preservação 1. Proteção legal máxima existente que preserva todas as características arquitetônicas da edificação, internas e externas, e partes compositivas relevantes à ambientação do espaço interno (mobiliário). Segundo determinação do Departamento do Patrimônio Histórico Municipal.

Inicialmente, pretendia-se que a Catedral Metropolitana de São Paulo - Catedral da Sé pudesse compor este quadro através da abordagem e análise do restauro já realizado.

A escolha seria justificada pela importância da Catedral para a história da cidade e por conter intrínseca a própria construção arquitetônica, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais característicos da cidade e do povo, além de sua máxima importância enquanto expressão arquitetônica de uma época.

A inexistência, porém, de um projeto de restauro que tivesse privilegiado a metodologia recomendada pelo órgão municipal, impossibilitou que a Catedral da Sé fizesse parte deste estudo comparativo.

Essa impossibilidade, gerada pela falta de material para estudo, abre frente para a análise do projeto de restauro da Igreja São Cristóvão, que está enquadrada nas mesmas características de estudo e tombamento, e que foi desenvolvido pela mesma equipe de arquitetos que propôs a intervenção para a Catedral da Sé.

O fato de três (3) dos quatro (4) exemplares abrigarem em suas construções templos de culto católico romano e apenas um (1) de culto evangélico luterano reflete a ocupação da cidade vinculada às tradições religiosas advindas da imigração europeia colonizadora.

Fato esse que não interfere na análise arquitetônica sugerida neste trabalho, visto que o tombamento em nível máximo de cada um dos objetos em questão, determinado pelo órgão de preservação, enaltece as características tipológicas e arquitetônicas desses exemplares, e não as qualidades religiosas que as caracterizaram como templos.<sup>28</sup>

A diferenciação da prática religiosa nesse contexto passa a ser irrelevante para a composição de dados para análise, uma vez que os critérios adotados pelo órgão municipal de São Paulo para a preservação dos bens são os

---

<sup>28</sup> “A IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA, embora pertença à comunidade protestante, e, neste caso particular, vinculada à colônia alemã e seus descendentes - congregando, ainda, outros povos de língua alemã, minoritários, como suíços e austríacos -, em sua concepção tectônica pouco varia dos templos católicos construídos na capital paulista no mesmo período (podemos citar a Igreja de Santa Efigênia, a Catedral da Sé, a Igreja da Consolação, dentre outros).” Arquiteto Sergio De Simone

mesmos, assim como a metodologia recomendada para desenvolvimento de projetos de restauro.



Figuras 07 e 08: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo (Avenida Rio Branco – SP)



Figuras 09 e 10: Igreja São Cristóvão (Avenida Tiradentes - São Paulo)



Figuras 11 e 12: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte (Rua do Carmo - São Paulo)



Figuras 13 e 14: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte (Rua do Carmo - São Paulo)

## 4.2 Igreja Evangélica Luterana de São Paulo

Dados Gerais

Proprietário: Igreja Evangélica de São Paulo

Data da Construção: 1909 (década de 10, século XX)

Data do Projeto de Restauro: 2006

Engenheiro Arquiteto Projetista: Emil Bamberg

Projeto de Restauro: Companhia de Restauro

Coordenação do Projeto: Arquiteta Ana Marta Ditolvo

Estilo Arquitetônico: Neogótico

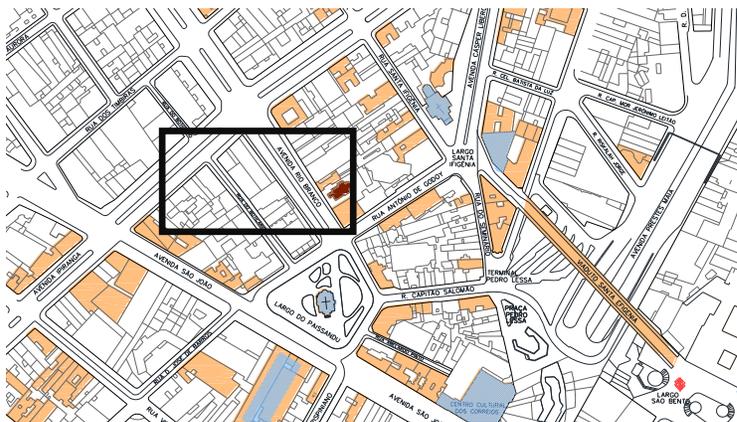
O estilo neogótico é caracterizado pela revitalização e apropriação do gótico e teve maior projeção na Europa (França e Inglaterra), principalmente em meados do século XVIII, remetendo às características góticas medievais nas construções e contrastando com o estilo clássico dominante da época. A arquitetura gótica no Brasil foi implantada grande parte em templos religiosos e “imitava” esteticamente o gótico puro, em alusão às suas formas arquitetônicas, mas não necessariamente fazendo uso dos mesmos tipos de materiais construtivos e técnicas estruturais mais utilizadas.

Localização: Avenida Rio Branco, 41 Centro da cidade de São Paulo.



Fotografia Aérea – voo 2011. Fonte da imagem: Google Earth.

Imagem 15: Implantação



Edifícios de Interesse Histórico e Cultural ■  
Bens Tombados (CONPRES - CONDEPHAAT) ■

Técnica Construtiva: Alvenaria de Tijolos com revestimento em argamassa raspada, cobertura em madeira com cobrimento em telha francesa e torre principal e torreões com cobrimento em chapa de aço galvanizado, esquadrias (portas e janelas) de madeira. As intervenções estruturais realizadas para sustentação do coro foram feitas em concreto. Ornamentação: vitrais, mobiliário de madeira e pedra.

Tombamento Municipal: Nível de Proteção 1 (preservação integral do conjunto, incluindo características externas, internas e elementos imóveis e móveis compositivos).

Dados Históricos: Pesquisa desenvolvida pelo Arquiteto Sérgio De Simone, membro da equipe envolvida no projeto do escritório técnico da Companhia de Restauo. \*Texto Histórico anexo a esta dissertação.

### **4.3 Igreja São Cristóvão**

Dados Gerais

Proprietário: Cúria Metropolitana de São Paulo

Data da Construção: 1856 - meados do século XIX

Data do Projeto de Restauo: Década de 90.

Engenheiro Arquiteto Projetista: Desconhecido.

Projeto de Restauo: Arquiteto Paulo Bastos e Associados S/C Ltda.

Estilo Arquitetônico: Eclético

O Ecletismo caracteriza-se pela adoção de uma mistura de linguagens arquitetônicas, que implica na releitura e/ou combinação de diversos estilos. O termo costuma ser usado como alusão aos estilos surgidos durante o século XIX, os quais exibiam elementos da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. O Ecletismo estabeleceu relações com o estilo que ficou conhecido por Historicista, o qual revivia e agregava valor às correntes do passado e que comumente chamamos de “neo-s” da arquitetura, com maior desempenho e adaptados às novas tecnologias.

Localização: Avenida Tiradentes, esquina com a Rua 25 de Janeiro Bairro da Luz, São Paulo.



Dados Históricos: Fornecidos pelo arquiteto Paulo Bastos, pesquisa desenvolvida pelo escritório do arquiteto. \*Texto Histórico anexo a esta dissertação.

#### **4.4 Igreja Nossa Senhora da Boa Morte**

Dados Gerais

Proprietário: Arquidiocese de São Paulo

Data da Construção: Século XVIII (primeira igreja)

Data do Projeto de Restauro: 2006

Engenheiro Arquiteto Projetista: Desconhecido

Os projetos arquitetônicos do período colonial eram feitos por religiosos e engenheiros militares com grande conhecimento de arquitetura e as construções eram executadas por mestres de obra e artífices no ofício, que detinham a prática. As congregações, por sua vez, quando se fixaram no Brasil na época do descobrimento, "importaram" arquitetos e construtores, que compunham seus quadros. Nessa época, iniciou-se no país a tradição dos edifícios de cunho religioso, preservados por valores de autenticidade e memória.

Projeto de Restauro: Arco Arquitetura, Restauro e Construção

Coordenação do Projeto: Arquiteto Olympio Augusto Ribeiro

Estilo Arquitetônico: Colonial

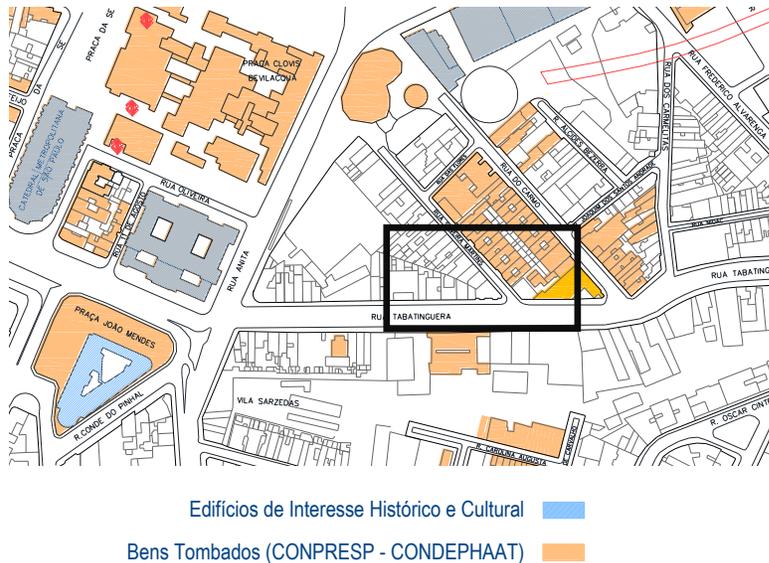
O estilo colonial foi incorporado às tradições brasileiras desde os 1500 até meados do século XIX, quando os colonizadores adaptaram as diversas correntes europeias (renascentista, maneirista, barroca, rococó, neoclássica e neogótica) à realidade brasileira (materiais construtivos, condições socioeconômicas) e contribuíram para a formação da identidade no país. Os estilos foram sendo incorporados ao longo dos séculos e variaram de acordo com o tipo de uso dado às construções.

Localização: Rua do Carmo, esquina com a Rua Tabatinguera, Centro da cidade de São Paulo.



Fotografia Aérea – Fonte da imagem: Google Earth, voo 2011.

Imagem 17: Implantação



Técnica Construtiva: Taipa de pilão (construção original de 1810/ 1825), adobe (num segundo momento de 1825/1860), taipa de mão (1810/1900) e intervenções em alvenaria de tijolos (1860/1900). As esquadrias (portas e janelas) são de madeira. Ornamentação: pinturas (afrescos) e mobiliário em madeira. O

estabelecimento da cronologia arquitetônica foi possível por prospecções e pela pesquisa histórica.

Tombamento Municipal: Nível de Proteção 1 (preservação integral do conjunto, incluindo características externas, internas e elementos imóveis e móveis compositivos).

Dados Históricos: Pesquisa histórica desenvolvida pelo Arquiteto Olympio Augusto Ribeiro, coordenador do escritório técnico Arco Arquitetura, Restauro e Construção. \* Texto Histórico anexo a esta dissertação.

#### **4.4 Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco**

Dados Gerais

Proprietário: Cúria Metropolitana de São Paulo

Data da Construção: 1788

Data do Projeto de Restauro: 2010

Engenheiro Arquiteto Projetista: Desconhecido

Os projetos arquitetônicos do período colonial eram feitos por religiosos e engenheiros militares com grande conhecimento de arquitetura e as construções eram executadas por mestres de obra e artífices no ofício, que detinham a prática. As congregações, por sua vez, quando se fixaram no Brasil na época do descobrimento, "importaram" arquitetos e construtores, que compunham seus quadros. Nessa época, iniciou-se no país a tradição dos edifícios de cunho religioso, preservados por valores de autenticidade e memória (como citado anteriormente).

Projeto de Restauro: Formarte

Coordenação do Projeto: Arquiteta Fabíula Domingues, responsável técnica. Com diretrizes de intervenção previamente estabelecidas pelo Conselho

de Preservação do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT.

Estilo Arquitetônico: Eclético

O Ecletismo caracteriza-se pela adoção de uma mistura de linguagens arquitetônicas, que implica na releitura e/ou combinação de diversos estilos. O termo costuma ser usado como alusão aos estilos surgidos durante o século XIX, que exibiam elementos da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica.

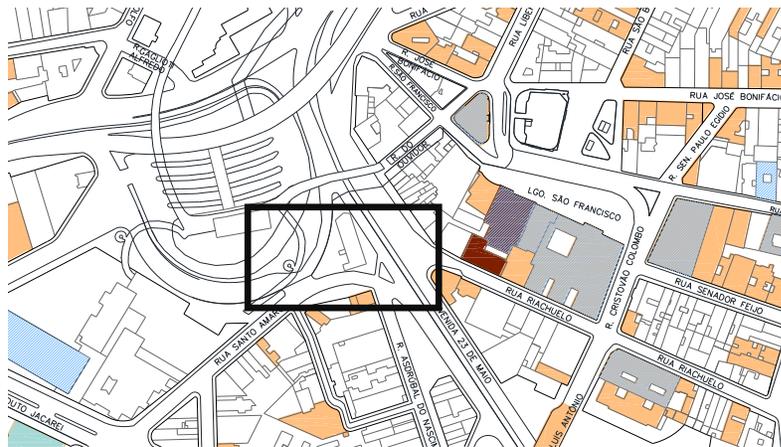
O Ecletismo tem fortes conexões com o estilo que ficou conhecido por estilo Historicista, que “trazia de volta à vida” e agregava valor às correntes do passado e que comumente chamamos de “neo-s” da arquitetura, com maior desempenho e adaptados às novas tecnologias. Ressalta-se, portanto, que o que é chamado de Ecletismo, neste caso, está na correlação estabelecida entre as edificações que passaram por um processo de intervenção em vários momentos da história. Esta “mescolança” de estilos é característica das intervenções agregadas ao corpo principal da edificação original ao longo dos anos.

Localização: Largo São Francisco, Centro da cidade de São Paulo.



Fotografia Aérea – Fonte da imagem: Google Earth, voo 2011.

Imagem 18: Implantação



Edifícios de Interesse Histórico e Cultural

Bens Tombados (CONPRESP - CONDEPHAAT)

Técnicas Construtivas: Taipa de pilão, com intervenções em alvenaria de pedra e alvenaria de tijolos, estrutura do telhado em madeira com cobrimento em telha cerâmica.

Tombamento Municipal: Nível de Proteção 1 (preservação integral do conjunto, incluindo características externas, internas e elementos imóveis e móveis compositivos). Informação complementar: o tombamento do imóvel estende-se ao órgão estadual de São Paulo.

Dados Históricos: Pesquisa histórica desenvolvida pelos técnicos especialistas do CONDEPHAAT, Teresa Epitácio e Walter L. Fragoni. \*Texto Histórico anexo a esta dissertação.

## 5 MÉTODO DE ANÁLISE: PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO OBJETO

Que os sistemas de tecnologia avançada prestam aos trabalhos de restauro em todos os níveis, inclusive materiais, um grau de precisão essencial à manutenção da substância original dos acervos artísticos e documentais, dos monumentos e do patrimônio urbano edificado.

E “Que a análise formulada pela metodologia crítica das ciências sociais e exatas vem permitir a revisão e atualização de conceitos tradicionais, cuja limitação profissional e ideológica é preocupante.” (Itens IV E V da Declaração de São Paulo I de 1989, Recomendações à IX Assembleia Geral do ICOMOS)



Figura 19

A Declaração da Primeira Carta de São Paulo de 1988, que aconteceu por ocasião da comemoração dos 25 anos da Carta de Veneza, levanta questões relativas à necessidade de atualização conceitual e metodológica e incorporação do uso de novas tecnologias no decorrer do processo de reconhecimento do bem protegido. É para essa realidade que está voltada a análise dos casos.

## **5.1 Critérios para análise metodológica**

Os critérios de análise estabelecidos para esta dissertação consistem na verificação do material concebido em virtude do desenvolvimento do projeto de restauro e na comparação dos itens da metodologia recomendada pelo Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo – DPH, caso a caso.

Ressalta-se que tais itens, quando recomendados pelo órgão, não definem o produto final de cada trabalho, apenas direcionam para um conteúdo mínimo que é avaliado por profissionais especializados na área e que compõem o corpo técnico do órgão municipal.

A definição do critério de análise de cada item contida neste documento refere-se à prática de projeto desenvolvida pelos escritórios técnicos especializados. Esses escritórios atuam na área do projeto arquitetônico e não exclusivamente com bens de interesse histórico.

Os projetos arquitetônicos, em geral, seguem as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acontece que tais especificações não se aplicam diretamente aos projetos estudados, já que estes são desenvolvidos segundo as recomendações do ICOMOS e das cartas patrimoniais de preservação, além da conceituação e boa técnica, usuais para essa atividade.

A metodologia recomendada abaixo demonstra as formas e técnicas que comumente são adotadas para desenvolvimento do projeto de restauro, direcionando o percurso a ser seguido.

Pretende-se, com o reconhecimento do objeto, atingir um produto final suficiente para a compreensão do artefato histórico, pela garantia da manutenção de todas as características relevantes à preservação da memória, e direcionar com isso um projeto de intervenção criterioso.

A análise comparativa dos casos selecionados é importante para compreensão das técnicas e formas de ação metodológicas que foram empregadas por diferentes profissionais em patrimônios arquitetônicos semelhantes, verificando sua aplicabilidade e deficiências dentro do processo.

Sendo a metodologia recomendada, portanto, o que norteia os profissionais envolvidos no processo, que precisam deste direcionamento para elaboração de um projeto de restauro que responda adequadamente às necessidades de preservação do bem patrimonial.

#### 5.1.1 Itens analisados por comparação

A dinâmica do trabalho escolhida para análise comparativa entre os quatro (4) objetos estudados foi a avaliação do conteúdo produzido pelas equipes de trabalho, item a item da metodologia de projeto, conforme aparecem elencados abaixo:

Fundamentação Teórica

Ambiência

Dados Históricos

Documentação Fotográfica

Levantamento Métrico Arquitetônico, linear e cruzado

Descrição e Análise Tipológica

Cronologia Arquitetônica, Hierarquia dos Espaços

Identificação dos Materiais

Análises Laboratoriais

Prospecções Parietais e Arquitetônicas  
Diagnóstico e Mapeamento das Patologias  
Elementos Artísticos Móveis  
Memorial Descritivo  
Representação Gráfica, Formatação Projetual

### 5.1.2 Descrição dos critérios de avaliação

A descrição a seguir refere-se ao tipo de verificação para cada item metodológico, todos os fatores que serão verificados e analisados.

Fundamentação Teórica: se foram feitas abordagens teóricas para a definição do partido de restauro e se as cartas patrimoniais foram consultadas para o mesmo fim.

Ambiência: se houve preocupação em analisar o estabelecimento de relação do edifício com seu entorno, indicação das interferências do espaço externo, bem como das interferências urbanas relevantes (iluminação pública, iluminação cênica, vias e calçamento, equipamentos urbano, sistema viário e interferências visuais).

Dados Históricos: se foram feitos levantamentos criteriosos dos dados históricos a respeito do “monumento”, com a maior abrangência possível de fontes documentais, consulta a arquivos públicos (IPHAN, CONDEPHAAT, CONPRESP, Museus, Sub Prefeituras e Secretarias, Cúria Metropolitana, Arquidiocese e outras instituições) e acervos particulares, além das fontes orais (depoimentos e a descrição sumária do contexto histórico no qual o monumento foi edificado).<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Não foram realizadas pesquisas históricas paralelas para a verificação da autenticidade e veracidade das informações históricas obtidas, uma vez que a dissertação se preocupou em averiguar a realização da pesquisa como parte do processo metodológico para reconhecimento do objeto e subsídio para adoção de um partido de restauro e intervenção que salvaguardasse o bem protegido por lei.

Documentação Fotográfica: se foi feita de forma sistematizada (externa e internamente) como complementação dos levantamentos para a compreensão do edifício, contribuindo para identificação e mapeamento necessários ao reconhecimento do bem; se as fotografias auxiliaram no desenvolvimento das pranchas gráficas de desenho (levantamento e detalhamento) e na identificação das patologias das construções.

Levantamento Métrico Arquitetônico, linear e cruzado: se contem as características físicas da edificação, constituindo-se da representação gráfica detalhada de todos os seus elementos; se permite, em virtude do seu significado como conjunto básico de informações a respeito do bem, análises de sua constituição, dimensões e processos construtivos; e se existiu qualidade suficiente na execução, que garantisse embasamento para as etapas subsequentes, visto que é indispensável às análises posteriores da edificação.

Análise da representação dos desenhos, com indicação da escala gráfica e em pranchas padronizadas nos formatos em que melhor se adequarem. Conteúdo mínimo avaliado: plantas, cortes, elevações, cobertura, detalhes construtivos.

Descrição e Análise Tipológica: avaliação do levantamento das características arquitetônicas da edificação, princípios estéticos, partido de composição e volumetria.

Analisa se foi feita a verificação da autenticidade dos conjuntos e de seus elementos através da análise comparativa das edificações congêneres e das características tipológicas correspondentes.

Cronologia Arquitetônica, Hierarquia dos Espaços: se foi feita a avaliação do grau de integração ou interferência dos elementos originais da edificação que foram alterados, suprimidos, ou daqueles que foram introduzidos ao conjunto primitivo, critério indispensável na medida em que influenciará de maneira decisiva as soluções a serem adotadas.

Identificação dos Materiais: avaliação do método de investigação e da nomenclatura técnica e legenda utilizada para compreensão do desenho gráfico.

Análises Laboratoriais: se foi feito o mapeamento e indicação dos locais de retirada e do total de amostras recolhidas para análise; quais foram os laboratórios utilizados para o envio das amostras e se foi emitido parecer técnico (gráficos e procedimentos) das análises necessárias.

Prospecções Parietais e Arquitetônicas: se foram feitas fichas técnicas com identificação das prospecções realizadas e se as prospecções foram executadas por equipe técnica especializada, com garantia do método utilizado e tabela de cor (no caso das pinturas), além de moldes de desenho para reprodução na escala 1:1 como produto final; se foram feitos levantamento dos elementos de artes aplicados, tais como pintura de forros, cimalkhas, painéis artísticos, molduras, etc., e com abordagem das características gerais, como a época e a autoria desses elementos.

Diagnóstico e Mapeamento das Patologias: se o projeto contém memorial de reconhecimento e análise pormenorizada das patologias do edifício e verificação do estado de conservação; se as análises das características estruturais foram feitas, do estado geral dos componentes da edificação e grau de deterioração das artes aplicadas; se a análise contempla a realização de testes de percussão com mapeamento do estado de “ocamento” e desprendimento dos materiais de revestimento.

Avaliação das pranchas gráficas de desenho relativo à adoção de nomenclatura e legenda para mapeamento de danos.

Elementos Artísticos Móveis: se o mobiliário foi inventariado, catalogado, levantado metricamente e se foram propostas soluções específicas de restauro para cada elemento artístico móvel, visto que agregam valor à edificação e são componentes relevantes para a preservação do conjunto, considerando: categoria, iconografia, época, material empregado e dimensões (largura, altura, profundidade).

Memorial Descritivo: se os memoriais contém todas as proposições resultantes do processo de análise do edifício, acompanhadas das justificativas dos critérios adotados e dos princípios teóricos enunciados nos postulados

nacionais e internacionais que tenham sido adotados na prática da restauração, considerando-se o objeto de análise, os procedimentos técnicos e especificações dos materiais empregados criteriosamente e cronologicamente na obra; se os memoriais foram desenvolvidos por especialistas e se existe coerência na aplicação dos princípios básicos que respeitem as particularidades de cada caso.

Representação Gráfica: análise e identificação do tipo de representação e formatação utilizada (tamanho de folha, escala, escala gráfica, carimbo de prefeitura, situação, norte geográfico, quadro de áreas); se estão adaptados às recomendações do órgão, se fazem uso de cor e hachuras ou foram feitos em “branco e preto” com hachuras; se existem referências para nomenclatura e legendas ou se a formatação é usual do escritório projetista. Verificação da facilidade de compreensão e interpretação do projeto.

### 5.1.3 Meios descritivos e de representação avaliados

01. Memoriais Descritivos e Justificativos: Históricos e de Procedimentos Técnicos

02. Plantas, cortes, elevações, detalhes construtivos e decorativos (de ornamentação) e mapeamentos.

### 5.1.4 Exemplos de representação<sup>30</sup>

Inserção, no corpo do trabalho, de desenhos técnicos ilustrativos, sem escala e referentes a cada item de análise para cada objeto selecionado.

---

<sup>30</sup> Seleção de pranchas gráficas elucidativas que compõem o corpo desta dissertação e auxiliam na análise comparativa.

## 5.2 Análises Comparativas

Legenda:

IEL: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo

ISC: Igreja São Cristóvão

IBM: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte

ISF: Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco

AC: Análise Crítica

### 5.2.1 Fundamentação Teórica

(Se foram feitas abordagens teóricas para a definição do partido de restauro e se as cartas patrimoniais foram consultadas para o mesmo fim).

IEL: A conceituação do projeto foi baseada nas recomendações das cartas patrimoniais e fundamentalmente nos preceitos de Camilo Boito, com referência às atuações do Arquiteto Paolo Marconi, de atuação contemporânea, que por sua vez se refere ao processo metodológico desenvolvido por Le Duc.

ISC: A conceituação do projeto foi baseada nas experiências anteriores de projeto do próprio arquiteto (Paulo Bastos) e nos preceitos de Cesare Brandi (restauro crítico) e da Carta de Restauro Italiana de 72.

IBM: A conceituação do projeto foi baseada nas teorias de Cesare Brandi (restauro crítico) e nas recomendações das cartas patrimoniais de Atenas de 1931 e de Veneza de 1964, e conforme os critérios estabelecidos pelo ICOMOS.

ISF: A conceituação do projeto foi baseada na teoria de Cesare Brandi e na carta de Cracóvia de 2000, documento internacional que referencia e atualiza a Carta de Veneza de 64.

AC: Nos quatro (4) casos estudados, os partidos adotados revelam forte influência dos preceitos estabelecidos por Cesare Brandi<sup>31</sup>, em sua atuação à frente do Instituto de Restauro Italiano e como membro dos conselhos de preservação ao longo do século XX. As decisões de projeto consideram as recomendações dos documentos patrimoniais de maior peso, Carta de Atenas de 1931 (identidade), Carta de Veneza de 1964 (autenticidade) e Carta de Restauro Italiana de 1972.

Fundamentam-se, principalmente, nos conceitos e ações relativos à autenticidade da construção (originalidade da matéria), à preocupação com a diferenciação entre os materiais utilizados (distinguilidade entre o novo e o antigo) e à reversibilidade das intervenções. Por ser o Brasil um país filiado ao ICOMOS, os conceitos adotados seguem a normatização técnica recomendada pela instituição.

### 5.2.2 Ambiência

(Se houve preocupação em analisar o estabelecimento de relação do edifício com seu entorno, indicação das interferências do espaço externo, bem como das interferências urbanas relevantes – iluminação pública, iluminação cênica, vias e calçamento, equipamentos urbanos, sistema viário e interferências visuais).

IEL: Segundo abordagem relatada no memorial descritivo do projeto, a Igreja Evangélica Luterana tem sua leitura urbana comprometida por dois edifícios residenciais de gabarito alto, construídos anteriormente ao tombamento e que, de certa forma, prejudicam a relação da edificação com o entorno em que está

---

<sup>31</sup> “O restauro é ato crítico, dirigido ao reconhecimento da obra de arte (...), voltado à reconstituição do texto autêntico da obra, atento ao juízo de valor necessário para superar, frente ao problema específico das adições, a dialética das duas instâncias, a histórica e a estética.” (BRANDI, Cesari, 1977).

inserida. Não foram propostas em projeto soluções ligadas ao contexto urbano. O projeto limitou-se à construção arquitetônica e sua relação com o edifício novo, implantado no lote da igreja e de uso da paróquia.

ISC: De acordo com os relatos de especialistas na área, a implantação da Igreja São Cristóvão foi prejudicada pelo crescimento desordenado da cidade e consequente abertura da Avenida Tiradentes e construção de uma passarela urbana (Passarela das Noivas), que prejudicaram a leitura (percepção visual) e fruição dos usuários no espaço urbano. A instalação de grades de proteção nos limites do lote com o calçamento público, apesar de necessária por razões sociais e de segurança, estrangula a construção e interfere na compreensão arquitetônica do conjunto, criando uma barreira urbana e um grande conflito visual. Não foram propostas em projeto soluções ligadas ao contexto urbano. A preocupação foi com o objeto isolado e os problemas de conservação do edifício.

IBM: A localização da Igreja da Boa Morte, implantada em um terreno de esquina, preservou características visuais importantes que valorizam o conjunto arquitetônico religioso. As construções de gabarito baixo do entorno também permitem que a leitura aconteça de vários pontos da cidade. Não foram propostas em projeto soluções ligadas ao contexto urbano. A preocupação foi com o objeto isolado e os problemas de conservação do edifício.

ISF: A Igreja São Francisco teve sua ambiência preservada, beneficiada por sua implantação, com a fachada frontal voltada para o Largo São Francisco, fazendo parte de um conjunto arquitetônico protegido por lei.

AC: Todos os projetos estudados consideraram as relações de ambiência da edificação com o entorno, revelando preocupação com o conjunto urbano em que o imóvel está inserido, mas nenhum propõe soluções urbanas relativas à valorização das edificações mediante seus entornos.

A inserção das edificações na cidade, as relações visuais e de ocupação, desde a construção original até hoje, estão abordadas superficialmente em memorial descritivo. Não constam, nesses memoriais, levantamento e análise

das interferências urbanas próximas (iluminação pública, iluminação cênica, vias e calçamento, equipamentos urbanos, sistema viário e interferências visuais).

As relações de ambiência estabelecidas pelo entorno são geralmente garantidas pela delimitação de uma área envoltória determinada pelo órgão de preservação, que estabelece obrigatoriedade de aprovação dos projetos para os imóveis próximos, com restrições de gabarito de altura e qualquer outra interferência visual que comprometa a leitura do bem tombado.

Parece não caber ao arquiteto “diretamente” nenhum tipo de ação ligada à valorização do conjunto urbano, quando tratamos da edificação como objeto isolado. Mesmo assim, o estabelecimento de um juízo crítico e o apontamento das questões ligadas à valorização do patrimônio, que é parte integrante da cidade, deveriam incluir diretrizes relativas à ambiência como forma de apropriação do bem pela comunidade.

### 5.2.3 Dados Históricos

(Se foram feitos levantamentos criteriosos dos dados históricos a respeito do “monumento”, com a maior abrangência possível de fontes documentais).

IEL: A pesquisa histórica foi desenvolvida simultaneamente ao levantamento arquitetônico do edifício por um membro da equipe do próprio escritório projetista. Foram consultadas instituições públicas e particulares. A pesquisa contribuiu enormemente para as tomadas de decisões do projeto de restauro devido à quantidade de informações encontradas nos arquivos (desenhos originais, registros fotográficos e registros mapográficos - iconografia).

ISC: A pesquisa histórica foi desenvolvida por um membro da equipe do escritório. O material selecionado e organizado serviu como registro e não teve grande contribuição para as decisões de intervenção de projeto, já que não foram

encontrados desenhos de levantamento originais e nem iconografia de relevância para o processo.

IBM: A pesquisa histórica foi desenvolvida durante a primeira fase do projeto pelo próprio arquiteto projetista e se revelou fundamental para o traçado da cronologia arquitetônica da edificação, quando ficaram evidenciadas as várias etapas construtivas e as diferentes técnicas e materiais utilizados.

ISF: A pesquisa histórica foi realizada preliminarmente ao projeto por técnicos do órgão estadual de preservação e auxiliou no traçado da cronologia construtiva.

AC: Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos durante todos os projetos de estudo foram fundamentais para o reconhecimento do objeto e para a adoção de um partido de intervenção. Com base nas informações obtidas, foi possível ter referências seguras que serviram de embasamento para tomadas de decisão projetual.

Nos casos de construções mais antigas, datadas da segunda metade dos 1800, os registros de projeto original são mais escassos (ou inexistentes), sendo considerados como resultado de maior relevância a contribuição atribuída aos desenhos feitos a mão livre e às pinturas dos períodos, que elucidam sobre a identificação da construção original e permitem o estabelecimento da cronologia arquitetônica de intervenções.

Nos objetos mais recentes, as edificações datadas do início do século XX, o acesso às informações, principalmente desenhos gráficos do projeto original, facilitam a recuperação e manutenção da autenticidade.

A consulta aos arquivos da cidade foi menos produtiva, concentrando-se as maiores informações nos registros de acervos particulares. Pouco material pode ser encontrado nos órgãos públicos, principalmente no municipal, que conta com as pesquisas desenvolvidas para os projetos como forma de enriquecimento do acervo. Nos edifícios construídos mais recentemente, a existência e veracidade das histórias orais também contribuem para a obtenção de informações necessárias à adoção de um partido de restauro.

#### 5.2.4 Documentação Fotográfica

(Se foi feita de forma sistematizada - externa e internamente - como complementação dos levantamentos para a compreensão do edifício, contribuindo para identificação e mapeamento necessários ao reconhecimento do bem. Se as fotografias auxiliaram no desenvolvimento das pranchas gráficas de desenho - levantamento e detalhamento - e se auxiliaram na identificação das patologias das construções).

IEL: Existência de um relatório fotográfico sistematizado com legenda e identificação das fotografias em planta, auxiliar para o reconhecimento do artefato arquitetônico e para verificação preliminar das patologias da edificação (estado de conservação). As fotografias também auxiliaram na montagem gráfica dos desenhos de levantamento métrico, principalmente como suporte para montagem dos elementos compositivos decorativos (ornamentação).

ISC: Existência de um relatório fotográfico ilustrativo, para registro da edificação. Não foram utilizadas fotografias no desenvolvimento dos desenhos arquitetônicos. Os registros fotográficos serviram para armazenamento de informações (acervo) e verificação das condições da edificação (estado de conservação) no momento anterior ao projeto de restauro.

IBM: As fotografias auxiliaram na montagem gráfica dos desenhos de levantamento métrico, principalmente como suporte para representação gráfica dos elementos compositivos decorativos (ornamentação). Não foi fornecido relatório fotográfico sistematizado.

ISF: Existência de um relatório fotográfico sistematizado, com legenda e identificação das fotografias em planta, auxiliar para o reconhecimento do conjunto e para verificação preliminar das patologias da edificação (estado de conservação). As fotografias também auxiliaram na montagem da representação gráfica dos desenhos de levantamento métrico, principalmente como suporte para

desenho dos elementos compositivos decorativos (ornamentação). Como na Igreja Luterana.

AC: O registro fotográfico das edificações demonstrou ser fundamental para a compreensão métrica e volumétrica da composição arquitetônica (tipologia e ornamentação), servindo como registro e base auxiliar na montagem gráfica em escala dos desenhos ilustrativos feitos a mão (principalmente dos elementos decorativos), contribuindo no desenvolvimento metodológico para reconhecimento e compreensão do artefato.

Em dois (2) dos quatro (4) projetos estudados, as fotografias também auxiliaram na identificação do estado de conservação das construções (verificação das patologias visuais).

Particularmente no caso da Igreja São Cristóvão, o levantamento fotográfico foi feito com a intenção de registro, constando no processo como acervo da situação encontrada.

#### 5.2.5 Levantamento Métrico Arquitetônico, linear e cruzado

(Se contém as características físicas da edificação, constituindo-se da representação gráfica detalhada de todos os seus elementos, e se permite, em virtude do seu significado como conjunto básico de informações a respeito do bem, análises de sua constituição, dimensões e processos construtivos. Se existiu qualidade suficiente na execução que garantisse embasamento para as etapas subsequentes, visto que é indispensável às análises posteriores da edificação. Análise da representação dos desenhos, com indicação da escala gráfica e em pranchas padronizadas nos formatos em que melhor se adequarem. Conteúdo avaliado: plantas, cortes, elevações, cobertura, detalhes construtivos).

IEL: Feito da forma tradicional pela equipe de arquitetos e colaboradores que desenvolveram o projeto, com uso de equipamentos métricos

eletrônicos (trena e paquímetro) e fotografia digital. Representado em escala apropriada de desenho, com cotas lineares e cotas cruzadas em planta e cotas lineares em altura (cortes e elevações). Todo o conjunto de desenhos necessários à compreensão do projeto foi apresentado ao órgão de preservação e serviu de embasamento para as etapas seguintes de identificação dos materiais e técnicas construtivas, diagnóstico da edificação e proposta de restauro.

ISC: O levantamento métrico foi desenvolvido por uma empresa terceirizada, contratada pelo escritório de restauro, que se utilizou de recursos topográficos para registro da edificação. Não foi executado o levantamento métrico cruzado, apenas corrido e com estabelecimento de cotas de nível.

IBM: Feito da forma tradicional e auxílio fotográfico pela equipe de arquitetos e colaboradores que desenvolveram o projeto, com uso de equipamentos métricos e eletrônicos (trena, paquímetro) e fotografia digital. Representado em escala apropriada de desenho, com cotas lineares e cotas cruzadas em planta e cotas lineares em altura (cortes e elevações).

Todo o conjunto de desenhos necessários à compreensão do projeto foi apresentado ao órgão de preservação e serviu de embasamento para as etapas seguintes de identificação dos materiais e técnicas construtivas, diagnóstico da edificação e proposta de restauro. Como na Igreja Evangélica Luterana de São Paulo.

ISF: Parte do levantamento métrico arquitetônico (plantas) foi disponibilizado pelo órgão de preservação estadual de São Paulo – CONDEPHAAT. Inexistem cotas corridas (lineares) e cotas cruzadas (diagonais). O desenho foi apresentado em escala. Como o projeto foi fragmentado, os desenhos de fachada foram executados pela equipe de arquitetos da Formarte e da Companhia de Restauro, esta última contratada como consultora do projeto de restauro.

AC: O levantamento métrico arquitetônico corrido (cotas lineares) e cruzado (diagonais e angulações), executado da maneira tradicional, com utilização de andaime e equipamentos de medição (trena métrica, eletrônica e

paquímetro), foi utilizado por duas (2) equipes das quatro (4) que tiveram seus projetos analisados. Esse é um método usual recomendado pelo órgão de preservação municipal competente. Apenas um caso utilizou-se de uma equipe de topógrafos para execução do levantamento métrico, sem a precisão das cotas cruzadas.

O outro levantamento métrico arquitetônico, para a Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco, foi fornecido pelo órgão estadual competente. Foi feito em escala, mas sem uso de cotas e não foi possível saber se a execução seguiu o método recomendado para verificação das medidas.

No cronograma de trabalho usual, o levantamento métrico arquitetônico é desenvolvido simultaneamente à pesquisa histórica, possibilitando o embasamento técnico para as ações futuras de reconhecimento do artefato.

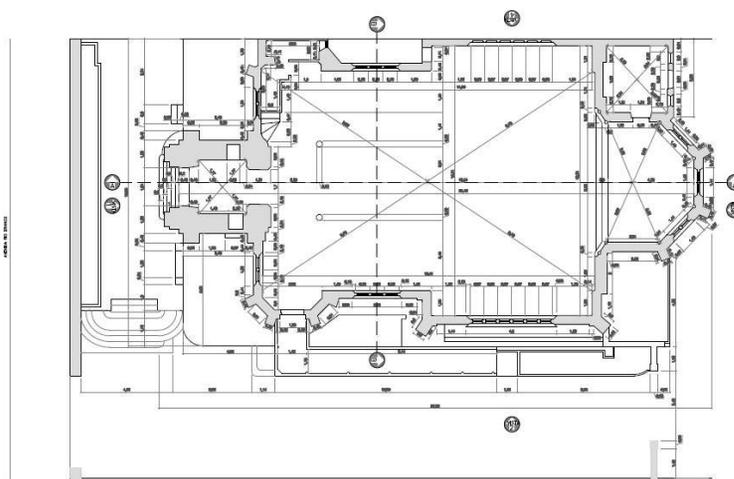


Figura 20 a. Desenhos Ilustrativos de Levantamento Métrico Corrido e Cruzado. Igreja Evangélica Luterana.

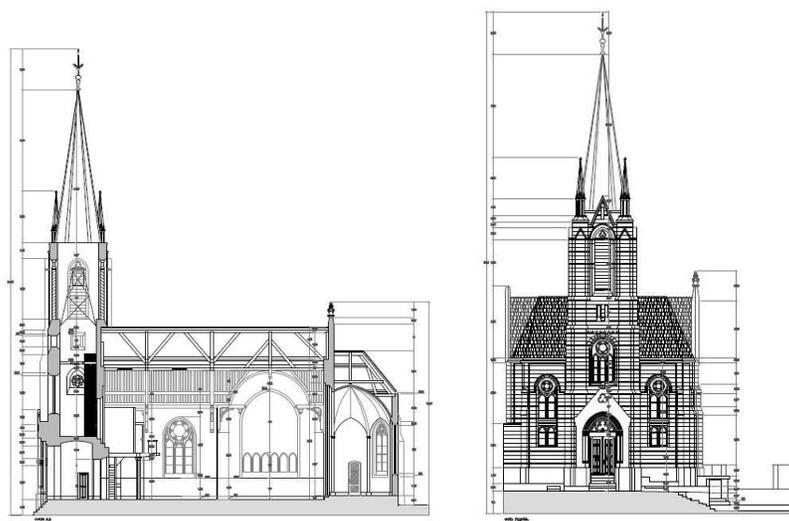


Figura 20 b. Desenhos Ilustrativos de Levantamento Métrico Corrido e Cruzado. Igreja Evangélica Luterana.

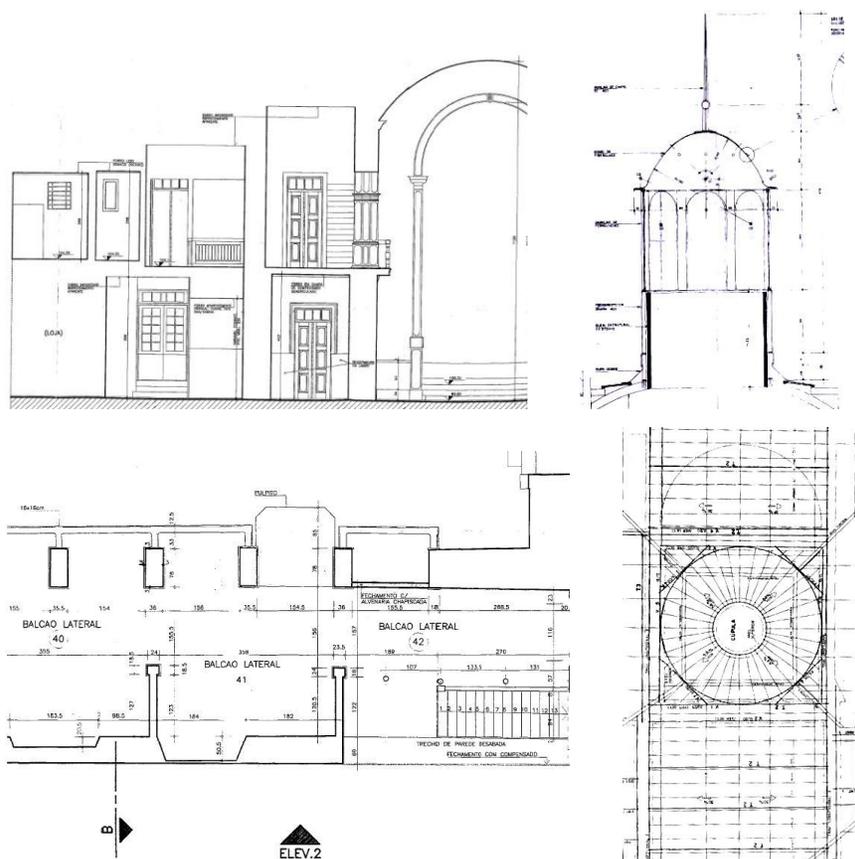
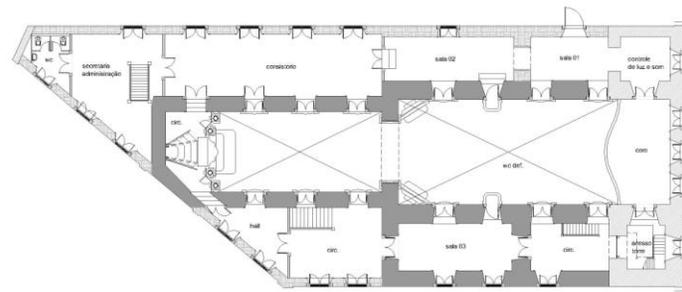


Figura 21. Desenhos Ilustrativos de Levantamento Métrico Corrido. Detalhes do lanternim (acima) e da cúpula (abaixo). Igreja São Cristóvão.



Igreja e Torre  
Pav. Superior



Figura 22. Desenhos Ilustrativos de Levantamento Métrico Corrido e Cruzado. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. Detalhe do Retábulo e Elevação Frontal,

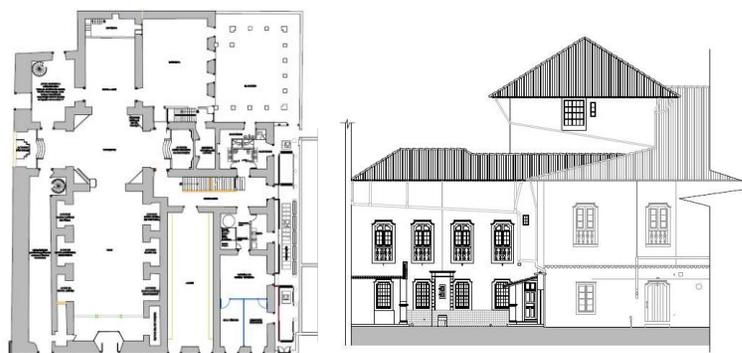


Figura 23a. Desenhos Ilustrativos de Levantamento Métrico. Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco. Planta e Elevações.

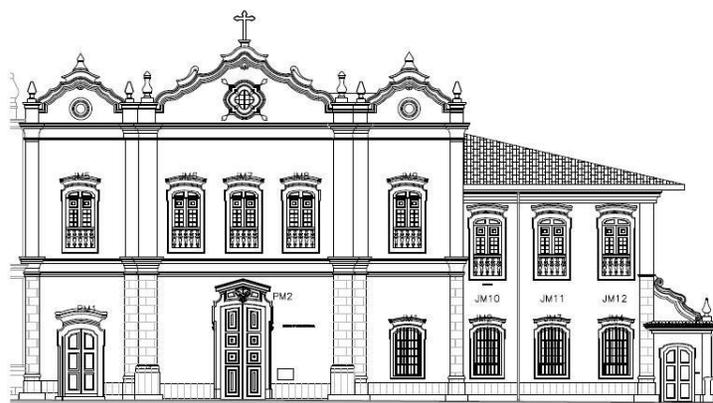


Figura 23 b. Desenhos Ilustrativos de Levantamento Métrico.  
Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco. Elevação.

### 5.2.6 Descrição e Análise Tipológica

(Avaliação do levantamento das características arquitetônicas da edificação, princípios estéticos, partido de composição e volumetria. Se foi feita a verificação da autenticidade dos conjuntos e de seus elementos por meio da análise comparativa das edificações congêneres e das características tipológicas correspondentes).

IEL: A análise tipológica que verificou princípios estéticos, de composição e volumetria da Igreja Luterana foi abordada no corpo da pesquisa histórica e no memorial descritivo. Os elementos de ornamentação foram levantados metricamente e identificados em pranchas gráficas de desenho em escala apropriada, não para reprodução (a reprodução implica na execução de moldes em tamanho 1:1), mas como forma de registro. Como nos outros casos.

ISC: A análise tipológica que verificou princípios estéticos, de composição e volumetria da Igreja São Cristóvão foi abordada no corpo da pesquisa histórica e no memorial descritivo. Os elementos de ornamentação foram levantados metricamente e identificados em pranchas gráficas de desenho em

escala apropriada, não para reprodução (a reprodução implica na execução de moldes em tamanho 1:1), mas como forma de registro. Como nos outros casos.

IBM: A análise tipológica que verificou princípios estéticos, de composição e volumetria da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte foi abordada no corpo da pesquisa histórica e no memorial descritivo. Os elementos de ornamentação foram levantados metricamente e identificados em pranchas gráficas de desenho em escala apropriada, não para reprodução (a reprodução implica na execução de moldes em tamanho 1:1), mas como forma de registro. Como nos outros casos.

ISF: A análise tipológica que verificou princípios estéticos, de composição e volumetria da Igreja São Francisco da Ordem Terceira foi abordada no corpo da pesquisa histórica e no memorial descritivo. Os elementos de ornamentação foram levantados metricamente e identificados em pranchas gráficas de desenho em escala apropriada, não para reprodução (a reprodução implica na execução de moldes em tamanho 1:1), mas como forma de registro. Como nos outros casos.

AC: Todas as análises tipológicas dos projetos de restauro seguiram o mesmo critério de desenvolvimento, descritas em memorial e analisadas em face às pesquisas históricas realizadas e às ocorrências arquitetônicas estabelecidas pela verificação das intervenções de cada edificação, que caracterizam as construções de acordo com a primeira época (original) e suas posteriores intervenções.

### 5.2.7 Cronologia Arquitetônica, Hierarquia dos Espaços

(Se foi feita a avaliação do grau de integração ou interferência dos elementos originais da edificação que foram alterados, suprimidos, ou daqueles

que foram introduzidos no conjunto primitivo, critério indispensável, na medida em que influenciará de maneira decisiva nas soluções a serem adotadas).

IEL: A cronologia arquitetônica foi feita no local, por meio de prospecções arquitetônicas e da identificação dos diferentes materiais construtivos e tipos de revestimento. Foi possível identificar a construção original e as épocas de intervenção posteriores. A identificação cronológica se estendeu para os vitrais e mobiliário.

ISC: Não foram encontrados registros gráficos da cronologia arquitetônica para a igreja São Cristóvão que representassem cada época e os materiais utilizados nas intervenções. A cronologia das intervenções foi estabelecida textualmente, em memorial descritivo.

IBM: A cronologia arquitetônica da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte foi estabelecida através da pesquisa histórica e das investigações arquitetônicas no local, que possibilitaram a adoção de um partido de intervenção. Todas as fases construtivas da igreja foram registradas graficamente, através de desenhos de implantação (plantas) e desenhos das fachadas.

ISF: Não foram encontrados registros gráficos da cronologia arquitetônica para a Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco que representassem cada época e os materiais utilizados nas intervenções, A cronologia foi estabelecida textualmente, em memorial descritivo.

AC: Todos os quatro (4) projetos estudados, gráfica ou textualmente, fazem referência à cronologia das edificações. Dois (2) dos quatro (4) projetos representaram graficamente através da montagem de pranchas de desenho a cronologia construtiva das edificações.

O desenho gráfico ilustrativo revelou-se mais eficaz para compreensão e leitura dos espaços, facilitando o entendimento da evolução construtiva do patrimônio edificado.

O estabelecimento dessa cronologia arquitetônica é fundamental para a compreensão das etapas construtivas do artefato, desde seu corpo original até o momento arquitetônico atual. A identificação dessas características contribui para

a definição de um partido de intervenção que pode priorizar uma ou mais etapas construtivas de acordo com a importância histórica a que remetem e com a preservação de características arquitetônicas relevantes de cada período.

Segundo os princípios estabelecidos pelas teorias de Camilo Boito e o que vem sendo discutido desde então nos congressos de preservação patrimonial, o conhecimento das etapas de intervenção pode agregar valor à construção original, pois elas guardam vestígios arquitetônicos de outras épocas posteriores, tão relevantes historicamente quanto.

A classificação hierárquica para distinção entre as épocas e os estilos arquitetônicos remete à necessidade de atribuição de valor patrimonial e estabelecimento de juízo crítico e, principalmente, auxilia no estabelecimento de diretrizes que garantam autenticidade, identidade, distinguibilidade e reversibilidade como conceitos chave para adoção do partido de restauro.

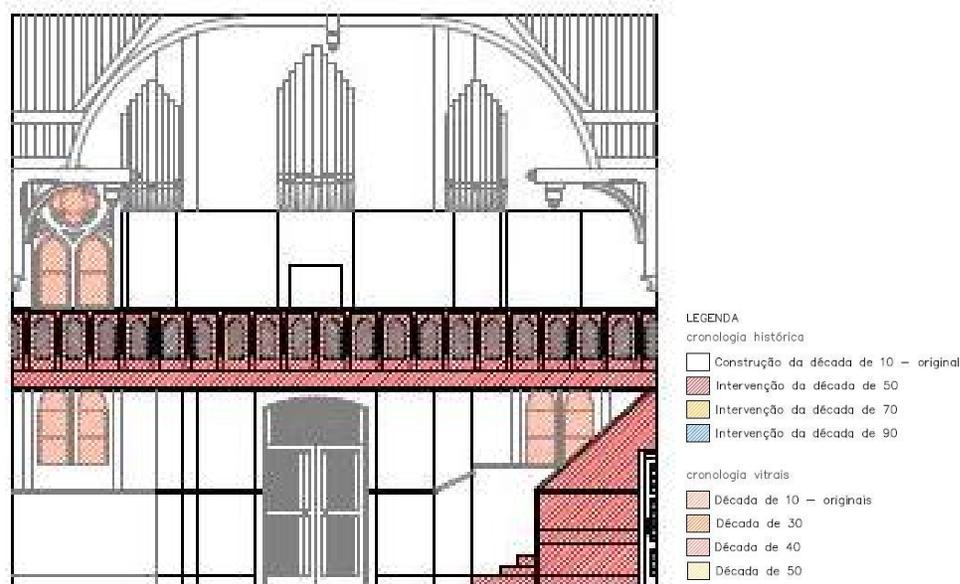


Figura 24. Desenho Ilustrativo da Cronologia Construtiva da Edificação. Igreja Evangélica Luterana de São Paulo.

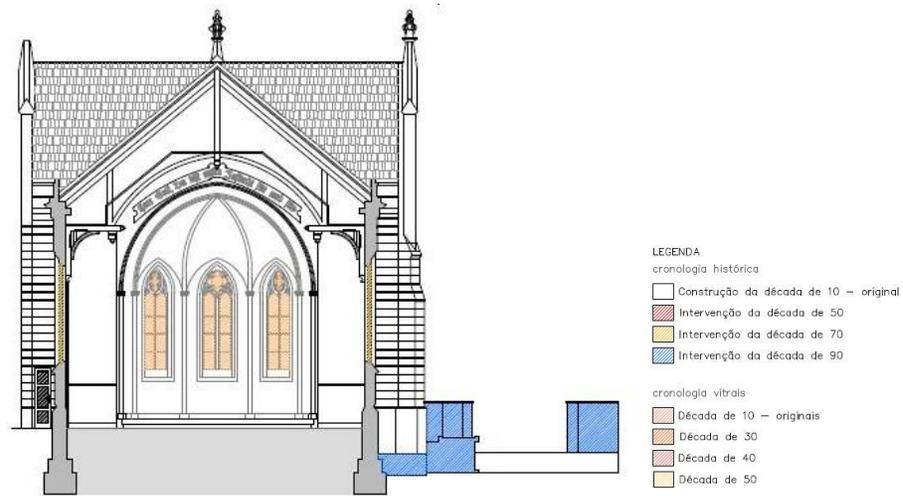


Figura 25. Desenhos Ilustrativos da Cronologia Construtiva da Edificação. Igreja Evangélica Luterana de São Paulo.

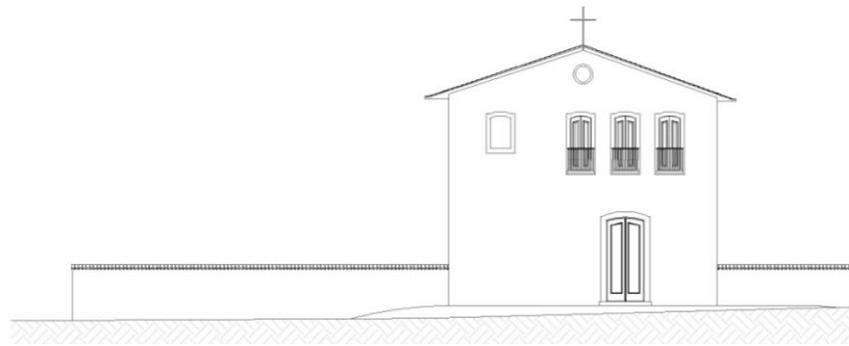
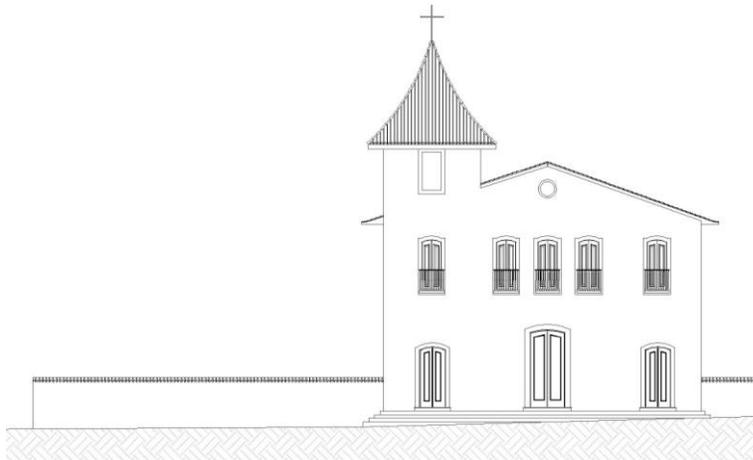


Figura 26 a e b. Desenhos Ilustrativos da Cronologia Arquitetônica da Edificação. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Fachada Frontal – 1810 (acima) e 1825 (abaixo).



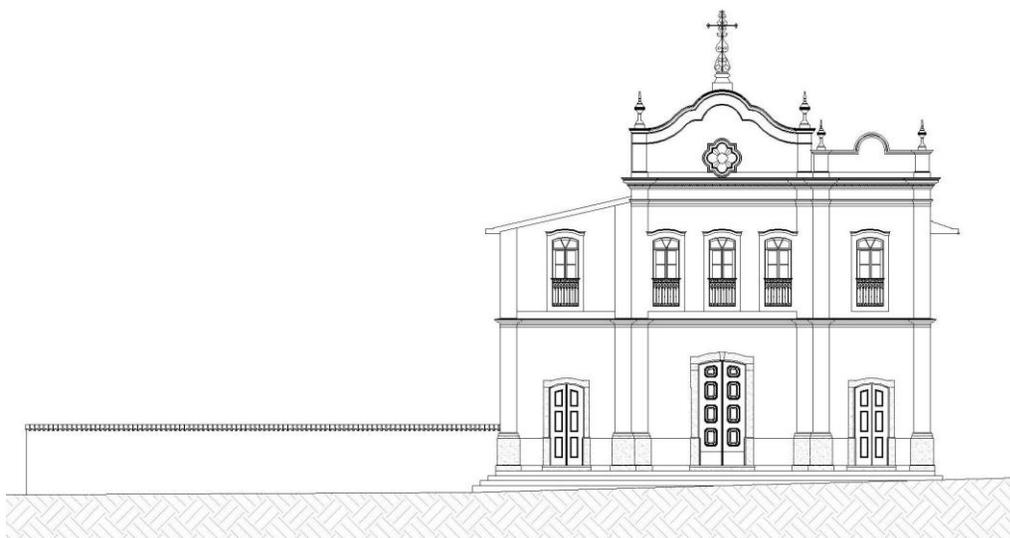


Figura 27 a e b. Desenhos Ilustrativos da Cronologia Arquitetônica da Edificação. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Fachada Frontal – 1860 (acima) e 1910 (abaixo).





Figura 28 a e b . Desenhos Ilustrativos da Cronologia Arquitetônica da Edificação. Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Fachada Frontal – 1975 (acima) e 2008 (abaixo).



### 5.2.8 Identificação dos materiais

(Avaliação do método de investigação e da nomenclatura técnica e legenda utilizada para compreensão do desenho gráfico).

IEL: A identificação das técnicas construtivas e dos materiais de revestimento foi feita por meio de investigações arquitetônicas, análises

laboratoriais (tipo de madeira) e pesquisa histórica. Os materiais foram representados em pranchas de desenho gráfico.

ISC: A identificação dos materiais e técnicas construtivas foi feita por meio de investigações arquitetônicas e pesquisa histórica. As técnicas construtivas foram identificadas em pranchas de desenho gráfico.

IBM: A identificação dos materiais de revestimento e técnicas construtivas foi feita por meio de investigações arquitetônicas e pesquisa histórica.

ISF: A identificação dos materiais e técnicas construtivas foi feita por meio de investigações arquitetônicas, análises laboratoriais (tipo de pedra e madeira) e pesquisa histórica. As técnicas construtivas e os materiais de revestimento não foram representados em pranchas de desenho gráfico.

AC: A identificação das técnicas construtivas e dos materiais de revestimentos foi feita em todos os projetos, conforme as recomendações do órgão de preservação, e representada graficamente em pranchas de desenho em três (3) dos quatro (4) casos. Apenas um (1) projeto, o da Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco, não utilizou formas gráficas de representação e optou pela descrição dos materiais de acabamento e das técnicas construtivas em memorial descritivo.

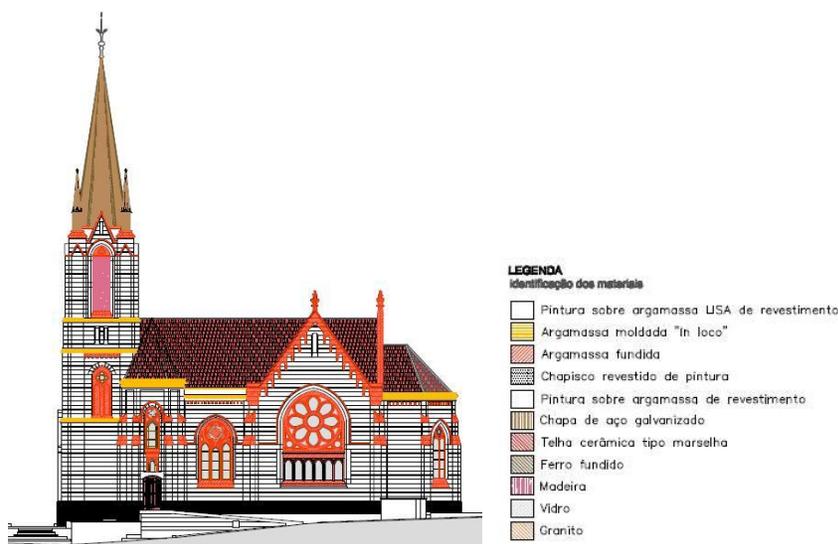


Figura Desenhos Ilustrativos da Identificação dos materiais de revestimento. Igreja Evangélica Luterana de São Paulo.

### 5.2.9 Análises Laboratoriais

(Se foi feito o mapeamento e indicação dos locais de retirada e total de amostras recolhidas para análise. Quais foram os laboratórios utilizados para o envio das amostras e se foi emitido parecer técnico - gráficos e procedimentos - das análises necessárias).

IEL: Os materiais de amostragem para análise foram recolhidos de locais apropriados – que preservaram as características estéticas do conjunto, sem grandes interferências visuais – e retirados de locais mais íntegros, pouco expostos e com menos problemas de conservação. Os locais de onde foram retiradas as amostras foram mapeados em desenhos de elevação.

Foram feitas análises das argamassas de revestimento (argamassa raspada e fundida) para identificação do traço, granulometria e coloração através do Ensaio Simples de Argamassa, além de análise estratigráfica da pintura para identificação dos pigmentos datados da época da construção (originais).

Todas as amostras foram enviadas para o Laboratório de Análises Químicas da Universidade Federal da Bahia – UFBA e os ensaios realizados pelo Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração da Universidade Federal da Bahia – NTPR UFBA. As análises para identificação dos tipos de madeira utilizada foram feitas pelo Instituto de Pesquisa e Tecnologia de São Paulo – IPT.

ISC: Não foram realizadas análises laboratoriais. O restauro foi feito segundo as investigações em obra e testes de eficiência realizados pela própria empresa restauradora: CONCREJATO.

IBM: Os materiais de amostragem para análise foram recolhidos de locais apropriados – que preservaram as características estéticas do conjunto, sem grandes interferências visuais – e retirados de locais mais íntegros, pouco expostos e com menos problemas de conservação. Todas as análises de laboratório necessárias foram feitas pela empresa CONCREMAT, durante a execução da obra.

ISF: Os materiais de amostragem para análise foram recolhidos de locais apropriados – que preservaram as características estéticas do conjunto, sem grandes interferências visuais – e retirados de locais mais íntegros, pouco expostos e com menos problemas de conservação.

As análises laboratoriais foram feitas pelo Laboratório de Análises Químicas do Instituto de Pesquisa e Tecnologia – IPT, para identificação dos componentes de revestimento das fachadas através da Análise qualitativa por Difractometria de raios-X.

AC: O recolhimento das amostras feito no local para identificação e verificação do estado de conservação da matéria auxiliou na adoção dos procedimentos recomendados para o restauro, que priorizaram a recomposição de partes faltantes ou comprometidas da edificação.

Três (3) dos quatro (4) escritórios realizaram análises laboratoriais durante o desenvolvimento dos projetos. Apenas um (1), por fatores decorrentes da atividade, usou dos recursos laboratoriais no decorrer da execução da obra. Independente disso, nenhum prejuízo foi causado à edificação, pois os serviços de restauro da Igreja São Cristóvão só foram realizados após testes de eficiência. As amostras para análise foram recolhidas de locais apropriados, mais íntegros (preservados das intempéries e da ação humana), porém não comprometendo a unidade estilística da edificação (locais pouco visíveis, que na recomposição interferem menos na leitura do conjunto). Apenas no projeto para a Igreja Luterana consta o mapeamento do local de retirada das amostras, prática que deveria ser comum como forma de registro do suprimento de parte original da edificação. Os testes são recomendados pelo órgão de preservação e auxiliam na recomposição da matéria original, uma vez que identificam todos os componentes do material: traço, coloração e quantidade de cada elemento.

Prospecções de pintura: também recebem a denominação de arqueologia parietal ou de superfície, e partem da investigação *in loco* de elementos que contribuam para a formação de uma cronologia histórica da edificação, além do resgate de técnicas mais primitivas e “motivos” (decorações) de pintura.

A análise aprofundada do tipo de material utilizado (tinta, verniz, etc.) e da decoração (estêncil, filetes, etc.) permite a datação e a identificação de todas as intervenções em cada período da história. As prospecções são identificadas e catalogadas em fichas para montagem de relatório de análise conclusivo, para execução de qualquer serviço de restauro e reconstituição de pinturas.

A formatação dos relatórios de pintura, assim como o conjunto do projeto de restauro, não segue uma normatização específica, ficando a cargo do profissional restaurador a apresentação de um trabalho legível.

Não cabe ao restaurador a adoção de um partido de intervenção que priorize uma determinada época para recomposição das pinturas ou determine procedimentos técnicos. As definições cabem ao arquiteto especialista, que se utiliza das investigações como base fundamentadora para estabelecimento dos conceitos adotados.

Cronologia arquitetônica: estabelece a hierarquia dos espaços construídos, levantando e identificando as interferências no bem arquitetônico original ao longo dos anos e a importância de cada etapa evolutiva acrescida ao original (complementações). A cronologia arquitetônica das intervenções é uma das etapas de maior importância para a compreensão do artefato que sofrerá conservação e/ou restauro. Exige não apenas completa compreensão do histórico, mas conta também com o registro das prospecções arquitetônicas e pictóricas.

A formação de uma hierarquia dos espaços, com a devida declaração de valor concedida a cada período histórico construtivo, é fundamental para a adoção de um partido de intervenção que garanta a leitura do conjunto (ambientes), independente da época que se estabeleça como prioritária para

### 5.2.10 Prospecções Parietais e Arquitetônicas

IEL: Foram realizadas prospecções de pintura e arquitetônicas. As prospecções de pintura pela empresa KRM geraram um memorial com fichas para cada prospecção e recomendações técnicas sobre procedimentos para consolidação, conservação, restauro e repintura (reprodução).

As prospecções estratigráficas e exploratórias de pintura auxiliaram tanto na recomposição dos desenhos de acabamento quanto na identificação do tipo de tinta, pigmento e formação de cronologia de intervenções revelada pelo número de camadas de pintura e tipo de material utilizado (pintura a base de cal, tinta a óleo, tinta látex e tinta acrílica).

ISC: Foram realizadas prospecções de pintura e arquitetônicas. As prospecções de pintura pelo restaurador Julio Moraes geraram um memorial com fichas para cada prospecção e recomendações técnicas sobre procedimentos para consolidação, conservação, restauro e repintura (reprodução). Moldes para recomposição das pinturas foram feitos na escala 1:1.

IBM: Foram realizadas prospecções de pintura e arquitetônicas. As prospecções de pintura pelo restaurador Julio Moraes geraram um memorial com fichas para cada prospecção e recomendações técnicas sobre procedimentos para consolidação, conservação, restauro e repintura (reprodução). Moldes para recomposição das pinturas foram feitos na escala 1:1.

ISF: Foram realizadas prospecções de pintura e arquitetônicas. As prospecções de pintura pela empresa KRM geraram um memorial com fichas para cada prospecção e recomendações técnicas sobre procedimentos para consolidação e conservação das pinturas.

AC: As prospecções arquitetônicas e de pintura foram realizadas durante o desenvolvimento de todos os projetos de restauro e foram fundamentais no processo de reconhecimento e análise do objeto, porque estabeleceram parâmetros para tomada de um partido de restauro, possibilitando a manutenção

estética e artística da obra e auxiliando na montagem de uma hierarquia dos espaços através da cronologia arquitetônica e de pinturas da edificação.

Em dois (2) dos quatro (4) trabalhos de investigação pictórica, os desenhos de pintura encontrados foram levantados graficamente e desenhados em escala 1:1, servindo como molde para retoques e reprodução das pinturas encontradas.

As fichas técnicas identificam o processo (local, procedimentos e metodologia, materiais e mão de obra utilizada) e as tabelas indicam o tipo de tinta encontrada, cor original e cor correspondente na tabela universal Pantone.

A forma como foram realizados os trabalhos de prospecção atende ao que é recomendado pelo órgão e revela a concentração dos serviços nas mãos dos poucos profissionais qualificados para a atividade.

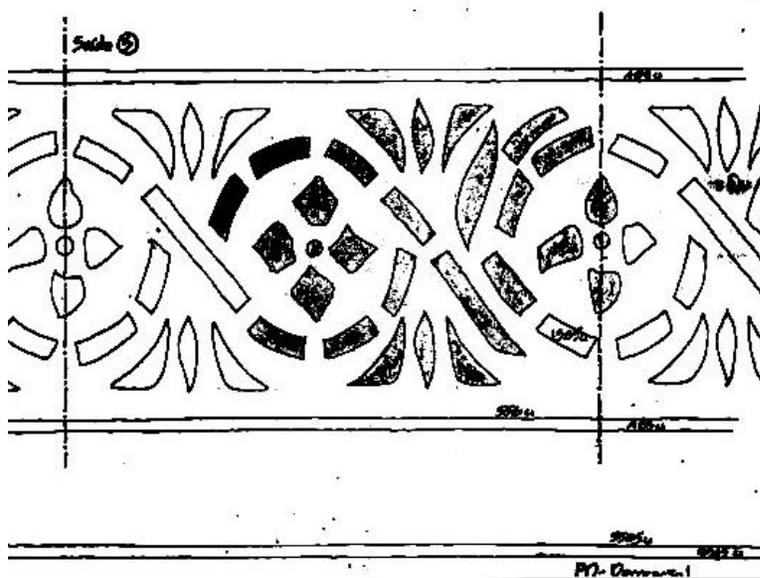


Figura 30. Desenho Ilustrativo do Molde feito em escala 1:1 para restauro de pintura decorativa. Igreja São Cristóvão.

No. 11 Ambiente: Fachada lateral Andar: - Data: Abril de 2010

Planta de localização:

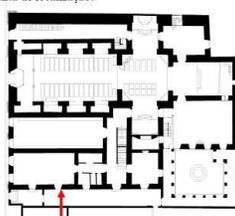


Foto:



Elemento: parede  
 Posição: distância: 3,40 m  
 Tipo:  exploratória  
 Método:  
 mecânico:  abrasão  raspagem  
 químico:  thinner  álcool  
 térmico:  soprador  
 altura: 0,78 m  
 estratigráfica  mista  estrutural  
 ruptura  pintoff  acetona  aguarrás

Observação:

Figura 31. Representação das Fichas de Prospecções Arquitetônicas e Exploratórias. Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco.

| Camada | Tinta   | Tonalidade | Pantone        |
|--------|---------|------------|----------------|
| 1      | óleo    |            | 544U           |
| 2      | óleo    |            | cool gray 10C  |
| 3      | óleo    |            | cool gray 11C  |
| 4      | óleo    |            | cool gray 11EC |
| 5      | esmalte |            | 5473U          |
| 6      | esmalte |            | 3302C          |



Figura 32. Representação da Tabela de Tinta correspondente ao número de camadas de pintura após execução de prospecção estratigráfica de pintura. Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco.

Fotos: Prospecções Exploratórias. 2010

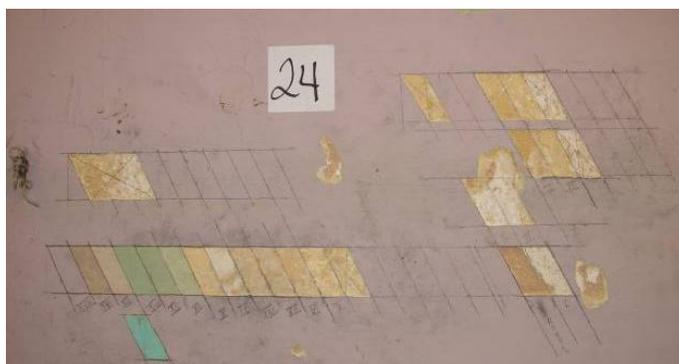
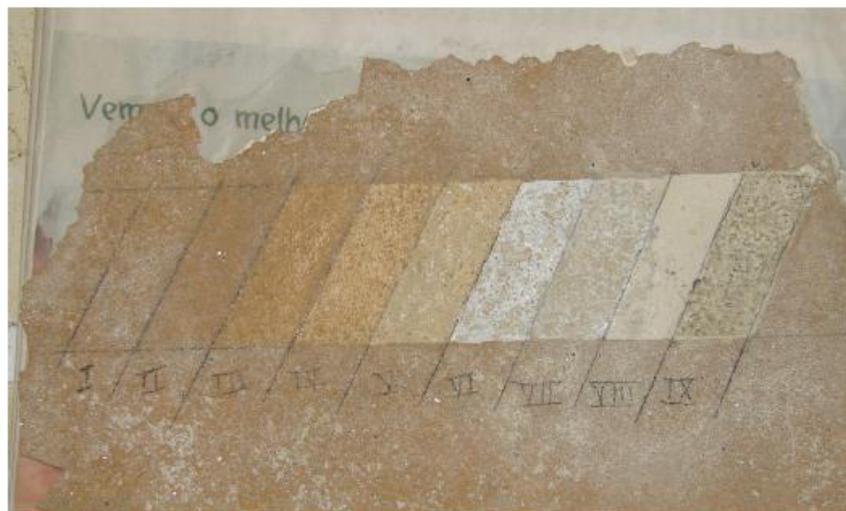




Figura 33. Acima, representação das pinturas decorativas encontradas durante os trabalhos de prospecções da Igreja Luterana. Abaixo, registro de prospecção estratigráfica Igreja Evangélica Luterana de São Paulo. 2006.



### 5.2.11 Diagnóstico e Mapeamento das Patologias

(Se o projeto contém memorial de reconhecimento e análise pormenorizada das patologias do edifício e verificação do estado de conservação.

Se foram feitas análises das características estruturais, estado geral dos componentes da edificação e grau de deterioração das artes aplicadas. Se a análise contempla a realização de testes de percussão com mapeamento do estado de “ocamento” e desprendimento dos materiais de revestimento).

IEL: Foi realizado um diagnóstico visual preliminar, descrito em memorial, mapeamento das patologias em pranchas gráficas de desenho, identificadas a olho nu e com auxílio de binóculos, e execução e mapeamento de testes de percussão para verificação do estado de desprendimento dos materiais de revestimento.

Estruturalmente, foram feitos testes com uso de placa de gesso nas trincas para verificação de possível recalque (movimentação) da edificação.

As patologias mais ocasionais (emergenciais) decorreram da capilaridade ascendente (advinda do lençol freático) e capilaridade descendente (cobertura e tubulação de escoamento de águas pluviais), que comprometeram as pinturas parietais, materiais de revestimento e alvenaria de tijolos.

ISC: Foi realizado um diagnóstico visual preliminar e mapeamento das patologias em pranchas gráficas de desenho. Não foram realizados testes de percussão para verificação do estado de desprendimento dos revestimentos.

O maior comprometimento da edificação foi percebido na estrutura da cobertura. Não foram apresentados testes estruturais, apenas memória de cálculo para inserção de nova estrutura na cobertura original.

IBM: Foi realizado diagnóstico visual preliminar, descrito em memorial, e mapeamento das patologias em pranchas gráficas de desenho, identificadas a olho nu e com auxílio de binóculos. Não foram apresentados testes para verificação da estrutura da edificação. Não foram realizados testes de percussão para verificação do estado de desprendimento dos revestimentos.

ISF: Foi realizado um diagnóstico visual preliminar, descrito em memorial, e mapeamento das patologias em pranchas gráficas de desenho, identificadas a olho nu e com auxílio de binóculos. Não foram apresentados testes para verificação da estrutura da edificação. Foram realizados testes de percussão

para verificação do estado de desprendimento (ocamento) do material de revestimento. Os testes não foram representados graficamente.

AC: Todos os objetos de análise, na época do desenvolvimento do projeto, apresentaram graves problemas de conservação dos materiais de revestimento, das alvenarias e materiais construtivos. As patologias foram identificadas por técnicos especializados, preliminarmente a olho nu, com uso de binóculos e com martelo de borracha (nos testes de percussão) e, quando preciso, testes para verificação do estado estrutural e das demais patologias encontradas.

O mapeamento de danos foi feito em todos os quatro (4) projetos desenvolvidos, sendo essa etapa uma das mais importantes dentro do processo de reconhecimento do objeto, pois se refere à verificação do estado de integridade física da edificação. Apenas dois (2) dos quatro (4) projetos realizaram testes de percussão, sendo que o mapeamento aparece representado somente no projeto da Igreja Luterana. Estes dados são fundamentais para verificação da integridade dos materiais de revestimento e interferem na adoção de um partido de intervenção e no orçamento da obra. Observou-se que os problemas de conservação são agravados pela falta de manutenção adequada. Feita sem critérios, acaba prejudicando ainda mais a conservação dos edifícios. Muitas vezes, apesar do alto grau de degradação, as construções mais íntegras foram as que sofreram menos intervenção.

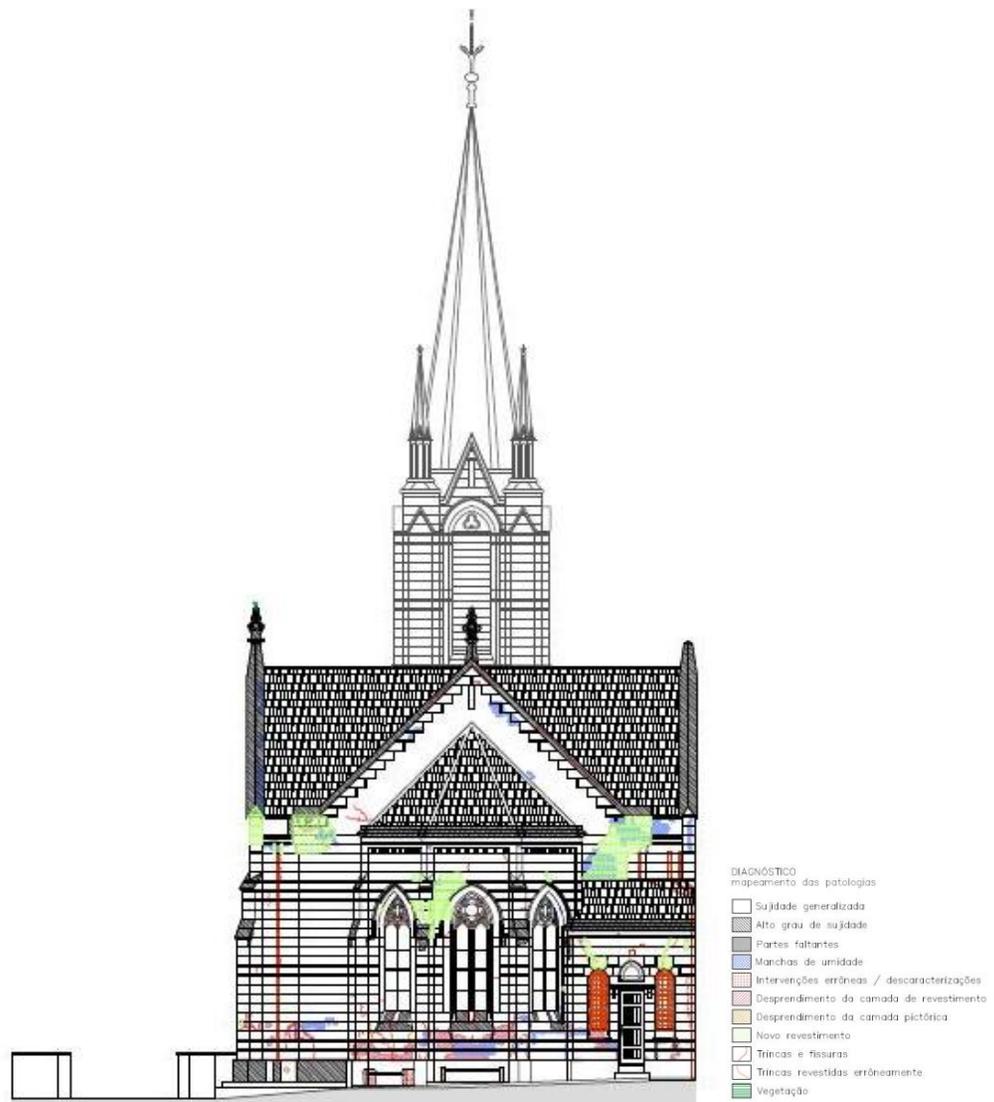


Figura 34. Desenhos Ilustrativos do Mapeamento das Patologias.  
Igreja Evangélica Luterana de São Paulo



Figura 35. Desenhos Ilustrativos do Mapeamento das Patologias da área interna (vista e corte).Igreja Evangélica Luterana de São Paulo

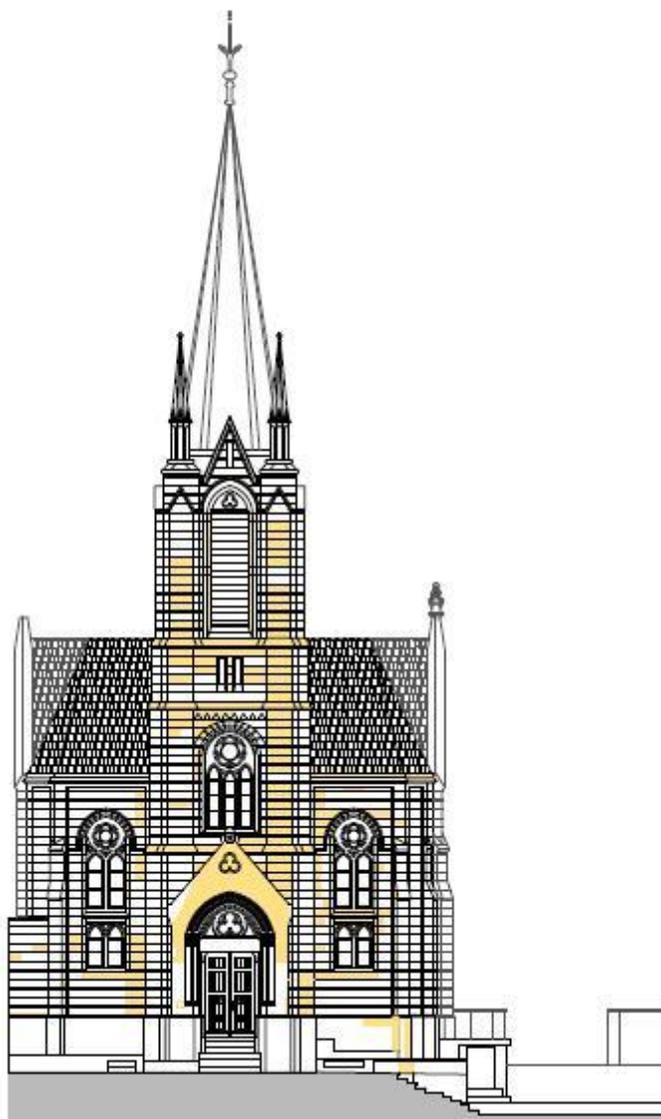


Figura 36. Desenhos Ilustrativos do Teste de Percussão realizado para verificação do desprendimento da argamassa de revestimento. A representação em cor mostra as partes ocadas e desprendidas do substrato.  
Igreja Evangélica Luterana de São Paulo



móvel, visto que eles agregam valor à edificação e são componentes relevantes à preservação do conjunto, considerando: categoria, iconografia, época, material empregado e dimensões - largura, altura e profundidade).

IEL: Todo o mobiliário da igreja foi identificado, catalogado e levantado metricamente. Após o levantamento foi feita a identificação dos materiais de execução e a verificação do estado de conservação de cada peça, com diretrizes de intervenção. Esse processo, feito para cada peça do mobiliário, é o mesmo utilizado para a construção arquitetônica, pormenorizado.

ISC: Não existe registro gráfico do mobiliário ou análise do estado de conservação no projeto desenvolvido para a Igreja São Cristóvão.

IBM: Não existe registro gráfico do mobiliário ou análise do estado de conservação no projeto desenvolvido para a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.

ISF: O projeto de restauro não contemplava o interior da igreja, apenas as fachadas.

AC: Apesar de todas as edificações terem sido tombadas pelo órgão de preservação competente como NP1, nível máximo de proteção que resguarda as características da edificação e dos elementos móveis que a compõem como forma de manutenção de conjunto para preservação de suas características de ambiência, apenas um (1) projeto - Igreja Evangélica Luterana - dos quatro (4) levantou, identificou, catalogou e propôs diretrizes de restauro para o mobiliário. Dois (2) dos quatro (4) - Igreja São Cristóvão e Igreja Nossa Senhora da Boa Morte – preservaram o mobiliário existente, que foi restaurado durante a execução das obras, mas sem catalogação prévia.

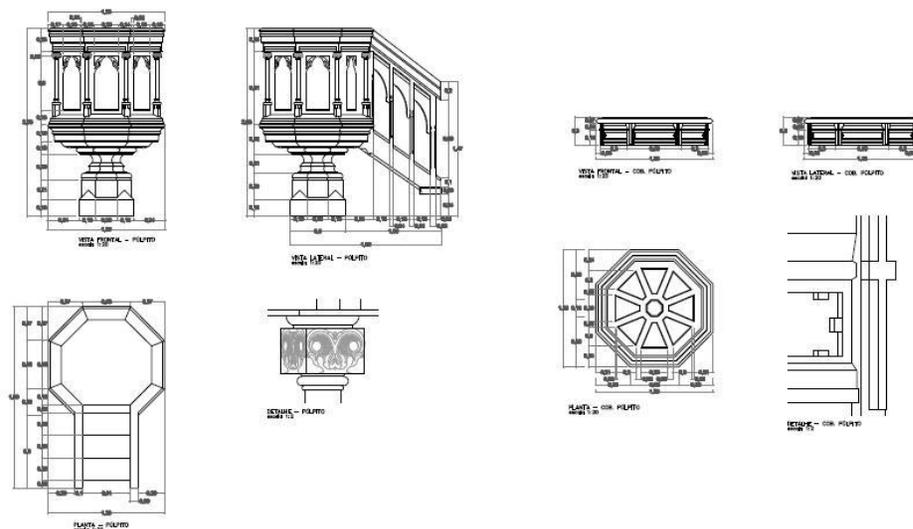


Figura 38. Desenhos Ilustrativos do Levantamento do Mobiliário.  
Igreja Evangélica Luterana de São Paulo (púlpito)

### 5.2.13 Memorial Descritivo

(Se o memorial contem todas as proposições resultantes do processo de análise do edifício, acompanhadas das justificativas dos critérios adotados e dos princípios teóricos enunciados nos postulados nacionais e internacionais adotados na prática da restauração, considerando-se especialmente o objeto de análise, os procedimentos técnicos e especificações dos materiais empregados criteriosamente e cronologicamente na obra. Se os memoriais foram desenvolvidos por especialistas e se existe coerência na aplicação dos princípios básicos, que respeitem as particularidades de cada caso).

AC: Todos os projetos apresentaram memorial descritivo de procedimentos técnicos, que contemplavam diretrizes para conservação e restauração das edificações baseados nas recomendações conceituais e técnicas, usuais para a atividade. Todos os memoriais foram desenvolvidos por equipe de projeto especializada, que tratou a construção de modo peculiar e com base nos

estudos realizados. Não serão discutidos neste trabalho os critérios de intervenção e os procedimentos técnicos adotados para restauro, uma vez que variam conforme as necessidades de conservação e as propostas de intervenção relativas ao bem protegido.

#### 5.2.14 Representação Gráfica, Formatação Projetual

(Análise e identificação do tipo de representação e formatação utilizada - tamanho de folha, escala, escala gráfica, carimbo de prefeitura, situação, norte geográfico, quadro de áreas; se estão adaptadas às recomendações do órgão, se fazem uso de cor e hachuras ou foram feitos em “branco e preto” com hachuras. Se existem referências para nomenclatura e legendas ou se a formatação é usual do escritório projetista. Verificação da facilidade de compreensão e interpretação do projeto).

IEL: O projeto da Igreja Evangélica Luterana foi desenvolvido segundo a representação gráfica e formatação usual do escritório da Companhia de Restauro e de acordo com as recomendações do departamento do patrimônio histórico. O projeto é de fácil entendimento, faz uso de cor e hachuras, quadro de legendas e quadro de especificações técnicas.

ISC: O projeto da Igreja São Cristóvão foi desenvolvido segundo a formatação usual do escritório do arquiteto Paulo Bastos e de acordo com as recomendações do departamento do patrimônio histórico. O projeto é de fácil entendimento, apresentado em preto e branco, faz uso de hachuras, quadro de legendas e especificações técnicas.

IBM: O projeto da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte foi desenvolvido segundo a formatação usual do escritório da Arco Arquitetura, Restauro e Construção e de acordo com as recomendações do departamento do patrimônio

histórico. O projeto é de fácil entendimento, faz uso de cor e hachuras, quadro de legendas e quadro de especificações técnicas.

ISF: O projeto da Igreja da Ordem Terceira do Pai Seráfico São Francisco foi desenvolvido segundo a formatação usual do escritório da Formarte e de acordo com as recomendações do departamento do patrimônio histórico. O projeto é de fácil entendimento, faz uso de cor e hachuras, quadro de legendas e quadro de especificações técnicas.

AC: Pela inexistência de uma formatação técnica definida, os projetos de restauro foram desenvolvidos de acordo com a representação gráfica usual de cada escritório, adaptados às necessidades de cada artefato e submetidos à aprovação do órgão competente. São projetos de fácil compreensão, bastante detalhados e bem apresentados. A forma de apresentação e o conteúdo dos projetos são semelhante para todos os casos, o que revela uma “tendência” entre os escritórios na forma de representar graficamente e textualmente suas propostas.

#### 5.2.15 Análise do projeto pelo órgão de preservação

IEL: O projeto foi devidamente protocolado no órgão de preservação municipal. A análise foi feita por um técnico do departamento de projeto. Existiram problemas na aprovação, que não diziam respeito ao partido conceitual adotado ou especificações dos procedimentos técnicos, mas a uma divergência na forma de apresentação do projeto.

ISC: Não se obteve informação relevante sobre este item, que esclarecesse sobre a atuação do órgão durante a análise do projeto. Tem-se apenas uma compreensão global de todos os outros projetos desenvolvidos pelo

escritório, que levanta a dificuldade de interação entre a equipe proponente e o órgão.

IBM: Houve grande interação entre o arquiteto projetista e o órgão competente, com realização de reuniões para discussão sobre o partido de restauro e aprovação preliminar de um anteprojeto, prévio ao desenvolvimento do projeto executivo, que foi submetido à análise.

ISF: O projeto foi devidamente protocolado no órgão municipal de preservação. Não houve interferência do departamento durante o desenvolvimento do projeto, já que o mesmo esteve grande parte do tempo sob a supervisão do órgão estadual de preservação de São Paulo, apesar de o tombamento acontecer também em âmbito municipal.

AC: A falta de critérios do órgão de preservação municipal para análise dos projetos prejudica o andamento do processo de aprovação e cria indisposição entre os proponentes (arquitetos com a especialidade do restauro) e os técnicos pareceristas.

O Departamento não se utilizou de normas técnicas ou de uma mesma metodologia para analisar o desenvolvimento dos projetos e o produto final apresentado. Percebeu-se grande incoerência nas exigências e uma diferença de postura que revelou a fragilidade do órgão.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade de um projeto de Restauro é a de conservar e transmitir ao futuro, na sua autenticidade, os antigos testemunhos culturais (compreendendo o valor do material de suporte, o trabalho manual e a aplicação de diversas técnicas construtivas não mais usadas), que deverão ser preservadas em seu estado físico, deixadas a vista, sem alterações das intervenções contemporâneas. (CARBONARA, Giovanni. 1997)



Figura 20

As considerações remetem primeiramente à citação de Giovanni Carbonara, e têm por premissa uma avaliação sobre a finalidade de um projeto de restauro, que deve garantir *quando possível* a autenticidade de uma obra em seu estado físico e preservar características relevantes dos referenciais estabelecidos com a cidade.

Entende-se por autenticidade, como já descrito anteriormente, a convicção de que um artefato não foi alvo de mutações ao longo de sua evolução, garantindo seus aspectos de originalidade.

Em consequência disso, a preservação da memória acontece quando o processo de restauro se estabelece pela aplicação de um instrumental conceitual metodológico e tecnológico, pelo uso do bom senso e do estabelecimento de um juízo crítico, que conduzem a um modo criterioso de preservar, recuperando a integridade do bem patrimonial e seu retorno à vida cotidiana.

O conceito de autenticidade perpassa a preservação das características físicas e deixa transparecer que, para que o restauro esteja apropriadamente definido para a sociedade como meio de manutenção da memória de um povo, adaptações podem ser necessárias, passando a incorporar o valor intrínseco do patrimônio arquitetônico edificado.

Observou-se que os problemas da preservação começam com a origem etimológica das palavras e as definições e conceituações dos termos técnicos utilizados e seguem com as ações inadequadas do poder público quanto à catalogação e inventário do bem histórico.

O termo *restauro* (e aqueles que derivam de atividades semelhantes), com várias definições e práticas, sendo mutável e adaptável às necessidades de cada época, carrega o peso de ações muitas vezes arbitrárias, derivadas da falta de entendimento de seu significado.

A não existência de uma terminologia comum, com definições claras e precisas para a área, acarreta a má interpretação das propostas de projeto e consequente deformação conceitual e prática.

Essa deficiência poderia ser suprida com a formatação e unificação de um vocabulário técnico normatizado que definisse claramente os tipos de ações no objeto tombado, desde a simples conservação do edifício até intervenções mais complexas que envolvam conjuntos urbanos.

Conforme abordado nos capítulos anteriores, referente à normatização, essa falta de especificações técnicas coerentes na adoção de um vocabulário que objetive claramente as intervenções pretendidas já foi percebida e abordada em congressos internacionais, como consta por exemplo da Carta de Burra de 80, documento que se inicia pautado na conceituação das definições técnicas abordadas ao longo do discurso.

Das ações públicas iniciais, o inventário muitas vezes desconsidera a integridade e a unidade potencial da obra como objeto isolado, estabelecendo critérios que desconsideram fatores relevantes para a preservação. Esses variam conforme o local de implantação, conjunto urbano e ambiência, tipologia arquitetônica, estilo e época construtiva, entre outros fatores, os quais deveriam nortear os critérios que apontam para a declaração de valor do bem patrimonial.

A deficiência do processo de inventário, já sentida durante a minha própria prática profissional, foi constatada ao longo desta análise. Ao definir, de maneira equivocada, que bens tombam e os níveis de preservação ao qual pertencem os objetos, esses processos se amarram às limitações de intervenção e ao próprio rearranjo da cidade. Por outro lado, contribuem para a destruição de referenciais de relevância para a manutenção da memória, o que constitui um paradoxo. Esse paradoxo é mais relevante quando a preservação envolve centros urbanos (tombamento de bairros) e imóveis isolados dentro de um mesmo contexto.

Ele também interfere no desenvolvimento da cidade quando por seu intermédio são estabelecidos critérios de intervenção e relações de ambiência (área envoltória). No meio urbano edificado, denso e diverso, o conceito de ambiência, que em princípio pressupõe homogeneidade, perde ao significado. Assim, as relações que devem ser protegidas no espaço da área envoltória são as

de visibilidade e destaque, desta com o bem protegido, pois se a área possui valores intrínsecos a forma de proteção deverá ser outra, necessariamente o tombamento.

Em decorrência disso, percebe-se a necessidade, no caso paulistano, de uma revisão no processo de inventário e nas já estabelecidas determinações legais dos tombamentos.

A maior parte dos problemas de preservação do patrimônio da cidade começa com a falta de critérios no inventário, o que em última instância prejudica a autenticidade das obras, e com a demora no processo de análise de relevância para determinação da proteção legal.

No processo interno de tramitação do departamento municipal responsável, é comum o recurso em caráter de urgência da intervenção do Ministério Público Federal, objetivando a salvaguarda internamente ao departamento municipal dos bens de interesse de preservação.

Essa importante instância de ação nas questões de patrimônio, estabelecida pela constituição de 88, na verdade, deve funcionar apenas e tão somente para fiscalização do cumprimento da lei, não substituindo em nenhuma hipótese o órgão de preservação nas suas obrigações normativas e fiscalizadoras. Quando isso ocorre, é o Ministério Público que age na mediação da preservação, o que não é sua atribuição social.

Existem três momentos distintos na preservação do artefato, anteriores à prática do restauro. O primeiro e já citado cabe ao poder público, que responde pelas ações legais preliminares à intervenção. Este é seguido do reconhecimento do objeto e da adoção de um partido de intervenção, feito por arquitetos e equipe multidisciplinar de especialistas na área. O terceiro momento é o de aprovação do projeto pelo órgão preservacionista, bem como a implementação dos meios legais, como os patrocínios e leis de incentivo, que viabilizam economicamente todo o processo.

Observou-se, pelas comparações efetuadas durante o estudo, a correção do pressuposto de que a análise coerente dos projetos de restauro,

baseada em uma normativa técnica com peso de lei e sem distinção nos critérios de avaliação, com princípios enunciados nos estudos da preservação, é fundamental para a eficiência de todo o processo, do projeto à intervenção de obra.

Analisando a fundamentação teórica conceitual, constatou-se que os conceitos adotados para definição de um partido de restauro ainda estão fortemente ligados à cultura “brandiana” e aos fundamentos das Cartas de Veneza e Florença. Esses três pontos de vista abordam o restauro crítico e valorizam a ideia de autenticidade da obra enquanto patrimônio construído, respeitando e reintegrando a originalidade das construções.

Tais fundamentos de autenticidade são fortemente considerados pela própria lei municipal de incentivo à cultura, que possibilita a isenção fiscal aos donos de imóveis tombados que em seus projetos de restauro e execução de serviços retomarem a originalidade ao seu máximo, justificada pela pesquisa histórica e pelo próprio reconhecimento do artefato. Ora, os elementos formadores de identidade e memória não se estabelecem tão somente pela recuperação das características originais (será que é possível recuperar a originalidade perdida?).

O processo é bem mais complexo do que apenas isso e, em muitos casos, para preservar é preciso transformar. Nesse contexto, é imprescindível que o projeto atue de forma criativa, agregando valores novos aos pré-existentes. (GALLO, Haroldo op. cit., p. 34)

Tecnicamente, considerando a metodologia de projeto aplicada, evidencia-se a problemática no “ato de projetar” e na intervenção física no bem durante o processo de reconhecimento do patrimônio arquitetônico construído.

O projeto de restauro assume, entre outras funções, o papel de registro das informações para o futuro, quando não em sua totalidade contribui para as ações intervencionistas do restauro prático, mas para o armazenamento das informações como forma de registro do passado, conhecimento do artefato e preservação empírica do objeto, através da pesquisa histórica.

De acordo com a metodologia de projeto estabelecida pelo órgão, a fase de reconhecimento do objeto é destinada à investigação. Por meio dela, as prospecções efetuadas durante o processo justificam as intervenções futuras. Em determinados casos, isso compromete a originalidade de partes compositivas da edificação, quando da retirada de amostras para análise, da realização de testes de eficiência das soluções propostas que podem mostrar-se ineficazes e das prospecções arquitetônicas feitas sem critério. Portanto, se o reconhecimento do objeto for efetuado de maneira equivocada, isso comprometerá a originalidade do bem protegido.

A deficiência desse processo não está nas recomendações técnicas estabelecidas, que estão de acordo com o que é feito internacionalmente e, sobretudo, atendem ao ICOMOS.

A deficiência está no modo de execução da metodologia aplicada nestas edificações de interesse histórico, que faz uso da intervenção física durante o processo de reconhecimento do patrimônio arquitetônico construído.

A obsolescência desse processo metodológico prevê a alteração próxima do “modo de fazer”, através da substituição dos equipamentos manuais (tais como trena e paquímetro para levantamento métrico) pela utilização das novas tecnologias.

O entendimento e a base do conhecimento serão sempre fundamentais para a compreensão do artefato, visto que o olhar e a sensibilidade humana não podem ser substituídos pelo uso dos recursos tecnológicos digitais mediados por máquinas.

A máquina fixa a realidade com maior número de detalhes, o olhar humano seleciona e aplica as informações obtidas. Desse modo, a grande contribuição da tecnologia está na sua característica pouco invasiva no processo investigativo, o que conserva a integridade dos artefatos durante o reconhecimento do bem, principalmente quando da utilização de equipamentos não destrutivos de leitura das superfícies, por escaneamento digital.

É sabido que qualquer intenção de restauro, mesmo o conservativo, deixa marcas do processo e, por vezes, compromete parte, ainda que pequena, de componentes autênticos e originais para recuperação do conjunto.

Nos países em que se faz uso das novas tecnologias a laser, a mínima intervenção garante que o reconhecimento do objeto construído seja feito com maior critério e riqueza de detalhes, sem nenhum comprometimento do artefato.

A inadequação dos métodos para reconhecimento dos bens patrimoniais sugere a reciclagem da metodologia aplicada e o estabelecimento de conceitos e formatação unificados com a garantia do suporte técnico necessário para os profissionais que atuam na área projetual e executiva da restauração. Assim, poderão incorporar ao processo métodos não destrutivos e mais eficientes, que agilizem a análise e conseqüentemente a viabilização dos serviços de conservação e das obras de restauro, quando necessário.

A realidade de que os processos avançam mais rapidamente que as diretrizes pressupõe a revisão de suas determinações.

Prioriza-se, na atualidade, a obra de intervenção em detrimento do reconhecimento do objeto de análise, fragilizando as ações de projeto. Essa atitude, num certo sentido, revela a necessidade de revisão da normatização, da eficiência e da agilidade de análises da fixação de novos procedimentos pelos órgãos competentes.

A adoção de um partido e a formulação de um memorial de procedimentos técnicos feito com critérios, no qual se apliquem testes de eficiência, interferem na qualidade da execução final da intervenção. Esses testes apenas são possíveis quando o projeto de restauro cumpre a seqüência metodológica estabelecida e esgota qualquer possibilidade de ação de execução sem fundamentação.

Considerando a etapa de obra, a intermitência do órgão de fiscalização não é garantia de boa execução do restauro.

O comprometimento das ações dos órgãos de preservação é percebido pelos setores externos a eles, como os profissionais atuantes. Estes apontam

deficiências na primeira etapa de inventário e tombamento, na última etapa de fiscalização das obras e no processo de análise dos projetos, que tem como maior implicação pareceres técnicos equivocados. Eles remetem muitas vezes à falta de normatização, que implica em questões de representação gráfica, e decaem na ineficiência da avaliação dos projetos, com diretrizes que direcionam a análise para gostos pessoais, dificultando a aprovação e conseqüente preservação e restauração dos objetos.

Os escritórios de arquitetura com cunho preservacionista, atuantes na área, associam as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) às práticas do restauro, não normatizadas.

Como os projetos de restauro seguem apenas recomendações internacionais, sem qualquer obrigatoriedade de representação, não estão definidas bases conceituais ou normas de formatação, o que concede autonomia e autoridade aos arquitetos para interpretar as teorias e adaptarem tais conceitos às suas próprias formas de atuação e de representação gráfica. Essa liberdade projetual implica na dicotomia de análise.

Através do estudo de casos, foi possível demonstrar, por análise comparada, a adequação desses projetos à metodologia usual recomendada, com liberdade para adoção de um partido conceitual e forma de representação.

Foi possível identificar as deficiências do processo, tanto para a preservação do artefato quanto para armazenamento de dados que propicie uma reprodução fidedigna, caso assim se estabeleça, desses edifícios e suas partes compositivas em caso de restauro conservativo. A análise possibilitou também a compreensão de que o embasamento histórico, gráfico e teórico conceitual, aliado ao reconhecimento profundo e criterioso do artefato feito em canteiro, é fundamental para qualquer operação bem sucedida de preservação, ressaltando que a deficiência não está no método e sim na forma de execução invasiva.

Como é comum acontecer no universo da pesquisa, dados inesperados mostraram uma nova diretriz, quando fica clara a hegemonia para análise dos

projetos pelo órgão de preservação e que o mesmo aparece algumas vezes como agente facilitador da degradação e perda de autenticidade.

Este trabalho não tinha a intenção de abordar questões relativas à postura dos órgãos e nem à diferença de critérios de análise, mas ao longo da pesquisa percebeu-se que esse é um dos fatores que impedem uma maior eficiência no processo.

A desconexão entre os casos federal, estadual e paulistano, com as regras e normas no restauro revelando dois pesos e duas medidas, dependendo da autoria do projeto e dos interesses ligados a preservação, acentua a fragilidade do órgão municipal. A dificuldade prática da aplicabilidade dos conceitos, fundamentados pelas discussões teóricas estabelecidas ao longo dos séculos, e a conseqüente elaboração de uma metodologia recomendada pelas instâncias preservacionistas no país objetivou a necessidade de discutir e propor soluções eficazes para uma política de salvaguarda do patrimônio nacional que realmente garanta sua preservação.

As bases fundamentadoras para a eficiência do processo estão no aprimoramento dos conceitos e criação de leis e normas que priorize o uso de uma mesma formatação projetual (representação gráfica) e adoção de novas tecnologias. Além disso, a necessidade de formação de mão de obra especializada e a viabilização econômica, com políticas públicas financiadas pelo governo, são fatores relevantes para a garantia da qualidade do restauro e incorporação na vida cotidiana do que se preserva.

Os edifícios tombados, que após estudo de viabilidade e projetos de adaptação bastante fundamentados ganham novos usos, passam a adquirir novas funções sociais e econômicas que permitem a manutenção dos referenciais históricos e sociais alcançados por essa nova apropriação.

A atualidade paulistana, e também brasileira, permeia uma base estrutural e cultural sólida que nos permite pensar em restauração sempre considerando que as transformações precisam ter limites, estabelecidos

geralmente por ações de preservação, sem o rompimento do vínculo afetivo, pois a transformação não pode negar a memória.

Transformar uma coisa em outra coisa talvez seja o erro. O importante é a reincorporação dos artefatos na vida cotidiana, agregando valor e estabelecendo memória, numa discussão que compreenda a importância do velho para o novo e vice versa.

A memória passa por um processo de construção e, sendo caracterizada por uma ação ideológica que não está nas coisas (matéria), mas nas relações, acaba evidenciando certa artificialidade. Para que se preserve, portanto, esses referenciais de memória, é preciso normatizar, mediando as relações. Transformadas as relações, transformam-se os valores e os vínculos de afetividade.

## **BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS**<sup>32</sup>

### **Bibliografia principal**

BRANDI, C. **Teoria do restauro**. Torino: Editora Einaudi, 1977.

BOITO, C. **Os restauradores**. São Paulo: Atelier Editorial, 2002.

FRANCESCHI, S; GERMANI, L.. **Manuale Operativo per il Restauro Architettonico**. Roma, Itália: Dei Tipografia, 2007.

GIOVANNONI, G. **Vecchie città ed edilizia nuova**. Itália, 1931.

RIEGEL, A. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. São Paulo: Atelier Editorial, 2000.

### **Bibliografia geral**

ANDRADE, A. L. D. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1993.

---

<sup>32</sup> Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ARGAN, G. C. **Storia dell'arte come storia della città**. Roma: Editori Riuniti, 1984.

BALDINI, U. **Teoría de la restauración y unidad de metodología**. Madrid: Editorial Nerea, 1997.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica** In: *Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAGA, M. **Conservação e Restauro: Arquitetura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRAGA, M. **Conservação e Restauro: Madeira - Pintura sobre Madeira - Douramento - Estuque - Cerâmica - Azulejo – Mosaico**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

CARBONARA, G. **Restauro dei Monumenti: Guida agli elaborati grafici**. Itália: Liguori Editore, 1990.

CERVELATI, P. L.; MILIARI, M. **I centri storici**. Firenze: Guarnaldi, 1977.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

COSTA, L. **Lúcio Costa: Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CUNHA, C. R. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. **Resenhas Online**. Vitruvius. São Paulo, Ago. 2004. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline)>

CUNHA, C. R. Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. **Resenhas Online**. Vitruvius. São Paulo, Jun 2006. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138)>

CURY, I. (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

DVORAK, M. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Atelier Cultural, 2008.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo** - Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 1997.

GREGOTTI, V. **Identità e crise dell'architettura europea**. Torino: Giulio Einaudi, 1999.

KUHL, B. M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

KUHL, B. M. **Algumas notas sobre o emprego de palavras que se referem às ações em bens culturais**. Revista Tijolo. N.01.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. (versão: Le Corbusier; tradução: Rebeca Scherer). São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARINS, P. C. G. **Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista**  
In: SETÚBAL, M. A. (coordenadora do projeto) Terra Paulista: trajetórias contemporâneas. São Paulo: CENPEC/ Imprensa Oficial, 2008, p. 137-167.

MARTÍNEZ A. H. **La clonación arquitectónica**. Madrid: Ediciones Siruela, 2007.

MACEDO, D. M. **Da matéria à invenção** – As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1938-1955. Brasília. Câmara dos Deputados, 2008.

MARCONI, P. **Dal piccolo al grande restauro**: colore, struttura, architettura. Veneza: Marsilio, 1988.

MARCONI, P. **Materia e significato**: la questione del restauro architettonico. Roma: Editora Laterza, 2003.

MENEZES, U. T. B. **Patrimônio ambiental urbano**: do lugar comum ao lugar de todos. São Paulo: C.J. Arquitetura, 1978, p. 45-46.

MENEZES, U. T. B. **Os usos culturais da cultura**: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In YÁZIGI, E. A. (org.) Turismo e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 88-89.

MENEZES, U. T. B. O imaginário urbano: reflexões para um tempo de globalização. **Revista da Biblioteca Municipal Mário de Andrade**. São Paulo: Jan-dez 1977, p. 11-20.

MENEZES, U. T. B. **A crise da memória, história e documento**: reflexões de um tempo de transformações. In SILVIA, Z. L. (org.) Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999, p. 11-30.

PESSOA, J. (org.) **Lúcio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

PRUDON, T. H. M. **Preservation of Modern Architecture**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2008.

RUSKIN, J. **Le Pietre di Venezia**. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2007.

RUSKIN, J. **Mattinate Fiorentine**. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2008.

RUSKIN, J. **The seven lamps of architecture**. (Chapter VI: The lamp of memory). New York: Dover Publications, 1989.

SALVO, S. **Restauro e “restauros” das obras arquitetônicas do século 20**: intervenções em arranha-céus em confronto. (Tradução: Beatriz Mugayar Kuhl)

SANTOS, M. V. M. Nasce a academia SPHAN. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. N. 24. IPHAN, 1996.

SANTOS, M. V. M. **O tecido do tempo**: a idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília: UNB, 1992.

TOLEDO, B. L. **Três cidades em um século**. São Paulo: Editora Cosac Naif, 2007.

## Referências

**Revista CPC.** São Paulo, n.4, p.139-157, maio/out. 2007.

\_\_\_\_\_. Arranha-céu Pirelli: crônica de uma restauração. **Desígnio**, 2006 (2007), n. 6, p. 69-86.

\_\_\_\_\_. A intervenção na arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro, Pós. **Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP**, 2008, n. 23, p. 199-211.

**Revistas Estudos Patrimônio** n. 7, 9 e 10, 2007/2009. Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico - IPPAR, Ministério da Cultura, Lisboa, Portugal.

Comunicação apresentada no Simpósio Brasileiro de Tecnologia de Argamassa, em São Paulo, Brasil, Junho de 2003. **Conservação e Restauro de Antigos Revestimentos Exteriores:** Caracterização de alguns casos (do Séc. XVIII e XIX na Zona de Lisboa).

GOULART R. F. N. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial: recursos para a renovação do ensino de História e Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** v. 81, N. 198, 2000.

LUSO, E; LOURENÇO, P. B. **Breve história da teoria da conservação e do restauro.** Portugal: Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal e Universidade do Minho, Guimarães, 2004.

MAGRI, K. R. **Relatórios de Prospecção de Pintura.** Documentos desenvolvidos pela empresa KRM, dos projetos relativos a bens tombados na municipalidade de

São Paulo, entre eles: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Agência Central dos Correios e Telégrafos de São Paulo, Antiga Residência Unifamiliar Nhonhô Magalhães em Higienópolis.

TAGLIARI, A. M. **Os princípios orgânicos na obra de Frank Lloyd Wright**: uma abordagem gráfica de exemplares residenciais. Tese de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, 2008.

SANTOS, D. O. **Vistorias e procedimentos em bens históricos**: estudo de caso em bem tombado no município de São Paulo. Trabalho apresentado no curso de pós-graduação *lato-sensu* em Perícias de Engenharia e avaliações de imóveis urbanos da Fundação Armando Álvares Penteado, 2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Cartilha sobre “Tombamento e Participação Popular”**. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Obras de Arte em Logradouros Públicos de São Paulo**. Regional Sé. Registro 11. Secretaria Municipal de Cultura. Publicação do Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Recomendações metodológicas do Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo**; vinculado à Secretaria Municipal de Cultura / SMC – CONPRESP.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arquivos**. Cadernos de obra e relatórios de prospecções desenvolvidos por empresas especializadas em prospecção e restauro de pintura no Brasil, protocolados nos órgãos: estadual (CONDEPHAAT) e municipal (CONPRESP) de preservação de São Paulo.

Patrimônio: Atualizando o debate. **Coletânea de artigos publicados pelo IPHAN**, que discutem a questão da preservação à luz da realidade contemporânea, 2006.

## ANEXOS

**RESTAURAÇÃO:** Conjunto de intervenções visando manter a feição original do patrimônio cultural ainda que, nesta mesma feição permaneçam marcas significativas das intervenções sofridas ao longo dos tempos. (Carta de Veneza, 1.964.)



Figura 22.

## **RELAÇÃO DAS CARTAS PATRIMONIAIS**

Para uma visão conjunta de todas as referências conceituais que são utilizadas como documentação para adoção de um partido de conservação, restauração e/ou intervenção em patrimônio histórico tombado, segue em anexo a relação integral dos congressos realizados e cartas que resumem os pensamentos empregados.

1- **Carta de Atenas** - Sociedade das Nações - outubro de 1931 Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, de outubro de 1931.

2- **Carta de Atenas - CIAM** - novembro de 1933 Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas, novembro de 1933.

3- **Recomendação de Nova Delhi** - 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, ocorrida em 05 de novembro de 1956.

4- **Recomendação Paris 1962** - 12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 09 de novembro a 12 de dezembro de 1962.

5- **Carta de Veneza** - II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964.

6- **Recomendação Paris 1964** - 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em 19 de novembro de 1964.

7- **Normas de Quito** - Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico em nov/dez de 1967.

8- **Recomendação Paris 1968** - 15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de novembro de 1968.

9- **Compromisso Brasília 1970** - I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, de abril de 1970.

10- **Compromisso Salvador II** Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil de outubro de 1971.

11- **Carta do Restauo** - do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 06 de abril de 1972.

12- **Declaração de Estocolmo** - Assembléia Geral das Nações Unidas de 05 a 16 de junho de 1972.

13- **Recomendação Paris 1972** - Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 16 de novembro de 1972.

14- **Resolução de São Domingos** - I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA, de dezembro de 1974.

15- **Declaração de Amsterdã** - Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de outubro de 1975.

16- **Manifesto Amsterdã** - Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico - Ano do Patrimônio Europeu, outubro de 1975.

17- **Carta do Turismo Cultural** - Seminário Internacional de Turismo em 8 e 9 de novembro de 1976.

18- **Recomendações de Nairóbi** - 19ª Sessão da UNESCO ocorrida em novembro de 1976.

19- **Carta de Machu Picchu** - Encontro Internacional de Arquitetos ocorrido em dezembro de 1977.

20- **Carta de Burra** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, realizado na Austrália, em 1980.

21- **Carta de Florença** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em maio de 1981.

22- **Declaração de Nairóbi** - Assembléia Mundial dos Estados de 10 a 18 de maio de 1982, no Quênia.

23- **Declaração Tlaxcala** - 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental de outubro de 1982.

24- **Declaração do México** - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, de 1982.

25- **Carta de Washington 1986**-Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1986.

26- **Carta de Petrópolis** - 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987.

27- **Carta de Washington 1987.** Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1997.

28- **Carta de Cabo Frio** - Encontro de Civilizações nas Américas, em outubro de 1989.

29- **Declaração de São Paulo** - Por ocasião da Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza em 1989.

30- **Recomendação Paris 1989.** 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 15 de novembro de 1989.

31- **Carta de Lausanne** - Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico, de 1990.

32- **Carta do Rio** - Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 13 a 14 de junho de 1992.

33- **Conferência de Nara** - Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, de 06 de novembro de 1994.

34- **Carta Brasília 1995** - Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade, em 1995.

35- **Recomendação Europa de 1995** - Recomendação Europa de 11 de setembro de 1995, sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.

36- **Declaração de Sofia** - Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembléia Geral do ICOMOS.

37- **Declaração de São Paulo** - II Recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS, de 1996.

38 - **Carta de Fortaleza** - Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção, ocorrido de 10 a 14 de novembro de 1997.

39 - **Carta de Mar del Plata** - Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível, de junho de 1997.

40 - **Cartagenas de Índias – Colômbia** - Decisão 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina, de 25 de maio de 1999.

41 - **Recomendação Paris 2003** - 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Fonte Cartas Patrimoniais: [www.iphan.org.br](http://www.iphan.org.br)

## PARECERES TÉCNICOS

### 1. Projeto de Restauro

Relativo ao reconhecimento do artefato arquitetônico: para análise do processo metodológico recomendado pelo órgão preservacionista do município de São Paulo para desenvolvimento do projeto de restauro, foram elaboradas questões que elucidassem sobre o processo de trabalho de cada equipe projetista envolvida nos projetos e possibilitassem a comparação entre os casos estudados. Este questionário foi elaborado tendo como base as solicitações técnicas e operacionais do órgão municipal competente e conforme regem as teorias internacionalmente aceitas para a preservação do patrimônio cultural arquitetônico, usuais para essa atividade.

Em três (3) dos quatro (4) casos o método foi pergunta e resposta escrita, respectivamente: **Igreja Evangélica Luterana de São Paulo,**

**Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco.** Observa-se: O arquiteto Paulo Bastos, coordenador do projeto de restauro desenvolvido, em 1996, para a igreja São Cristóvão, não respondeu as questões propostas para este trabalho separadamente. Concedeu uma entrevista, anexada ao final da dissertação e discursou sobre o tema.

As entrevistas foram feitas durante o desenvolvimento desta dissertação, no primeiro semestre do ano de 2.010.

Legenda:

**IEL: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo:** Arquiteta Diana Oliveira dos Santos. Colaboradora no desenvolvimento do projeto de restauro, realizado em 2006 pela Companhia de Restauro, sob supervisão e coordenação da Arquiteta Ana Marta Ditolvo.

**IBM: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte:** Arquiteto Olympio, Coordenador do projeto básico e do projeto executivo de restauro elaborados em 2002 e 2006, respectivamente.

**ISF: Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco:** Arquiteta Fabíola Domingues. Coordenadora do projeto básico de restauro desenvolvido em 2010, pela empresa Formarte.

**AC: Análise Crítica**

A análise crítica considera as respostas às questões respondidas pelos membros das equipes dos outros três projetos estudados: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco e em paralelo a abordagem geral do arquiteto Paulo Bastos sobre o tema.

## Questionário

### **01. A abordagem do artefato arquitetônico teve referências conceituais que você poderia explicitar?**

IEL: “A princípio, foram realizados levantamentos que consideram a completa manutenção da Igreja, principalmente devido ao seu nível de tombamento (01), que prega sua total conservação em termos de arquitetura, ambiência imediata e mobiliário. Para tanto, foi efetuado completo levantamento métrico-arquitetônico de forma que não se deixasse qualquer detalhe com margem de dúvida quanto ao contexto de instalação, dimensões e situação em que se encontrava. À época, devido à formação ainda em curso, não se sabia identificar claramente uma referência conceitual unívoca a respeito da abordagem, a não ser o partido de manutenção integral com intervenções baseadas em extensa pesquisa iconográfica/documental confiável. Os estudos levaram em conta especialistas de cada área de forma que a multidisciplinaridade ficasse clara e bem empregada na abordagem de cada elemento (vitrais, pinturas parietais, acessibilidade etc.)”.

IBM: “Sim, a abordagem do artefato arquitetônico segue referências conceituais de Cesare Brandi<sup>33</sup>, que esteve a frente do Instituto de Restauro de Roma por duas décadas e escreveu a Teoria da Restauração, condicionante para o restauro desde então, até a atualidade.”

---

<sup>33</sup> CESARI BRANDI: “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (p. 30), isto é, condiciona o ato de restauração à compreensão / experimentação da obra de arte enquanto tal, o que resulta na prevalência do estético sobre o histórico, na medida em que é exatamente a condição de artística o que diferencia a obra de arte de outros produtos da ação humana. Tal colocação refuta as teorias precedentes que preconizavam a manutenção dos monumentos apenas como documentos históricos, relegando a um segundo plano sua imagem figurativa, embora não exclua a importância do valor histórico, intrínseco a todo monumento. *Claudia dos Reis e Cunha*

ISF: “Utilizei algumas referências teóricas como a de Cesare Brandi, voltada ao lado crítico do restauro, referindo-se à leitura da obra considerada artística e o conseqüente juízo para reconhecer nela a presença ou não desta qualidade. Após esse reconhecimento favorável, a recuperação da obra é iniciada pensando na liberação de tudo aquilo que a interrompa, cubra ou distorça. Com esta abordagem os critérios adotados foram os de eliminar os acréscimos que danifiquem a integridade formal; não reconstruir casos em que as destruições tenham provocado a perda da unidade figurativa; permissão de modestas reconstruções, desde que não substanciais, mas sim absolutamente seguras. A Carta de Cracóvia de 2000, que tem como pretensão a atualização da Carta de Veneza de 1964, também é uma referência importantíssima utilizada para adoção do partido restaurativo deste projeto.”

**02. A proposta leva em consideração alguma experiência anterior análoga sua ou de outros profissionais?**

IEL: “Tratava-se de minha primeira interação com um objeto da tipologia de um bem tombado. Até aquela data, as experiências tinham se dado somente em cima de projetos partindo totalmente de terrenos limpos com informações técnicas ideais, típicas e exercícios acadêmicos. Os trabalhos foram orientados por outro profissional, já formado, com especialização em andamento realizada no IPHAN, que dava as diretrizes de trabalhos ao longo do cronograma estabelecido. Esse mesmo profissional foi o principal responsável pelas diretrizes de intervenção finais, que somadas aos projetos complementares a serem compatibilizados no projeto a ser aprovado.”

IBM: “Sim, este projeto tem referência de outros casos bem-sucedidos que consideram o artefato tombado como prioridade, projetos desenvolvidos por mim e também de terceiros, sendo a intervenção baseada em um partido que

valorize este patrimônio, através da leitura do conjunto, da harmonia do novo com o antigo e na integridade das características originais.”

ISF: “Utilizar trabalhos bem-sucedidos e similares na técnica construtiva e readequação dos usos a nova realidade são instrumentos iniciais para embasamento na adoção interventiva deste projeto. Estudo de casos acresce e enriquece a proposta restaurativa a empregar.”

### **03. O projeto de restauro foi formatado por diretrizes do órgão de preservação ou por outra referência metodológica?**

IEL: “O projeto seguia a prática corrente do escritório, já habituado e especializado em tais projetos de intervenção, contemplando itens necessários à aprovação dos órgãos competentes bem como todos os quais se faziam necessários ao bom entendimento da proposta final. Análise atual, contudo, leva à conclusão de que a apresentação final contemplava todas as exigências constantes no manual de apresentação de projetos do Programa Monumenta, completo e adequado às principais práticas internacionalmente aceitas.”

IBM: “O projeto não seguiu recomendações do órgão de preservação para a formatação. Foi elaborado dentro do próprio escritório. O projeto é apresentado de acordo com uma metodologia particular, através de um guia de leitura para fácil compreensão do conteúdo especificado.”

ISF: “O órgão de preservação estadual, Condephaat, não exige uma formatação específica. Desta forma, a apresentação adotada não seguiu qualquer pré-formatação. Já o órgão de preservação municipal, CONPRESP<sup>34</sup>, exige uma apresentação nominada NB-8. É obrigação do projetista esta forma de

---

<sup>34</sup> CONPRESP: Conselho Municipal de Preservação de São Paulo

apresentação dos seus projetos, o que deve, se certa forma, ser útil ao arquiteto analista do município.

Acredito que a padronização das apresentações dos projetos de restauro e fornecimento um arquivos modelo, deveria ser de obrigatoriedade dos órgãos de preservação. Evitaríamos, com isso, retrabalhos de desenhos técnicos e textos, comunique-se de pareceristas e verbas exorbitantes a cada nova impressões para atender a cada órgão competente. A padronização dos projetos de restauro, em todos os âmbitos de fiscalização, seja nacional, estadual ou municipal, é uma forma de organizar e otimizar o funcionalismo público. Com isso o técnico terá maior disponibilidade em questionar de fato o assunto que é de interesse nacional, como as técnicas de conservação ou restauração adotadas, ao invés de questionar o tamanho ou forma disposta do desenho apresentado.”

#### **04. Como o desenho (histórico) do projeto original foi incorporado no projeto?**

IEL: “O desenho utilizado foi encontrado enquadrado na parede do próprio imóvel e totalmente incorporado ao levantamento de forma que se tivesse um croqui o mais próximo da realidade possível nos trabalhos de campo. A utilização de tais desenhos supostamente originais já dava diretrizes para os estudos de cronologia do imóvel, parte integrante obrigatória no embasamento teórico de projeto.”

IBM: “A pesquisa histórica permitiu o entendimento do artefato e ajudou na tomadas das decisões de projeto. Por se tratar de um exemplar muito antigo, a primeira capela data do início do século XVI, desenhos de projeto original não foram encontrados, mas os registros iconográficos permitiram traçar a evolução cronológica da igreja.”

ISF: “Toda informação presente no objeto ao longo de sua criação e considerado com valor artístico, é um elemento integrante de importância fundamental a preservação. As fachadas da igreja reúnem uma linguagem arquitetônica sobrepostas de várias épocas distintas que mantêm a leitura da arquitetura religiosa colonial brasileira. Tratando-se de um projeto restaurativo das fachadas históricas, o desenho não tem difícil incorporação a contextualização de hoje. Todos os elementos originais foram mantidos, os que apresentavam perdas consideráveis foram restaurados, e não houve intervenção impactante para atender as novas demandas, inclusive a de acessibilidade, sendo solucionada pela distribuição de rampas.”

**05. Como o levantamento métrico arquitetônico foi elaborado? Houve sua direção direta nos serviços ou foram terceirizados? Foram aplicados recursos, além dos tradicionais, como escaneamento digital feito a laser ou outros?**

IEL: “O levantamento métrico-arquitetônico foi inteiramente realizado com trenas tradicionais e paquímetros. Foram utilizados andaimes para elementos que não estavam ao alcance direto, bem como binóculos para observação de elementos mais distantes. Na impossibilidade de levantamento pormenorizado, foram utilizadas fotografias com alto grau de aproximação e pesquisa bibliográfica de referência para aqueles elementos de arquitetura que possuem elaboração e construção mais regrada devido às técnicas construtivas (tais como estrutura de telhado, assentamento de telhas etc.).

Os trabalhos foram inteiramente dirigidos por arquiteto especializado do próprio escritório, que possuía experiência anterior em outros imóveis do gênero.”

IBM: “O levantamento métrico arquitetônico foi feito tradicionalmente, com uso de trena e paquímetro. Teve minha coordenação direta e foi realizado em

conjunto com outras quatro (4) pessoas na equipe. Os desenhos reproduzidos em auto cad foram feitos com auxílio de fotografias planificadas.”

ISF: “Os levantamentos métricos foram fornecidos pelo órgão de preservação estadual. Em posse destes arquivos, a equipe de projetos confrontou as medidas apresentadas e refez os desenhos dos ornamentos e demais elementos artísticos manualmente. Para auxiliar o detalhamento técnico de desenho foram feitas fotografias escalonadas. São áreas que através de trenas manuais, enquadram o objeto a ser desenhado. Existe uma incompatibilidade da realidade brasileira em projetar e administrar, com a tecnologia estrangeira em realizar e executar. Normalmente a verba disponibilizada para custear a produção dos projetos precariamente paga-se o técnico, tentar aperfeiçoar os trabalhos com outras formas de levantamento inversas as tradicionais, significa terceirização especializada dos serviços, implicando diretamente na triplicação dos valores de projetos inviabilizando as atividades.”

**06. Quanto ao método para recolhimento de amostras sujeitas a análises laboratoriais. De onde foram retiradas as amostras e quem realizou as análises? Como estes resultados foram incorporados às decisões de projeto (materiais de revestimentos e técnicas construtivas)? Você poderia citar exemplos?**

IEL: “As amostras e trabalhos correlatos foram realizados em etapa anterior a minha participação no projeto. As informações recebidas, no entanto, foram as de que as análises são sempre realizadas em laboratórios especializados, localizados na região nordeste do país. Os resultados foram incorporados de forma a subsidiarem as diretrizes de recomposição de material, principalmente das argamassas, que se tratavam do elemento em maior detrimento na construção (motivo pelo qual se teve grande perda, por exemplo, de pinturas parietais).”

IBM: “Foram realizadas análises de argamassa e as amostras foram retiradas dos locais mais preservados, com menor incidência de sol, protegidos das intempéries e sempre que possível de locais menos expostos esteticamente para não prejudicar visualmente o conjunto. O direcionamento dos locais foi feito por mim. A análise de argamassa foi feita pela empresa CONCREMAT. O resultado das análises foi incorporado ao projeto e consta do memorial de procedimentos técnicos, as reconstituições de argamassa feitas na edificação levam em consideração traço, coloração e granulometria revelados pela análise da amostragem.”

ISF: “As amostras foram retiradas de pontos escolhidos com menor intervenção arquitetônica ao longo das reformas e menor influência do espaço físico, como o intemperismo. As análises foram realizadas pela empresa CONCREMAT TECNOLOGIA, empresa esta de custo elevado, porém a única no mercado atual que atende as necessidades de entrega das análises em tempo real ao projeto e execução. Os demais laboratórios que realizam estes serviços no Brasil não atendem cronogramas executivos. São empresas estatais, sem concorrência, que tornam o mercado refém de seus laudos e prazos.”

**07. Quanto ao método prospectivo realizado in loco. Foram executadas prospecções de arqueologia, arquitetura e de pintura durante o processo de projeto? Quais foram os procedimentos? Como nortearam suas decisões de intervenção? Vc poderia citar exemplos?**

IEL: “Somente pude acompanhar a etapa de levantamento métrico-arquitetônico e mapeamento de danos de todos os elementos. Acompanhei superficialmente as prospecções de pinturas parietais que tentavam identificar in loco os registros iconográficos encontrados sobre situação anterior da igreja. Esses trabalhos, no entanto, foram realizados por profissionais especializados que indicavam os procedimentos que provavelmente seriam detalhados em memorial

descritivo específico mas que, por se tratarem de material que fazia parte também dos trabalhos de arquitetura, já indicavam os serviços a serem realizados em âmbito mais geral. Dessa forma, as intervenções em arquitetura (suporte) poderiam levar em consideração, em termos de logística e partido, as instruções técnicas que melhor se adequavam à recuperação de pinturas. Não foram realizadas pesquisas arqueológicas das quais se tenha tomado conhecimento até o ponto em que participei dos trabalhos.”

IBM: “Algumas investigações arqueológicas foram feitas pela Concrejato, empresa responsável pela execução da obra. As prospecções arquitetônicas também foram realizadas pela Concrejato, com acompanhamento direto na equipe de projeto e foi fundamental para a descoberta dos diversos tipos de materiais utilizados na igreja ao longo dos séculos (taipa. Adobe, pau a pique e alvenaria de tijolos), bem como para traçarmos uma cronologia arquitetônica da edificação, primordial para a adoção do partido de restauro. As investigações e prospecções realizadas foram essenciais para o reconhecimento do objeto, ajudaram na datação das intervenções e com isso o resgate e a ambientação das diversas fases do edifício.”

ISF: “O projeto não dispunha de verba para contratação de uma equipe multidisciplinar permanente diferente do historiador e arquiteto restaurador, isso fez com que não houvesse a presença do arqueólogo. Para nortear os pontos prospectados utilizamos os dados da pesquisa histórica, fizemos uma pesquisa iconográfica e em cima desta leitura indicamos pontos para prospecções.”

**08. Como você avalia a aplicabilidade do seu projeto de restauro na execução da obra? Quanto foi aplicável e quanto serviu como registro de informações para documentação do artefato?**

IEL: “Até o momento em que permaneci no escritório, o projeto não tinha havia chegado à fase de execução de trabalhos. Enquanto registro do artefato, devido ao alto grau de detalhamento do objeto de trabalho, julga-se que o projeto tenha se configurado como principal peça de registro do mesmo por se tratar de estudo da situação atual bem como de seu desenvolvimento histórico, uma vez que essa é uma das exigências primárias para aprovação final nos órgãos competentes.”

IBM: “O projeto é fundamental para a qualidade da obra de restauro, o que permite a transposição entre o restauro empírico e o restauro científico. Neste caso especificamente, o acompanhamento da obra foi de extrema importância pois em conjunto com a equipe executora, sanamos as dificuldades que surgiam no restauro, sem perder a linha de intervenção proposta.”

ISF: “O projeto ainda não entrou em fase de execução, porém creio que todas as informações técnicas recuperativas presentes são exequíveis desde que haja o acompanhamento técnico do restaurador autor do projeto. Considerando que não existiu até o momento nenhum documento registrando toda história interventiva arquitetônica desta igreja, este memorial torna-se objeto referencial e de enriquecimento técnico para subsidiar futuras intervenções e outros projetos de conservação e/ou restauração.”

**09. Como foi sua interação com o órgão de preservação municipal no processo de desenvolvimento do projeto de restauro? O que você destacaria desta relação? Houve dificuldades por divergências de pontos de vista durante o processo de análise, quanto ao partido e a formatação do projeto?**

IEL: “Não houve participação da minha parte nos trabalhos diretos com o órgão de preservação municipal, mas percebi a dificuldade de diálogo entre os

arquitetos e os técnicos, que divergiam sobre a forma de representação do projeto e a demora na análise pelo órgão.”

IBM: “A interação foi tranquila, feita durante todo o processo. Eu destacaria a relação de parceria que procurei estabelecer com os técnicos do DPH, apresentando um ante projeto para avaliação preliminar, propondo diretrizes e incorporando sugestões dos profissionais. Houve sim algumas divergências de opinião, conceituais na adoção de partido, algumas das quais tive que atender para facilitar o andamento do processo.”

ISF: “Não houve essa interação, com isso não consigo ao menos dizer se existem divergências na análise, e se houverem, são baseadas em que argumentos ou teorias. No momento em que uma das esferas de preservação abraça o projeto as demais se ausentam, é como se a responsabilidade do órgão que o adotou fosse exclusiva e única. A guerrilha de egos presente nos órgãos de preservação de todas as esferas é um problema grave no patrimônio brasileiro. Falar de partidos adotados torna-se um agravante, visto que os pareceristas, em sua maioria, não tem qualquer especialidade com patrimônio (como é sempre pautada nas cartas patrimoniais), como conseguem então nos orientar a melhor forma de conservá-lo? Pela experiência de trabalho de vinte anos atrás? Onde se tinha uma forma diferente de preservar da atual?”

**10. Quais seriam suas sugestões para aprimoramento das diretrizes do órgão de preservação, neste caso específico, municipal, para formatação e elaboração do projeto de intervenção e restauro?**

IEL: “Conforme experiência posterior adquirida, com orientação da responsável por este trabalho, chegou-se à conclusão da necessidade e possibilidade de incorporação de maior normatização técnica no que tange aos dados apresentados em trabalhos da área de restauro e preservação do

patrimônio, acredito que não somente em âmbito municipal. Sabidamente, os projetos têm suas particularidades em virtude da especificidade de cada objeto a ser trabalhado, porém, nota-se uma liberdade de apresentação que só fica regrada por itens que devem constar para análises dos técnicos, mas não a maneira como devem ser apresentados. Sugere-se aqui, uma investigação e adequação de apresentação de trabalhos como as que são seguidas pelas normas vigentes em inspeções e perícias de bens ordinários (classificação de danos e anomalias, manuais de uso e ocupação dos edifícios após as obras etc.).”

IBM: “O restauro no Brasil beira o idealismo por isso um certo rigor nas ações de preservação seria importante. Tenho um pouco de receio de normas extremamente rigorosa, ainda mais considerando a fragilidade do sistema. Talvez projetos mais bem elaborados, com maior tempo para pesquisa e reconhecimento do objeto, juntamente com uma maior cobrança por parte dos órgãos de preservações, feitas criteriosamente, embasada em conceitos de fato relevantes para a preservação dos referências e da memória, discutidos um a um e com a participação de todos os envolvidos, profissionais qualificados na área.”

ISF: “Como já havia informado na resposta 3, padronizar e fornecer os modelos sugeridos pelos próprios as apresentações dos projetos e memoriais. Elaborar manuais aplicando as teorias restaurativas que o órgão segue, orientando os projetos a serem apresentados. Sabemos que cada caso é um tipo de intervenção, porém todos eles seguem um embasamento inicial, e isso dentro do órgão varia de acordo com cada analista. Cursos técnicos especializados a equipe técnica parecerista, inclusive aos profissionais da área não vinculados ao funcionalismo público, mas que tenham interesse. Criação de um departamento especialista de atendimento físico permanente aos profissionais que emitirão projeto de restauração, iniciando principalmente a criação de um protocolo específico de processos restaurativos, visto que os profissionais hoje presentes se limitam a receber ou não documentos de acordo com a instrução normativa da PMSP, que é vaga as exigências de seus documentos, como por exemplo, a

escritura do imóvel de 1705, na época não existia nem restauro, quem dirá escritura de imóvel. Ter um canal aberto para discussões onde haja maior interação do profissional contratado a fazer o projeto e o parecerista do mesmo. Ter um poder executivo ativo que padronize os prazos que um parecerista terá para analisar um projeto e fazê-lo cumpridor do período.”

AC: Todos os arquitetos dos projetos de restauro estudados consideraram referências mundialmente aceitas para embasamento teórico de suas propostas. É inegável a grande influência dos pensamentos de Camilo Boito e Cesare Brandi e das discussões dos congressos que geraram a Carta de Veneza de 1964 e a Carta de Restauro Italiana de 1972. Todos os principais conceitos que versam a boa prática do restauro foram lembrados e abordados pelos profissionais envolvidos nos projetos.

Os profissionais valeram-se de experiências anteriores bem-sucedidas e tiraram partido destas referências. A experiência na área de atuação também foi citada como elemento simplificador do processo, o que possibilitou maior qualidade e agilidade nas ações de reconhecimento do bem protegido.

Os projetos foram elaborados segundo as recomendações dos órgãos de preservação e formatados de acordo com as representações usuais de cada escritório. Não existem normas técnicas para apresentação destes projetos. A única exigência é que as pranchas gráficas de desenho estejam com carimbo modelo prefeitura.

A utilização da pesquisa histórica, registros iconográficos e desenhos supostamente originais alicerçaram, principalmente, as diretrizes para os estudos de cronologia das construções, parte integrante obrigatória para embasamento teórico de projeto.

O levantamento métrico arquitetônico mostrou-se mais criterioso quando desenvolvido dentro do próprio escritório projetista, pois pela especialidade na área, consideram todas as medidas necessárias à finalidade prática do levantamento para o restauro. Executados manualmente, com utilização

de equipamentos de medição e auxílio de fotografia digital para reprodução gráfica.

Quando o levantamento métrico foi desenvolvido por terceiros, as angulações e diagonais métricas, que auxiliam na verificação do prumo das edificações não apareceram. A inexistência das medidas cruzadas pode comprometer a exatidão necessária para paginações de piso e paginações de forro e como consequência dificultar reproduções fac similares dos materiais compositivos e de revestimento.

No caso do levantamento fornecido pelo órgão estadual de preservação, que não atendia o método recomendado, houve a necessidade de refazimento visto que as medidas deste primeiro levantamento não batiam com a realidade, o que pode comprometer futuros procedimentos durante a execução da obra.

As análises laboratoriais foram feitas em todos os casos estudados, com amostras retiradas de locais apropriados e encaminhadas para laboratórios especializados. Não foram feitas necessariamente no tempo de desenvolvimento do projeto visto que em alguns casos os ensaios foram realizados previamente a execução dos serviços de restauro, mas em fase de obra. De toda forma, a ação criteriosa não comprometeu nenhum dos bens protegidos. Os resultados das análises geralmente são exigidos pelo órgão de preservação em fase de projeto para auxiliarem na definição do partido de restauro e como forma de definição do procedimento técnico adotado, esta exigência não foi comum a todos os casos.

Todos os escritórios apresentaram relatórios de prospecções de pintura, com fichas que apontaram para a metodologia utilizada para execução das prospecções e tabela de resultados com recomendações técnicas.

As prospecções arquitetônicas foram feitas durante o desenvolvimento de todos os projetos, mas apenas um (1), apresentou relatório técnico com mapeamento dos locais prospectados e resultados obtidos.

O trabalho de prospecções mostrou-se eficiente dentro do processo e de fundamental importância para a fase de reconhecimento dos artefatos, preliminar a adoção de um partido de intervenção já que relevaram dados importantes das construções, da cronologia arquitetônica e dos revestimentos e pinturas.

Até o presente momento, apenas dois (2) dos quatro (4) projetos foram executados. Segundo os arquitetos, o reconhecimento dos artefatos e o desenvolvimento das propostas foram fundamentais para a qualidade da obra de restauro, e permitiram a transposição entre o restauro empírico e o restauro científico.

A qualidade na execução dos serviços dependeu do acompanhamento da obra pelos projetistas, pois em conjunto com a equipe executora e, por vezes, junto com o órgão fiscalizador (visto que a participação dos órgãos junto à obra não acontece com frequência durante os trabalhos), foram sanadas as dificuldades que surgiram no restauro, sem comprometimento da proposta e quando necessário, com modificações feitas com o mesmo critério.

As considerações feitas pelos arquitetos envolvidos nos projetos apontaram a necessidade de uma normatização técnica para os trabalhos da área de restauro e preservação do patrimônio, não somente em âmbito municipal, mas também federal, mesmo os projetos tendo suas particularidades em virtude da especificidade de cada objeto.

A liberdade de apresentação decai na avaliação técnica prejudicada por gostos pessoais, por isso o rigor nas ações de projeto e análise seria importante para a qualidade do produto final.

Considerou-se ainda a possibilidade de elaboração de manuais técnicos especializados que abordassem as questões teóricas e conceituais de conservação e normatização. Manuais orientativos.

Não é negada aqui a particularidade de cada bem protegido e sabe-se que as análises devem ser coerentes com cada caso específico, mas o critério e a metodologia destas análises precisam ser coerentes e igualitárias.

Apontou-se para a necessidade de formação técnica especializada não só dos arquiteto, mas dos técnicos pareceristas do departamento de preservação municipal. As ações decorrentes de posturas equivocadas que advém da falta de formação específica na área comprometem a preservação no patrimônio histórico paulistano.

Mostrou-se frágil o diálogo entre órgão público e arquiteto projetista durante todo o processo metodológico, desde o reconhecimento das construções, definição de partido e acompanhamento e fiscalização de obra.

## **TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA**

### **Arquiteto Paulo Bastos**

A restauração não tem como função deixar as coisas exatamente do jeito que são. Nada vai ficar exatamente como é. Na verdade, o mais interessante do projeto de restauro é que, ao final do processo de avaliação e ao longo dele, você vai socializando com as pessoas o conhecimento que você vai acumulando a respeito daquilo, evidenciando para a sociedade os aspectos mais interessantes do objeto em estudo.

Nós fizemos, por exemplo, uma prospecção pictória na parede de uma escola no interior de SP – projeto esse que não foi executado - e detectamos que a cor original utilizada era cinza chumbo. Por mais original que seja e por mais que fique no registro de levantamento, eu não vou de maneira nenhuma pintar todas as paredes da escola de cinza chumbo hoje em dia. A solução acaba sendo mesmo fazer nossas próprias intervenções. Neste caso, o que fizemos foi deixar uma janela com as várias camadas expostas, sendo que uma delas a gente escolheu pintar da cor original. Dessa forma deixamos a memória viva através do registro dos traços originais.

No caso da Igreja São Cristovão eu optei por deixar várias janelas de vidro – ali você vê taipa francesa, taipa comum, tijolo e todas as fases do sistema construtivo. Já na Catedral da Sé, como não existe pintura, mas sim mosaico,

caberia deixar à mostra uma linha de identificação, por exemplo, com os materiais utilizados na construção.

Outra possibilidade seria abordar qual o objetivo expressivo do ponto de vista religioso que originou as figuras representadas nos vitrais e quem está, de fato, representado naquelas imagens. Poderíamos investigar em muitos casos qual o objetivo litúrgico / religioso e qual o objetivo estético transformado em esculturas, em vitrais, etc.

Quando a antiga catedral colonial foi demolida para dar lugar à nova, existia, por exemplo, a figura dos mestres de capela, que regiam os coros, conjuntos etc. Eu previ no projeto de restauração da Sé um pequeno auditório para funcionar como museu para as obras encontradas e todo o acervo, mas não quiseram. Muitas vezes as pessoas não entendem que isso também é parte do que chamamos de restauração. Não se trata apenas de suporte material, mas sim da manutenção da memória tirando partido de tudo o que se encontra durante a pesquisa/levantamento.

O restauro tem que perseguir ao máximo essa questão de preservação da memória. Não se trata de uma coisa morta, estática. Nossa tarefa no momento da restauração é, justamente, descobrir, revelar e propor programas que mostrem mais as coisas. Sempre lembrando que é impossível restabelecer as coisas do passado exatamente como eram e que todo restauro é uma intervenção.

Por mais que você queira, não tem sentido imaginar que quem via uma obra anos atrás veria hoje da mesma maneira ou que o ecossistema de anos atrás poderia ser transposto ao tempo atual.

**Ana Marta Ditolvo: Na minha análise, o processo de reconhecimento é igual ao registro. Os órgãos de preservação, no entanto, ficam presos a coisas sem sentido e exigem, por exemplo, análise de laboratório, que são importantes, mas dificilmente serão reproduzidas com fidelidade nas obras...**

Arquiteto Paulo Bastos: Os órgãos são ortodoxos e se pegam em detalhes inúteis. Na Igreja São Cristóvão, por exemplo, a gente fez a reconstituição da pintura e deu aquele amarelo cal. Na época da construção da Igreja praticamente não existia outra cor. Pensei: não dá para pintar tudo assim, com esse amarelinho. Decidi, então, fazer um sur ton de cores e acabei fazendo uma intervenção minha que deixou a Igreja linda.

Enquanto os órgãos exigem análises fidedignas de pinturas, por outro lado algumas violações acabam não controladas por falta de fiscalização mesmo nos projetos NP1, que exigem maior rigor. A gente, por exemplo, restaurou a Igreja São Cristóvão e, depois de terminada a obra, o padre foi lá e colocou na torre uma coifa de aço inox como as que vemos em padarias depois de ter emparedado as duas portas originais. E o DPH não fez absolutamente nada. Exigem tanto e não fiscalizam nada. Não raro o Condephaat aprova projetos de intervenção sem nada de restauro. Alguns órgãos são rígidos em excesso enquanto outros são muito permissivos.

## **.2. Execução dos serviços de restauro**

Relativo à aplicação do projeto de restauro durante a execução dos serviços na obra de restauração, foram consultados arquitetos residentes e profissionais envolvidos nas obras de restauração que resultaram ora dos projetos de restauro desenvolvidos e analisados, ora de outras experiências, mas decorrentes do mesmo processo.

Legenda:

### **IEL: Igreja Evangélica Luterana de São Paulo**

Até o momento de fechamento desta dissertação, a obra de restauro ainda não havia sido executada por falta de recursos da igreja e pela dificuldade de encontrarem patrocinadores para este fim.

**ISC: Igreja São Cristóvão:** Empresa executora do restauro: Concrejato. Coordenadora de Obra: Engenheira Maria Aparecida Soukef. Arquiteto Residente: Milton Nishida.<sup>35</sup>

**IBM: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte:** Empresa executora do restauro: Concrejato. Coordenadora de Obra: Eng. Aparecida Soukef  
Arquiteta Residente: Carolina Midori Oshiro

### **ISF: Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco**

Até o momento de fechamento desta dissertação, a obra de restauro ainda não havia sido executada. O projeto encontra-se inscrito na Lei Estadual Marcos Mendonça e aguarda aprovação para captação de recursos.

### **AC: Análise Crítica**

---

<sup>35</sup> As respostas do parecer do arquiteto, referente à Catedral da Sé, são utilizadas como complementares aos estudos desenvolvidos neste trabalho e considerando projeto do mesmo arquiteto e obra da mesma empresa executora. Assim como o restauro da Igreja São Cristóvão, a Catedral da Sé foi executada pela Concrejato, com obra coordenada pela Engenheira Maria Aparecida Soukef e residida pelo Arquiteto Milton Nishida

## Questionário

**01. O projeto de restauro, tal como executado, é efetivamente orientativo para a execução da obra? Poderia ser considerado como a principal orientação de execução da obra?**

ISC: “Eu ainda não vi um projeto que informasse completamente o trabalho a ser realizado em restauro. Sempre contém “vazios” e não suprem o que deve ser efetivamente feito. Em todas estas ocasiões foi necessário o entendimento e a proposição feitos na própria obra e aí, está a importância do arquiteto da obra. Pode ser considerado a principal, mas não necessariamente será o efetivo.”

IBM: “Sim. Como orientação geral sem dúvidas, porém insuficiente para execução porque as obras de Restauro em geral trazem surpresas e particularidades que só podem ser verificadas no momento da execução. Ex. Condições da Estrutura em madeira de uma parede em adobe; reforço pontual da estrutura de um telhado; condições de pintura parietal e procedimentos adequados... etc.”

**02. Como foi a relação entre executor e a fiscalização do órgão de preservação durante a obra? Durante esta relação o órgão de fiscalização se reportou ao projeto aprovado?**

ISC: “Acho esta relação um grande nóculo de problema, pois o fiscalizador se coloca, frequentemente, como co-executor, o que é definitivamente errado. Isso interfere na liberdade executiva do trabalho (isso sem falar em custo), gerando um relacionamento sempre doloroso. Existe um abismo entre a aprovação de um projeto e como de fato ele deverá ser realizado o serviço. Sim, com o projeto aprovado o órgão se vale dele.”

IBM: “Muito Boa. Sim, mas o que funcionou melhor foi a demonstração prática da solução e o envolvimento do fiscal com o processo.”

### **03. Existiu a necessidade de complementação do projeto de restauro durante a obra?**

ISC: “Sim sempre há necessidade de complementos, pois há muito risco. Frequentemente se descobre um sistema somente durante a obra por força de acessibilidade, segurança, etc. e, então, o projeto deve se adequar a partir desse conhecimento.”

IBM: “Durante a obra para que fosse concluído o projeto e depois executado não. Foi feito um As Built com registros, mapeamentos e justificativas das soluções com a autorização do autor do projeto e órgãos de preservação.”

### **04. Durante a execução dos serviços, descobertas feitas in loco sobre o objeto mudaram o rumo do partido e dos procedimentos adotados nos memoriais técnicos?**

ISC: “Sim. Por exemplo, na escadaria da Sé, se pretendia apenas o realinhamento e re nivelamento das pedras dos degraus, porém, ao abrirmos, se entendeu que haviam uma série de arcos de apoio destas pedras e que deveriam ser primeiramente re-consolidados e mais, deveria ser criado um sistema de drenagem e proteção destes. Portanto teve de ser feito uma série de trabalhos que não se esperava para a correta intervenção de restauro, não ficando somente nos nivelamentos e rejuntamentos.”

IBM: “Do partido de projeto não. Sobre os procedimentos houve pontualmente para os casos em que a questão só pode ser verificada após a avaliação real do objeto em questão.”

**05. Você avaliaria que a maioria das decisões foi tomada a partir do projeto ou a doc. (de improviso na obra)? Ao final dos serviços de restauro foi executado um as built?**

ISC: “Sim, ao final do trabalho o as built era realizado tomando-se as alterações feitas em obra.”

IBM: “As decisões sempre consideraram o partido do projeto, fundamentaram-se nas práticas convencionais de restauro e ainda que decididas em obra sempre foram fundamentadas tecnicamente seja por parecer técnico e consultoria. Numa avaliação geral grande parte da execução foi fundamentada em experiência com procedimentos técnicos aplicados em obras anteriores que não estavam detalhados no projeto. Acredito que as obras de Restauro de Patrimônio devem ser executadas sempre por profissionais capacitados pois há uma grande diferença em relação às obras convencionais da Construção Civil e no Brasil ainda estamos caminhando para o aperfeiçoamento desta prática o que exige naturalmente uma parceria entre projetista e executor para que o objetivo de revitalização se torne completo.”

AC: As obras de restauro geralmente guardam surpresas durante a execução dos serviços. É evidente que o projeto é fundamental para que a restauração garanta a integridade física do bem protegido, mas os levantamentos, investigações e pesquisas nem sempre esgotam as possibilidades de novas descobertas. Portanto, é comum a necessidade de complementação ou modificação dos procedimentos, visto que no decorrer da execução dos serviços podem surgir indícios que apontem para outra direção. Faz-se imprescindível a fiscalização da obra pelos técnicos do órgão de preservação municipal e do acompanhamento técnico feito pelo arquiteto projetista.